

Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Comunicação Organizacional

Gabriel Cunha Maia Silva

Redes que territorializam saúde e sustentabilidade:
a elaboração de guias de comunicação digital para mulheres do campo e/ou em situação de
vulnerabilidade do Distrito Federal

Brasília - DF
2023

Gabriel Cunha Maia Silva

Redes que territorializam saúde e sustentabilidade:
a elaboração de guias de comunicação digital para mulheres do campo e/ou em situação de vulnerabilidade do Distrito Federal

Produto apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em Comunicação Organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Oliveira Paulino
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Ferreira Lopes

Brasília - DF
2023

Redes que territorializam saúde e sustentabilidade: a elaboração de guias de comunicação digital para mulheres do campo e/ou em situação de vulnerabilidade do Distrito Federal
Gabriel Cunha Maia Silva

Projeto aprovado em 25/07/2023 para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação Comunicação Organizacional.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Fernando Oliveira Paulino

Co-orientadora: Mariana Ferreira Lopes

Membro Interno: Sérgio Ribeiro de Aguiar Santos

Membro Externo: Virgínia da Silva Corrêa

Suplente: Milena dos Santos Marra

AGRADECIMENTOS

Nada se faz só. É a pedra que canta no meu ouvido. Do ar que enche meu pulmão, do movimento que traça meus pés, das palavras que saem da minha boca e daquilo que pelo significado encanto, tudo devo às outras partes que me fazem. Dentro e fora.

Por isso agradeço ao meu Orí, faço compromisso e risco o ponto de quem me guia. Há no céu um arco-íris, no tempo uma gameleira-branca, no sal a vida que queima a pele e no ouro a reluzir as águas da cachoeira. Meu Orí me orienta à transformação, me mantém firme e em movimento.

Agradeço às matriarcas da minha vida, que me ensinaram que sensibilidade e força caminham juntos. À minha avó, **Maria das Graças**, e suas histórias que fazem das minhas raízes mais fundas e meu tronco mais forte. Os momentos que sentei na sua janela para escrever abriram os caminhos deste trabalho. À minha mãe, **Fátima**, pelo encontro das nossas águas, e por nos entendermos tão profundamente, ainda que com todas nossas diferenças. Você é minha força onipresente. E à minha madrinha, **Joelina**, nos momentos que me senti esgotado, afundar as mãos na terra, falar sobre planta e tomar café com você, me trouxeram novamente o fôlego.

À minha irmã, **Fabiane**, quem sempre foi uma inspiração para mim, em tantos sentidos. Sua integridade, amabilidade e determinação são horizontes que sempre busco me nortear. Ao meu afilhado, **Emanuel**, por ser o presente mais lindo e a esperança mais pura, a fazer acender o amor e a vontade de ser sempre melhor.

Ao **Luis**, por ser presença, compreensão e candura durante todo esse processo. Sonhar “entre” é refúgio para o descompasso do mundo, anima o caminho e dá força para seguir.

Aos meus chefes, **André Fenner**, pela confiança, referência e apoio para que eu concretizasse um dos meus maiores sonhos, e **Virgínia Corrêa**, quem abriu as portas e fez este trabalho possível, quem me inspira como profissional e ser humano, seu magnetismo e capacidade de realização são uma das coisas mais incríveis que já vi. Trabalhar com você é um presente. A vocês dois sou imensamente grato.

À **Waleska Gouveia**, essencial para que este trabalho acontecesse. Seu profissionalismo, empatia, cuidado e amorosidade com as mulheres do Distrito Federal durante e após o curso são lições valiosas para nunca esquecer. Sou grato pela encruzilhada dos nossos caminhos.

Aos meus primeiros mestres, **Marli Sales, Janara Sousa e Felipe Polydoro**, a confiança e os aprendizados durante os momentos de iniciação científica serão sempre vividos como o começo de tudo.

Aos meus orientadores, **Fernando Paulino e Mariana Lopes**. Em especial, Mariana, por toda paciência em me ajudar a desatar os nós que fui fazendo durante esse percurso. As nossas conversas sempre me trouxeram calma e clareza à maré alta no mar escuro. Por ser inspiração, não só para mim, mas por muitos outros que surgem. Que sorte eu tive.

À todas as mulheres que participaram do Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres, em especial **Elma, Joyce, Andreza, Camila, Damiana, Adriana, Marisa, Maria Gorete, Ana Lúcia e Lorena**, pela abertura, partilha e troca. Que possamos continuar juntas.

RESUMO

A formação e inclusão digital foram demandas apresentadas pelas mulheres do Distrito Federal que participaram do Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as mulheres com fim à promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) realizada pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho da Fundação Oswaldo Cruz Brasília (PSAT/Fiocruz Brasília), no período de 2021 e 2022. A partir dessa escuta, esse estudo tem o objetivo de levantar as principais demandas, necessidades e interesses a estarem presentes nos recursos pedagógicos a serem utilizados nos momentos de formação. Para tal, partimos da observação participante durante o processo do curso, entrevistas semi-estruturadas com educandas, educadoras e coordenadora local do curso, e pesquisa bibliográfica. Definimos então o formato dos recursos pedagógicos como guias e realizamos a separação dos tópicos a serem abordados e sistematizados em guias independentes, totalizando três ao final. Para a etapa de construção do roteiro e desenvolvimento do projeto gráfico, decidimos, em decorrência do tempo hábil e em respeito ao limite de produtos para entregar, construir apenas um guia piloto como referência aos demais. Nestas duas etapas, utilizamos o método de contação de histórias (*storytelling*), com referência à *Jornada do Herói*, ou da *Heroína*, e o de pensamento de *design* (*design thinking*) conhecido como Diamante Duplo.

Palavras-chave: Redes, Rede Social, Inclusão Digital, Guia de Comunicação, Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

ABSTRACT

Formation and digital inclusion were demands presented by women from the Federal District who participated in the Training-Action Course in Integral Health for women with the aim of promoting Healthy and Sustainable Territories carried out by the Health, Environment and Work Promotion Program of Fundação Oswaldo Cruz Brasília (PSAT/Fiocruz Brasília), in the period of 2021 and 2022. From this listening, this study aims to raise the main demands, needs and interests to be present in the pedagogical resources to be used in moments of formation. To this end, we started with participant observation during the course process, semi-structured interviews with students, educators and local course coordinator, and bibliographical research. We then defined the format of the pedagogical resources as guides and separated the topics to be addressed and systematized in independent guides, totaling three at the end. For the construction stage of the script and development of the graphic design, we decided, due to the timeliness and respecting the limit of products to be delivered, to build only a pilot guide as a reference to the others. In these two steps, we used the storytelling method, with reference to the Hero's Journey, and the design thinking method known as Double Diamond.

Keywords: Networks, Social Network, Digital Inclusion, Communication Guide, Healthy and Sustainable Territories.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 2 JUSTIFICATIVA..... | 16 |
| 3 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 20 |
| 3.1 Territórios Saudáveis e Sustentáveis, vivência de um conceito..... | 21 |
| 3.2 Comunicação digital e redes virtuais na produção do território..... | 24 |
| 3.3 Mulheres e internet..... | 33 |
| 3.4 A elaboração de guias de comunicação digital para apropriação de redes virtuais..... | 36 |
| 3.4.1 As Redes Comunitárias de Comunicação e a busca por Autodeterminação e Governança Digital..... | 37 |
| 3.4.2 Redes de Economia Solidária e a geração de renda pela internet..... | 44 |
| 3.4.3 A autonomia na produção de conteúdo..... | 48 |
| 3.5 Letramento digital e a aprendizagem pela contação de histórias..... | 51 |
| 4 METODOLOGIA..... | 55 |
| 4.1 Diagnóstico..... | 55 |
| 4.1.1 A observação participante..... | 55 |
| 4.1.2 As entrevistas..... | 56 |
| 4.1.2.1 O que é a internet..... | 60 |
| 4.1.2.2 Qualidade e tipo de acesso à internet..... | 60 |
| 4.1.2.3 Aparelho utilizado para acesso à internet..... | 63 |
| 4.1.2.4 Frequência do uso de aparelho celular..... | 64 |
| 4.1.2.5 Relação com as aplicações de celular..... | 64 |
| 4.1.2.6 Uso da internet para geração de renda ou empreendimento on-line..... | 66 |
| 4.1.2.7 A produção de conteúdo na internet..... | 68 |
| 4.1.2.8 Letramento e alfabetização..... | 70 |
| 4.1.2.9 Os riscos na internet..... | 71 |
| 4.1.2.10 Sugestões de formato para os guias..... | 72 |
| 4.1.3 Pesquisa Bibliográfica..... | 72 |
| 4.2 Etapas de desenvolvimento do produto..... | 73 |
| 4.2.1 Temas a serem abordados nos guias..... | 73 |
| 4.2.2 A delimitação das histórias a serem contadas..... | 76 |
| 4.2.3 Processo gráfico do guia piloto..... | 79 |
| 4.2.4 Disposição do conteúdo (layout)..... | 81 |
| 5 O Produto..... | 83 |
| 5.1.1 Tipografia..... | 84 |
| 5.1.2 Paleta de cores..... | 85 |
| 5.1.3 Sequência de cenas (storyboard)..... | 87 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 90 |
| REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO..... | 93 |
| ANEXOS..... | 103 |

| | |
|---|------------|
| Anexo I - Planejamento pesquisa..... | 103 |
| Anexo II - Roteiro de Perguntas..... | 103 |
| APÊNDICE..... | 106 |
| Apêndice I - Linhas de construção do guia piloto..... | 106 |
| Apêndice II - Guia I (Piloto)..... | 108 |

1 INTRODUÇÃO

Os trajetos que afluíram a este trabalho partem das demandas por formação e inclusão digital apresentadas pelas mulheres - assentadas, aquilombadas e/ou em situação de vulnerabilidade social - do Distrito Federal, que participaram do Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres pelo Programa de Promoção de Saúde, Ambiente e Trabalho da Fundação Oswaldo Cruz Brasília (PSAT/Fiocruz Brasília) com fim à promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS).

Em dado contexto em que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tomam centralidade, não só na produção cultural e simbólico, mas também como premissa para garantia de qualidade de vida e direitos sociais fundamentais, como educação, trabalho e saúde, pensar a apropriação e democratização do seu uso se torna imprescindível.

Questões relativas às infraestruturas que possibilitam o acesso, a relação com a tecnologia, o manuseio dos recursos de aplicação, os processos de alfabetização e letramento digital, e o estímulo à criação, imaginação e solução de problemas pela apropriação de tais tecnologias são pensadas, em exercício à autonomia, a partir do território.

Sabemos que expressivos são os esforços para abarcar a totalidade de tais questões e que tamanha investida só se dá com a confluência de mãos que se unem por um objetivo comum a ser realizado. Contudo, para que seja lançada a primeira flecha, esse trabalho tem como objetivo geral levantar as principais demandas e interesses de formação e inclusão digital pelas mulheres do Distrito Federal e propor, a partir destas, recursos pedagógicos para inclusão digital, que aqui daremos o nome de guias, a serem utilizados em situações de formação em comunicação digital.

A nível específico, buscamos: (i.) investigar o papel da comunicação digital e das redes virtuais na promoção de TSS, tendo como referência o Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres pelo PSAT/Fiocruz Brasília; (ii.) alinhar as demandas de acesso e uso à internet pelas mulheres com as tecnologias disponíveis, pensando os obstáculos e desafios para inclusão digital a partir do território; e (iii.) propor um primeiro guia para uso híbrido, on-line e impresso, a servir de exemplo para os demais a serem construídos.

Vale reforçar que este trabalho não foi desenvolvido durante o Curso de Formação-Ação em Saúde para as Mulheres e tampouco busca analisar com afincos a comunicação e o uso da internet durante o processo. No entanto, surge das demandas apresentadas pelas mulheres a partir das primeiras experiências em comunicação digital na

situação do curso e no contexto da promoção de TSS. Por isso, nos é válido pavimentar uma breve explanação do uso da comunicação digital durante o processo e a conceituação de TSS como contextualização dos objetivos que em dado momento foram primados.

De início, por comunicação digital entendemos “aquelas manifestações da comunicação humana - os conteúdos, que ocorrem exclusivamente no ambiente tecnológico de *bits*¹ utilizando as ferramentas técnicas possibilitadas por este ambiente para promover trocas, interações, relações de sociabilidade” (CORRÊA, 2008, p.314).

A necessidade de tal comunicação foi acentuada em ocasião da pandemia do Covid-19, que inseriu as TICs como eixo estrutural do curso, à exemplo da adequação da pedagogia da alternância, qual considera os tempos de ensino-aprendizagem alternados entre escola e comunidade.

Nesse novo formato, foram alternados os momentos entre ambiente virtual, por meio de aulas ao vivo realizadas no canal do Youtube da Fiocruz Brasília, com momentos de oficinas, rodas de conversa e dinâmicas organizadas pelas coordenadoras locais e educadoras populares de cada território, orientadas pelo conteúdo exposto nas aulas e nos três cadernos pedagógicos auxiliares (SOUTO, et al., 2021; KNIERIM et. al., 2021; SILVA et.al., 2021).

Estes cadernos pedagógicos, em adendo, surgiram com o intuito de estimular reflexões, guiar alternativas para soluções locais e promover práticas participativas nos quatro territórios, além do Distrito Federal, que o curso tomou palco - Alagoas, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e Tocantins. E foram divididos em três eixos temáticos: formação em saúde e direitos humanos para as mulheres; promoção e vigilância da saúde da mulher; e autogestão, geração de renda e economia para as mulheres. E tiveram como objetivo contribuir na formação de multiplicadoras em promoção e vigilância em saúde, ambiente e trabalho com ênfase na saúde integral das mulheres.

A experiência de comunicação no contexto da formação foi nomeada *Comunica, Mulher!* e está sistematizada no quarto caderno do curso (CORRÊA et al., 2022) como uma alternativa de comunicação integrada por um site em sua centralidade, que buscou armazenar e distribuir os recursos pedagógicos, que também eram encaminhados às educandas por um canal de transmissão no WhatsApp, e por um perfil no Instagram, onde atividades e interações com as educandas eram expostas e poderiam gerar engajamento e partilha.

¹ Bits são a unidade fundamental de informação na computação e na teoria da informação. O termo "bit" é uma abreviação de "binary digit" (dígito binário, em português). Um bit pode ter dois valores possíveis: 0 ou 1. Esses valores representam estados diferentes, como "ligado" e "desligado", "verdadeiro" e "falso", ou qualquer outra interpretação que se queira dar.

Há, todavia, o reconhecimento que essas ações tinham de ter levado em consideração, com maior atenção à complexidade da inclusão digital, as fragilidades de acesso à internet e os níveis de letramento digital das mulheres, camadas que se não apreendidas e trabalhadas a priori, trazem lacunas em processos participativos que tomam como palco o ambiente digital.

Esse fato é observado no *Caderno de Sistematização* ao expor que uma parte relevante das mulheres ficaram de fora das redes de comunicação, tendo apenas 40% do total aderido ao WhatsApp, meio de comunicação mais acessível, o que invoca “a necessidade de trabalhar o letramento e o acesso digital nos diferentes territórios, a fim de construir redes que se sustentem e possam fortalecer essas mulheres e suas diferentes vozes” (CORRÊA, et al., 2022, p. 42), desprendendo ainda do compromisso em buscar “a apropriação das tecnologias da informação como estratégia para assegurar o direito à saúde e expandir a voz das mulheres na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis” (IDEM).

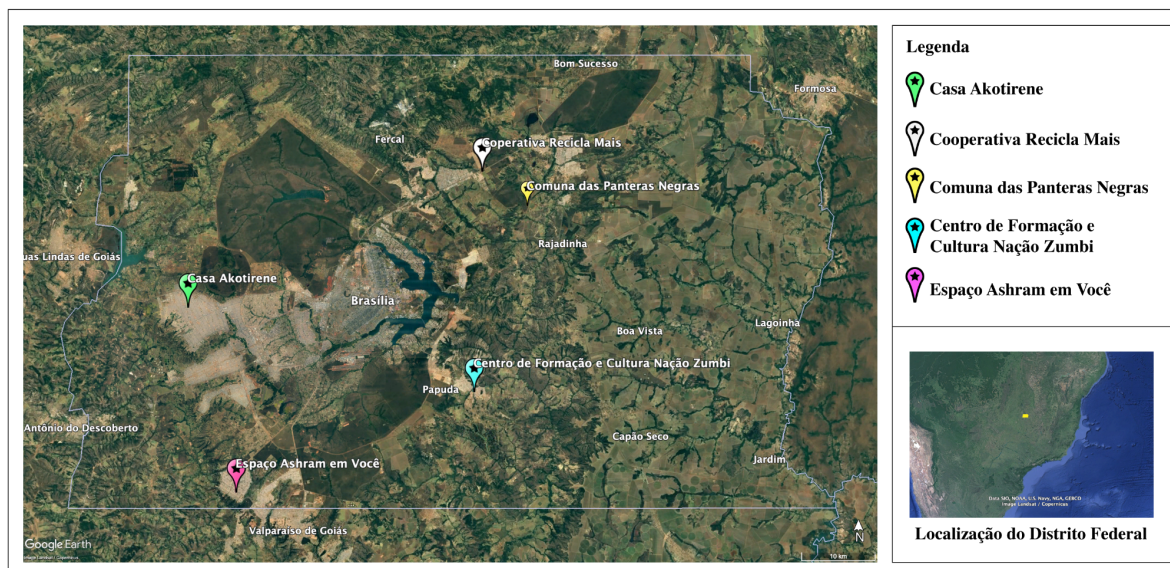
Feita breve passagem a respeito da comunicação digital no processo de formação do curso e a necessidade de ser trabalhada a partir de uma perspectiva inclusiva, nos atentamos igualmente às demandas específicas de formação e inclusão digitais levantadas pelas mulheres do Distrito Federal.

Nesta ocasião, fizeram parte do processo trabalhadoras do campo, agricultoras familiares, assentadas, mulheres de terreiro, aquilombadas, guardiãs de saberes ancestrais, doulas, saboeiras, terapeutas, educadoras populares, entre outras mulheres de diferentes classes, raças, idades e contextos sócio-culturais. Elas compuseram os cinco grupos de educadoras populares² e educandas³ organizadas nos territórios de Planaltina, São Sebastião, Sobradinho, Gama e Ceilândia que se reuniam nos respectivos pontos de encontro: Comuna das Panteras Negras, Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, Cooperativa Recicla Mais, Espaço Ashram em Você e Casa Akotirene.

² A educadora popular é uma profissional que atua na área da educação de forma engajada e comprometida com as realidades e necessidades das comunidades em que está inserida. Ela valoriza o conhecimento e as experiências, primando por processos de ensino-aprendizagem participativos, democráticos e libertadores. No contexto do curso, eram as responsáveis por realizar os processos de reflexão e de prática junto às educandas.

³ Referimos aos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem. No contexto da educação popular, está intimamente ligado à ideia de sujeitos ativos e protagonistas do seu próprio processo educativo.

Figura 1. Imagem de satélite dos pontos de encontro nos cinco territórios do DF, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

Os encontros das mulheres de Planaltina e entorno aconteciam na Comuna Panteras Negras, “que tem como base a cooperação, cultura, a conscientização das mulheres camponesas e uso sustentável do Cerrado, práticas agroecológicas e no cultivo de hortaliças e frutíferas, sistemas agroflorestais, bioconstruções etc.” (PEREIRA, SOUSA & PIMENTEL, 2018, p. 2).

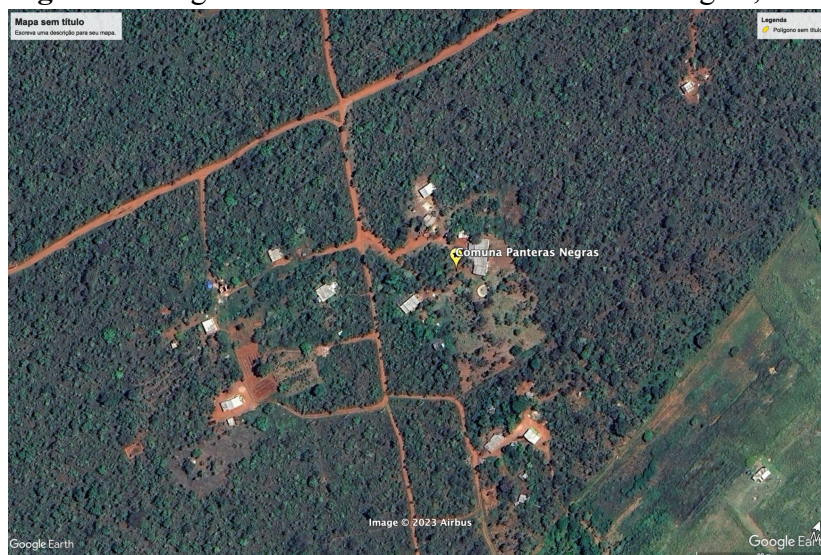
Localizada no assentamento Pequeno William, nome dado em homenagem a William, criança de dois anos que, ainda quando acampada, veio a óbito em decorrência do consumo da água contaminada por agrotóxico na área próxima ao acampamento, o território se firma a partir da luta pela reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Distrito Federal. Da participação ao curso, as mulheres estavam assentadas, além do Pequeno William, nos assentamentos 8 de março, ainda em Planaltina, e no assentamento Roseli Nunes, em Brazlândia.

Zélia⁴ (2023), coordenadora local do curso, nos conta que as mulheres de planaltina são “(...) de briga, mesmo, guerreiras, mulheres que são engajadas na luta” e atribui isso pela relação com a história do assentamento, pois “é o sentido do território, o sentido da resistência, o sentido das mães que às vezes perderam seus filhos e que estão na luta para

⁴ Zélia é um nome fictício dado à coordenadora local do Distrito Federal no Curso de Formação-Ação em Saúde Integral, responsável por mediar a relação entre a Coordenação Político Pedagógica (CPP) do PSAT/Fiocruz Brasília e os processos de ensino-aprendizagem com educadoras populares e educandas. Esse depoimento é fruto de entrevistas semi-estruturadas realizadas com as mulheres envolvidas no curso e que serão detalhadas na metodologia deste trabalho.

não perder mais”, nos contando, ainda, que muitas mulheres ali enfrentam grandes desafios que acompanham as diferentes desigualdades e violências que as atravessam.

Figura 2. Imagem de satélite da Comuna Panteras Negras, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

Em Sobradinho, os encontros aconteciam na Cooperativa Recicla Mais, localizada no bairro Nova Colina. Fundada em 2018, a cooperativa é o lugar para trabalhadoras que assumem o importante papel de coletar resíduos não perigosos, realizando um conjunto de ações em diferentes etapas, como recebimento dos materiais recicláveis, triagem e, quando sem via de reaproveitamento ou reciclagem, a destinação final dos resíduos sólidos para o aterro.

As cooperativas de reciclagem, vale destacar, são alternativas de sobrevivência para muitas famílias em situação de vulnerabilidade e surgem, na maioria dos casos, em decorrência de necessidades sociais e financeiras da comunidade (KING; GUTBERLET, 2013 apud SAUERESSIG et al., 2021). As mulheres que ali se organizavam eram catadoras de materiais recicláveis ou com elas conviviam, como vizinhas ou familiares.

Ressaltamos, nesse contexto, mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social, marcadas pelo estigma que acompanha quem trabalha com reciclagem. Acerca, Zélia (2023) nos conta que *“ali, realmente a coisa é abaixo da linha da miséria... realmente, foi o território mais punk, infelizmente”*, e diz ainda que *“em alguns lugares que a vulnerabilidade social é muito extrema é proporcionalmente inverso a autoestima, (...) então, assim, quanto mais vulnerabilidade menos autoestima elas têm”*.

Figura 3. Imagem de satélite da Cooperativa Recicla Mais, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

Já em São Sebastião, as mulheres passaram a se organizar no Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, instituição sem fins lucrativos que tem como missão,

promover a valorização da vida, proteção, empoderamento e atendimento da população, em especial a negra e em situação de vulnerabilidade social, com ênfase em projetos culturais, atenção à saúde e geração de renda, objetivando o desenvolvimento humano e a prática de uma cidadania consciente e libertadora. (REDAÇÃO JORNAL DE BRASÍLIA, 2022).

Elas residiam, em suma, próximas ao Nação Zumbi e eram mulheres de maior idade, já aposentadas e com uma formação acadêmica e profissional convencional já consolidada. Contudo, vale mencionar que duas educandas eram trabalhadoras rurais e moravam no Assentamento Estrela da Lua, localizado no Paranoá, território com 57,8 hectares, parcelados entre sete famílias, onde cada lote possui, em média, 2,5 hectares, somando 17 hectares. Os demais são voltados para área de preservação ambiental (RIBEIRO, 2022).

Para Zélia (2023), São Sebastião *“foi uma coisa inusitada”*, uma experiência de educação-aprendizagem de grande potência, onde *“a maioria parte das pessoas de São Sebastião eram idosas, das educandas”*, levantando o questionamento de como conduzir o processo pedagógico que se encaminhou à solução; *“e aí, como faz? E aí mostrar que (...) podia inverter a lógica da educação”* para então educadoras e educandas aprenderem juntas; *“Eu falei, cara! Muda tudo. Muda tudo!”*.

Figura 4. Imagem de satélite do Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

No Gama, as mulheres realizavam seus encontros no Espaço Terapêutico Ashram em Você, um centro de terapias holísticas que envolve desde o yoga à ayurveda, passando por produtos naturais e posicionando as práticas de cuidado em intersecção às relações étnico-raciais. Ali se reuniram mulheres de diversas formações e, em atenção, às assentadas e integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Maria Geralda, educadora popular no território durante o curso, nos contou que ali havia “*um perfil múltiplo*” e que “*acolheu mulheres de outros territórios, então tinha mulheres do Céu Azul, tinha mulheres de Santa Maria, tinha mulheres de Padre Bernardo*”, e traçando um paralelo às mulheres do Gama que:

já tinham uma potência muito específica (...) algumas já eram servidoras públicas aposentadas. Então elas (a maioria), não tinham uma vulnerabilidade que eu possa caracterizar como econômica, muitas eram formadas no superior e o que eu vi é que faltava pra elas informações sobre como potencializar aquilo que elas buscam (Maria Geralda, 2023).

Maria Geralda menciona, em contrapartida, que o território do Gama também lidou com as desigualdades historicamente produzidos, como ela própria expõe quando fala sobre

duas meninas que não continuaram o curso. Uma delas era a catadora de lixo, onde a família dela, desde a vinda da avó para capital, coleta lixo. Essa menina tinha um potencial enorme, mas ao mesmo tempo também ela tinha uma vulnerabilidade social e econômica muito grande. Porque às vezes a gente quer potencializar as pessoas de conhecimento mas não potencializa financeiramente. Em algum momento você vai perder essa pessoa (Maria Geralda, 2023).

Figura 5. Imagem de satélite do Espaço Ashram em Você, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

O ponto de encontro para as educandas de Ceilândia e Sol Nascente é a Casa Akotirene, criada em 2019 e idealizada por mulheres negras do coletivo Afromanas. Tem Joice Markes como ponta de lança das ações que ali ocorrem, como oficinas, acompanhamentos psicológicos e jurídicos, apoio alimentícios, odontológicos e de inclusão digital. É um espaço de organização de mulheres pretas auto definido como quilombamento urbano,

uma ação contínua de existência autônoma frente aos antagonismos que se caracterizam de diferentes formas ao longo da história dessas comunidades, e que demandam ações de luta ao longo das gerações para que esses sujeitos tenham o direito fundamental a resistirem e existirem com seus usos e costumes. Esse existir um movimento fortemente voltado para a coletividade, para os laços que unem os quilombolas entre si e que, num movimento mais amplo e recente, une as comunidades de distintas regiões (SOUZA, 2008).

As mulheres do território foram àquelas que mostraram uma das maiores vulnerabilidades, em diferentes dimensões. Zélia explica que

lá tem um agravante, do grupo que a gente trabalhava, que elas eram completamente analfabetas, então a gente era mais oral e tentava ter um pouco mais de paciência, uma coisa mais visual, assim a gente precisou usar outros recursos porque elas eram, a maioria era, analfabeta ou semianalfabeta. Alguns não chegavam a escrever nem o nome (2023).

O trabalho de Joice para cura do território e dessas mulheres que ali passam, ficam e se organizam é de grande valor e Zélia (2023) menciona quando diz que “*ela é mil, né, então ela já descolou internet ela tem inclusive uma sala capacitação e treinamento hoje de de pessoas para inclusão digital*”. O que nos traz um elemento muito importante a ser projetado: espaços públicos e/ou gratuitos de acesso à internet e que viabilizem processos de formação e inclusão digital em pontos estratégicos para melhor atender a comunidade.

Figura 6. Imagem de satélite da Casa Akotirene, 2023



Fonte: GOOGLE. Google Earth Pro, 2023.

A partir dessa introdução, apreendemos o objetivo deste trabalho, sua decorrência a partir das mulheres do Distrito Federal que participaram do Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres e conhecemos um pouco quem elas são e onde produzem suas vidas. Percebemos, ainda, as relações contraditórias e historicamente desiguais que se desvelam tanto na relação que possuem com a comunicação digital, quanto no território onde vivem. Começamos a entender quais especificidades a serem levadas em consideração em processos de formação e inclusão digital e encaminhamos à compreensão da comunicação digital e redes virtuais no contexto de promoção de saúde e sustentabilidade.

2 JUSTIFICATIVA

Desde o começo da minha graduação, na qual me debrucei a entender a comunicação como elemento estruturante em múltiplas relações que viabilizam uma organização, me vi a sonhar esse lugar onde as diferentes vozes pudessem ecoar em potência a construção de um país atravessado, especialmente, pela gente que na natureza se encanta e produz vida.

No segundo semestre, de 2018, dois foram os momentos que iluminaram a certeza do meu caminho a pensar Comunicação, Território e Saúde. O primeiro, foi com a professora Janara Sousa, ao estudar Comunicação Pública e as tantas lutas travadas para se fazer valer o ecoar da fala.

Contudo, foi no laboratório Territórios de Esperança da Faculdade de Geografia, que entendi a importância do solo na produção do sentido e no sentido para a conquista do solo. Junto à professora Marli Sales, desenvolvi meu primeiro Projeto de Iniciação Científica (PIBIC) que teve como título “Direito à Comunicação é Direito à Saúde: Comunicação Pública e Cidadania para uma Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas”, um momento repleto de desencanto que veio guiado pelo golpe da presidenta Dilma e a completa obturação da política e da participação do Campo, da Floresta e das Águas nas decisões de ações em saúde na situação do Ministério da Saúde.

Após, me vi absorto no intenso processo de digitalização da realidade com as inovações tecnológicas em curso. Junto aos professores Felipe Polydoro e Janara Sousa, fugi da curva e desenvolvi, no ano de 2021, dois PIBICs voltados à área de estudos da internet em situação da cidade.

Posterior a esse momento, tive a oportunidade, a partir do incentivo e apoio do André Fenner, pesquisador do PSAT/Fiocruz Brasília, em realizar mobilidade acadêmica e me lançar aos estudos das ciências sociais e tecnologia no Instituto de Estudos Políticas de Paris (Sciences Po), onde tive aulas com Dominique Boullier e Constance de Leusse, momento que calhou a certeza de me debruçar sobre as territorialidades brasileiras e tecnologia, ao sentir, pela falta, as raízes que instigam o meu movimento.

Das contações de história de um bisavô pescador que depois de navegar o rio voltava com o pescado e acabava por distribuir para às pessoas que estavam a beira do rio, em Belém do Pará, de uma avó mineira que cresceu na fazenda a comer fruta no pomar, de um avô com raízes no Pará e que carregava os mistérios do jaguar, de um pai, filho mais velho, que veio de uma currutela de Minas Gerais para cidade grande erguer quatro irmãos que na pobreza viviam na recém perda do patriarca da família, e de uma mãe que superou o medo do mar

aberto a se juntar aos segredos da maré junto as marisqueiras da Bahia. Escutando, imaginando e criando, vi produzindo as imagens dessas histórias e me vi querendo dar vida àquilo que só o ouvido captura. Foi aí que fui afinando meu toque e dando passada mais firme pelo desenho gráfico, lidando com meu trabalho no mesmo querer da paixão de quem lida com as histórias da minha família.

Pelo PSAT/Fiocruz Brasília tive a oportunidade de, no começo de 2020, firmar esse compromisso com a abertura de portas pela Virgínia Corrêa e, como bolsista, criar peças gráficas, de identidade visual e de editoração enquanto me aprofundava ainda mais na riqueza que carregam as populações do Campo, da Floresta e das Águas.

É então no ano de 2021, que pude contribuir não só com a construção dos materiais pedagógicos a serem produzidos, mas a pensar estratégias de comunicação para mulheres trabalhadoras do campo, marisqueiras, pescadoras, quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade a partir do Curso de Formação em Saúde Integral para as Mulheres no contexto de ações de promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis e me vi diante do cruzo das duas áreas qual vinha me debruçando a esse tempo.

Ao fim do curso, além de levantarmos as fragilidades que acompanhavam as mulheres quanto o acesso à internet e à comunicação, recebemos pela coordenação local do Distrito Federal, a demanda de trabalhar oficinas de formação em comunicação digital a fim de viabilizar a construção de uma rede de economia solidária entre as educandas.

Fomos percebendo que deveriam ser pensadas além de uma formação para empreendimento digital, outras abordagens no âmbito da inclusão digital, que vão desde pensar as infraestruturas de acesso, à alfabetização crítica dos meios de comunicação e à apropriação para produção ativa no contexto digital.

Para pensar em um empreendimento on-line, era preciso tratar todas essas questões, junto às contradições da estrutura que inviabilizam e dificultam o direito à informação, comunicação e internet. Tendo em mente, ainda, que o acesso às tecnologias deveria ser uma escolha e não uma imposição compulsória.

Para isso, a investida das vias para sanar tal demanda, surgiu orientado pela construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, que tem como ponto de partida e chegada o território, em atenção às especificidades presentes para construção de autonomias.

Por esse motivo, foi imprescindível o contato com os territórios a partir de abordagem qualitativa acompanhada de entrevistas semi estruturadas e visitas de campo, guiadas para melhor conhecer a realidade das mulheres do Distrito Federal quanto à acessibilidade digital e os pontos de enfoque a serem trabalhados.

A urgência demanda ações de formação para uma realidade cada vez mais voltada ao digital, mas que também cabe na imprescindível oportunidade de alcance para as mulheres que as redes sociais atribuem, tornando possível ecoar vozes que demandam direitos, denunciam desigualdades e mostram novas formas de se relacionar com o ambiente e o outro.

É no contar histórias por suas próprias palavras que se ascende a importância em pensar a apropriação da comunicação a partir do ponto de vista de quem sempre foi falado por outros.

Especialmente em sua possibilidade de reverberação de representações e simbologias imprescindíveis no processo de criação material da realidade, ou seja, na ação de construção do território a partir do espaço, ou territorialização.

Para além disso, ao olharmos para os atuais dados acerca da inclusão digital, percebemos um cenário que se coloca de suma importância para ser trabalhado, aprofundado e discutido, especialmente em ações de inclusão digital, e que diz respeito a uma realidade na qual 15 milhões de domicílios (20%) e 36 milhões de indivíduos (16,5%) não possuem qualquer tipo de acesso a internet, dado distribuído exclusivamente entre as classes D e E (40%), C (13%) e B (3%) segundo a pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil durante o ano de 2022 (CGI.BR, 2023).

Segundo essa mesma pesquisa, a falta de acesso desponta em 32% dos domicílios no ambiente rural em comparação a 12% dos domicílios em área urbana, sendo o preço (28%) e falta de habilidade (26%) os principais motivos para a inviabilidade de acesso.

Outro dado importante aponta que dos 80% que possuem acesso, 62% fazem uso exclusivo da internet via telefone celular. Na área rural é onde se tem o maior número de pessoas (78%) com esse tipo de acesso exclusivo, acompanhado da expressiva equivalência por pessoas pretas (63%) e pardas (63%); analfabetas ou com educação infantil (92%) e ensino fundamental completo (83%); e pertencentes às classes D e E (84%) e C (68%).

Da apreensão dos níveis de habilidade digital, 29% dos entrevistados não realizaram nenhuma das habilidades apresentadas pelo CGI.br (2023), como verificação de informação encontrada na internet, medidas de segurança para dispositivos e contas, instalação de programas, entre outras, estando tal deficiência de habilidades mais expressivamente exposta por aqueles que utilizam apenas o celular (40%).

Sabemos, ainda, que a digitalização da realidade ascende de forma vertiginosa a capturar formas de empregabilidade, educação, relação, convívio, temas de discussão,

expressões simbólicas, entre outras que atingem de maneira significativa a realidade material e o modo de vida de quem passa a ter acesso a essa rede.

Não só percebemos aqui que a desigualdade de acesso se relaciona às desigualdades sociais, de classe e raça, que fazem a internet ser um espaço seletivo e excludente, mas também na qualidade em que se dá esse acesso, seja nas ferramentas, nas habilidades, ou na compreensão e entendimento das tecnologias que são manuseadas. Reflexo que impacta a comunicação, como produção de conteúdo, narrativas e mensagens, e a potência de sua circulação e criação no ambiente virtual, contribuindo para manutenção de um olhar unidirecional da comunicação digital, em referência a posição de receptores, como aqueles que apenas recebem a informação, e em contrapartida a reverberação de seus próprios interesses e vozes que acontecem a partir da autonomia, autodeterminação, autogestão e apropriação de dadas tecnologias.

Há, portanto, a centralidade de se pensar redes de comunicação como elemento estruturante para ações de educação, empregabilidade, geração de renda, participação popular, organização e mobilização coletiva, acesso a informação, conscientização de assuntos de importância comum, denúncia de desigualdades e documentação e preservação de saberes tradicionais, contribuindo para a perpetuação da ancestralidade e a transmissão intergeracional de saberes.

Ainda, possibilita maior visibilidade para reivindicação de políticas públicas, direitos territoriais, acesso aos programas de apoio do Estado, oportunidades de capacitação e outras fontes de conhecimento que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Pensar, portanto, que as tecnologias da comunicação e informação contemporâneas podem ser apropriadas para esses fins, corrobora para uma cidadania e autonomia comunicativa, fazendo valer dois direitos constitucionalmente postos, o acesso à informação e comunicação.

Nos vale atentar que os guias não são a solução dos problemas mencionados, mas são recursos que irão auxiliar momentos de formação para inclusão digital que buscam ter continuidade no âmbito do PSAT/Fiocruz Brasília a partir das demandas de cada território. Se dispendo, ainda, a ser um elemento que possa auxiliar em outros processos, que não de comunicação, mas de promoção em TSS, como uma proposta para fortalecer a gestão participativa, a apropriação digital e a construção de redes.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial está estruturado em cinco tópicos que abordam os fundamentos teóricos que serviram como base para a elaboração da forma e substância dos guias de comunicação digital e sua relevância nas ações de promoção de TSS.

Abrindo as reflexões, no primeiro tópico são apresentados os processos que levaram ao Programa Institucional de TSS (PITSS) pela Fiocruz, com destaque para as ações desenvolvidas pelo PSAT/Fiocruz Brasília e os agentes envolvidos. Nos é caro passar por esse momento para situarmos o lugar no qual os guias se estruturam e introduzir a importância da inclusão digital para construção de redes e as redes, por sua vez, na produção do território.

No segundo tópico, recortamos o tema da comunicação para o ambiente digital, a pensar a correspondência entre território e redes virtuais, com atenção aos processos de estruturação de redes sociotécnicas e os fenômenos que acompanham a desterritorialização, reterritorialização, territórios-rede e multiterritorialidades. Esse momento nos vale para pensar a apropriação das redes virtuais e seus impactos na produção do território, nos questionando acerca das forças de poder que desterritorializam e reterritorializam os espaços.

Quanto ao terceiro tópico, nos atentamos às questões que envolvem a relação entre mulheres e tecnologia, a pensar desde as possibilidades e utopias que ascenderam durante o final do século XX, ao contexto atual da internet que se mostra nocivo às mulheres, até as possibilidades de criação de redes de cuidado entre mulheres no ambiente virtual.

A partir do quarto tópico, nos aprofundamos nas referências que nortearão os conteúdos presentes nos guias, a começar pela importância em compreender as infraestruturas da internet e os processos de autodeterminação e sustentabilidade que caminham síncrono à construção de redes comunitárias de internet e intranet, a fim de propor alternativas e ações em diálogo com o tópico antecessor. Ainda, discorreremos acerca do uso da internet na geração de renda e empreendedorismo digital a partir de ações territorializadas de economia solidária. Por fim, refletimos sobre a produção de conteúdo por grupos historicamente silenciados a partir da perspectiva de construção de autonomias.

Finalmente, no quinto tópico discutimos a inclusão digital a partir da perspectiva do letramento e alfabetização digital, a pensar, pela influência de Paulo Freire, formas de construção dos guias para que melhor se adaptassem às realidades das mulheres.

Vale mencionar que os temas discutidos estiveram em acordo com as informações apreendidas durante a entrevista ou em consonância com a discussão da comunicação digital em redes virtuais para promoção de TSS.

3.1 Territórios Saudáveis e Sustentáveis, vivência de um conceito

A promoção de TSS nasce de um contexto de reivindicações pela preservação ambiental atreladas às lutas históricas dos povos e comunidades tradicionais. Tanto pela manutenção dos ambientes naturais de produção de vida, como pelo reconhecimento de seus direitos como indissociáveis às suas expressões territoriais.

Tendo como marco a Constituição Federal de 1988, está assegurado no âmbito institucional da ordem pública, a orientação multicultural consonante ao uso consciente do ambiente natural, sabendo que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

No entanto, é apenas a partir da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), que há o reconhecimento concreto da garantia de direitos específicos dos povos e comunidades tradicionais, que por vezes foram reduzidos às comunidades rurais⁵, e que são entendidos como,

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Coincide temporalmente a materialização da luta popular pelo Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT) por lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades do Mosaico Bocaina⁶, em decorrência dos conflitos territoriais causados pela ocupação e uso de territórios tradicionais sobrepostos a Unidades de Conservação de Proteção Integral pela ação estatal e a iniciativa privada, ocasionando limitações de locomoção e acesso a recursos naturais vitais ao modo de vida das comunidades, sujeitando às famílias que ali já residiam a processos administrativos de multa, embargo, demolição e problemas ocasionados por interesses do turismo e investimentos imobiliários de alto padrão.

A partir da busca em construir soluções que minimizassem estes conflitos gerados, estimulassem a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e promovessem a

⁵ A população do campo é um termo mais abrangente e pode incluir tanto áreas rurais quanto áreas ao redor da cidade.

⁶ O Mosaico Bocaina é um conjunto de hectares protegidos da Mata Atlântica e se estende desde Itaguaí, no Rio de Janeiro, até Caraguatatuba, em São Paulo.

saúde no territórios de comunidades tradicionais do Mosaico Bocaina, ocorreu a aproximação da Fiocruz com o FCT, “para melhor compreender suas questões e demandas, buscando alinhá-las com a atuação da instituição no campo da promoção da saúde, de modo a construir ações conjuntas” (BRANDÃO et al., 2021, p. 35). Nesse momento, foi estabelecido um planejamento estratégico participativo em conformidade com as reivindicações que o Ministério da Saúde (MS) passou a receber no contexto de promoção da saúde para povos e comunidades tradicionais com a PNPCT.

É nesse momento de articulação, reivindicação e exigência da garantia de direitos em saúde, que dispõe a Portaria Nº 2.866/Gabinete do Ministro (GM)/MS (BRASIL, 2011), qual institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Conduzida pela Portaria nº 3.071/GM/MS (BRASIL, 2012), medida que legitima no âmbito do MS a participação do Grupo da Terra, com lideranças de movimentos sociais do campo, floresta e águas, e incorpora à política, a atenção às populações das águas, atualizada em 2008 como Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA).

No ano de 2012, a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), lança o Edital de Chamamento Público nº 2/2012 (FUNASA, 2012) para financiamento de projetos que buscavam contemplar a conceituação do que são cidades saudáveis e definir indicadores básicos para sua caracterização no Brasil, sob a justificativa das vulnerabilidades sociais como determinantes do processo saúde-doença e da sustentabilidade ambiental e seus impactos ligados a equidade social como fator imprescindível para pensar as ações de políticas públicas de promoção da saúde e desenvolvimento sustentável. As políticas que tomavam palco neste contexto, em específico PNPCT e PNSIPCFA, foram de suma importância para a proposição do edital e decisão das propostas abarcadas.

Finalmente, em 2019 há a criação do Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS)/Fiocruz por meio da Portaria nº 5555/2019 (BRASIL, 2019), estando sob responsabilidade da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e pela Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030 (EFA 2030), a fim de promover saúde e sustentabilidade nos territórios a partir do estímulo ao diálogo entre diferentes saberes e práticas de determinação socioambiental da saúde. A promoção de TSS passa, de maneira intersetorial, a ser amplamente trabalhada e articulada pelo PSAT/Fiocruz Brasília junto ao seu objetivo principal de produção, disseminação e compartilhamento de conhecimento e tecnologias sobre saúde, ambiente e trabalho comprometidas com a redução de desigualdades sociais.

Resultante dessa aproximação, o Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres buscou compreender a relação ambiente e saúde e as diferentes demandas prioritárias para se estabelecer uma realidade saudável para trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras artesanais, marisqueiras, trabalhadoras urbanas e/ou em situação de vulnerabilidade que, por ser integral, corresponde às dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais, que precisam estar em equilíbrio para um estado de completo bem-estar (OMS, 1946).

A fim de fixarmos o que move a saúde e sustentabilidade nos territórios, temos a definição de TSS como sendo

espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais (MACHADO et al., 2017, p. 246).

Destacando ainda, que

em termos epistemológicos, o TSS compreende a ‘vida saudável’ como condição *sine qua non* para reprodução social comunitária, em que o seu desfecho busca a promoção do ‘desenvolvimento’ em sentido amplo, envolvendo várias dimensões da vida, tais como: a ambiental, cultural, econômica, política e social. Insere-se, portanto, nesse âmbito, o movimento agroecológico em sua perspectiva integral, vinculando não só aos aspectos tecnológicos, mas, sobretudo, na perspectiva de desenvolvimento territorial (FENNER et al., 2022, p.256).

Em diálogo com a comunicação, a promoção de TSS antecipa processos de reflexão que promovam “a autonomia individual e coletiva, estruturando espaços coletivos de tomada de decisão livres de constrangimentos e em condições de respeito e equidade” (GALLO, 2021, p. 100), onde estão envolvidas “ações comunitárias, da sociedade civil e do Estado para a gestão dos bens comuns e de políticas públicas em redes” (IDEM, p. 114) que buscam,

promover a equidade, a autonomia e a sustentabilidade visando à justiça socioambiental, tendo como **modo de governança e gestão um processo local comunicativo-estratégico territorializado e articulado em redes de solidariedade interescares** (GALLO, 2021, p. 110, grifo do autor).

Dando evidência à comunicação e às redes como dois elementos substanciais para promoção de TSS e que, vale explorar, agem conjuntamente, de maneira intrínseca e interdependente. Isso porque a comunicação é o processo fundamental pelo qual as redes são formadas, mantidas e fortalecidas, em propósito e intensidade, enquanto que as redes estabelecem os padrões de interação, determinam os canais de comunicação utilizados e moldam as dinâmicas de compartilhamento de informações.

A comunicação se coloca como elo que une e impulsiona as redes, permitindo a troca de mensagens, ideias e conhecimentos, estabelecendo conexões, construindo relações de confiança, disseminando informações relevantes, coordenando atividades e facilitando a colaboração e o aprendizado mútuo.

Dessa forma, assim como vislumbramos a comunicação como responsável pela qualidade da informação, em conteúdo e intensidade, que na rede circula, também apreendemos a estrutura da rede como determinante para isonomia, transparência e demais garantias de livre manifestação e circulação dos processos de comunicação.

Nesse sentido, explorar abordagens adequadas em comunicação torna-se fundamental para a qualidade de construção e manutenção das redes, sendo ainda um fator crucial para impulsionar as ações e alcançar resultados positivos de governança e gestão, visando a promoção da equidade, autonomia e sustentabilidade em contextos de promoção de TSS.

É notório, a partir desta discussão, a necessidade dos produtos a serem desenvolvidos neste trabalho se colocarem como recursos pedagógicos para a apropriação e, desta forma, estruturação das redes que viabilizem a circulação da saúde e sustentabilidade, orientadas ao cuidado e equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, de forma a garantir um desenvolvimento duradouro e harmonioso que parta da autonomia das comunidades para manuseio, uso e produção de redes de acordo com suas especificidades.

Portanto, antes de nos debruçarmos com maior profundidade sobre o papel das redes virtuais ou como deve ser a postura para apropriação destas, nos vale explorar o papel da comunicação na construção de TSS, pensando as abordagens já em voga e trazendo a tona outras reflexões que valem serem traçadas para complementar o entendimento dos papel das redes de comunicação na promoção de TSS.

3.2 Comunicação digital e redes virtuais na produção do território

Idealizamos os processos de comunicação como aqueles sustentados pelo comprometimento com a horizontalidade e participação, conferidos pela atenção ao acesso e diálogo, em conjunto às ações de formação que tenham como objetivo a apropriação dos meios de comunicação pelas mulheres para que possam contar suas próprias histórias a partir de seus próprios eixos, abrindo ainda um panorama que incorpore a saúde e sustentabilidade a partir do bem-viver, por meio da escuta, do compartilhamento, da celebração e do compromisso social e político (BASPINEIRO, 2016) em quaisquer processos de formação que estejam orientados a emancipação e transformação social.

Quando essa comunicação se estrutura no ambiente digital, ela passa a se articular em rede, capaz de transitar entre territórios e fazer circular narrativas, denúncias, expressões simbólico-culturais, perspectivas de saberes e trocas. Esse aspecto é de suma importância na promoção de TSS (MACHADO et al., 2017) e se desprende no fortalecimento e sustentabilidade das suas ações.

Neste capítulo, portanto, nos aprofundaremos acerca das redes na produção do território, exprimindo sua importância de ser tratada, debatida e trabalhada em ações que busquem territorializar saúde e sustentabilidade.

Ao primeiro passo, o trabalho de Milton Santos acerca da natureza do espaço entre a técnica e o tempo (2004), reivindica um olhar do espaço geográfico a partir das redes e nos ajuda a aprofundar esse debate refletindo acerca da relação entre sociedade, território e tecnologia para produção de redes, contrapondo a visão que as trata como mero sistema técnico, determinista e autônomo, e propondo as encarar como sistemas sociotécnicos, construídos a partir das escolhas de determinados grupos sociais e, portanto, embutidos de substância e forma que reproduz seus interesses.

Tal atenção do geógrafo se dá pela acentuada importância dada às redes neste sistema, envolvimento das novas formas de circulação de bens materiais e imateriais, onde a nova técnica foi utilizada pelo mercado para obrigar os sujeitos “a um novo uso do tempo, a uma obediência cada vez mais estrita ao relógio, a um rigor de comportamento adaptado ao novo ritmo” e no qual “a influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento” (SANTOS, 2004, p. 121), ou seja, a capacidade do uso cotidiano das tecnologias da informação em adaptar os recursos cognitivos e mentais para maximização do lucro. A percepção do seu impacto propriamente técnico, seria, na realidade, uma impressão dos interesses do mercado.

Santos, então, parte de Henry Bakis, para atribuir sentidos às redes: o primeiro é referente à polarização de pontos de atração e difusão, como as redes urbanas; o segundo é posto como uma projeção abstrata, a exemplo dos meridianos e paralelos na cartografia do globo; já o terceiro, qual nos é caro, é associado a uma projeção concreta de linhas de relações e ligações, como as redes hidrográficas e as redes de comunicação hertzianas (BAKIS, 1990 apud SANTOS, 2004, p. 177).

Adicionalmente, as redes podem ser materiais ou imateriais, fazendo referência a circulação de matérias-primas e produtos finais, como também aos fluxos de informação e/ou ordens, fazendo parte do espaço, e também servindo de suporte para este, compondo e influenciando os atuais circuitos espaciais de produção. Compreendem a organização espacial

da produção e as interações entre diferentes locais que desempenham papéis distintos na cadeia de valor global (RAMALHO; CATAIA, 2004 apud BRAGA, 2010).

Neste complexo panorama do que constitui as redes, formadas por elementos tangíveis e abstratos, rígidos e fugidos, Milton Santos enxerga as redes como “animadas por fluxos, que dominam o seu imaginário”, e que “não prescindem de fixos - que constituem-suas bases técnicas - mesmo quando esses fixos são pontos. Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas” (SANTOS, 2004, p. 188). O que nos traz o geógrafo é a caracterização das redes virtuais como estruturas maleáveis e em constante movimento, impulsionadas por fluxos de informação e interações sociais, mas também dependentes de elementos fixos para funcionar, como antenas, servidores, *data centers*, cabos submarinos e provedores de internet.

Como mencionado, essa fluidez característica do sistema sociotécnico não se reduz, para Milton Santos (2004), a um horizonte puramente técnico, em seu caráter determinista, objetivo e final, mas confirma a influência da humanidade na sua construção, neste caso, dos grandes investidores e empresários da informação.

O geográfico, na realidade, nos leva a encarar que as consequência atuais causadas pelo profundo impacto das tecnologias em rede na sociedade atual como operantes a fim de estabelecerem sistema de normas, que se adequam a sistemas de ações oriundas da existência de “1) formas perfeitas universais; 2) normas universais, e, ao mesmo tempo, uma desregulação universal; e 3) uma informação universal, que é base, também, de um discurso universal” (SANTOS, 2004, p. 286).

Para uma superação do determinismo tecnológico e do debate da indispensabilidade do aspecto político presente na técnica, Santos aponta ainda que “devemos, assim, distinguir entre a produção de uma expectativa de fluidez, isto é, a criação das condições para sua existência e o uso da fluidez por um agente, isto é, sua efetivação empírica” (SANTOS, 2004, p. 187).

Milton Santos aborda que esse sistema de normas constitui uma democracia de mercado, onde “o território é o suporte de redes que transportam regras e normas utilitárias, parciais, parcializadas, egoístas (do ponto de vista dos atores hegemônicos)” (SANTOS, 2004, p. 259), onde o mercado irá atravessar tudo, inclusive a consciência das pessoas, em uma realidade que se caracteriza pelo

mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa

globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços –democracia de mercado e neoliberalismo– são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contigüidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartilhado (SANTOS, 2004, p. 259).

Reforçando o que traz Milton Santos, a premissa que impera essa relação se concentra na rentabilidade dos dados de massa, vendidos para orientação de fluxos que justificam unir usuário e produto ou serviço, em uma premissa retroalimentar baseada na acumulação de dados que mostra traços de modulação, manipulação e enviesamento político-econômico. É o que Carl Shapiro e Hal Varian (1999) exprimem como um ambiente adequado para o aprisionamento tecnológico em um sistema cujo *modus operandis* se baseia na ausência do reconhecimento de sua operacionalidade e influenciando o monopólio digital, onde empresas penetram de maneira inevitável em todos os aspectos da vida social com seus próprios protocolos de rede, linguagens de máquina e programação.

Tal processo será nomeado por Milton Santos como “motor único” (2004) e irá se caracterizar por um complexo industrial transnacionalizado que, a partir da expansão das capilaridades da rede nos espaços, impacta os sujeitos e suas relações sociais, influenciando igualmente como se dá a produção do território, como onde “se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

A produção do território ocorre, desta forma, a partir de “uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, por exemplo, pela representação” (RAFFESTIN, 1993 p. 143), onde a comunicação, como a possibilidade de reverberações, trocas e criações de representação, se mostram de suma importância para ditar como esse espaço será usado. Seja na circulação de seres, bens e informações, pois “controlar as redes é controlar os homens, é impor-lhes uma nova ordem que substituirá a antiga” (IDEM, p. 213).

Rogério Haesbaert (2004; 2014) é de suma importância para compreensão da relação entre a rede e o território, e o que preconizou Raffestin a respeito de uma nova ordem a substituir a antiga, pois entende que ambos estão juntos, influenciando um ao outro, em contraposição a perspectivas que, ora subordina a rede ao território, ora dicotomiza o território e a rede.

Por esta via, nos é válido a compreensão do autor quanto o processo de territorialização como um ato de “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não

acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história (o tempo) seja aberta e, assim, um pré-requisito para a possibilidade da política” (HAESBAERT, 2014, p. 38).

Este amplo *continuum* é presente apenas no caráter material-funcional do território, mas principalmente naqueles que são constituídos por maior carga simbólica. O movimento como produção do território se confirma no caráter material-funcional a partir dos efeitos concretos de relações de poder, seja no controle da mobilidade, estruturação de fronteiras, determinação de circuitos de produção, circulação e consumo. Já no segundo, de caráter simbólico, o controle contínuo da produção do território toma proporções mais amplas e se exerce no campo do vivido e dos simbolismos, importante e indissociável visão do território por Lefebvre como sendo “espaços de representação, mais vividos que concebidos”, “penetrados de imaginário e de simbolismos” e onde “contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas” (apud HAESBAERT, 2014, p. 126).

Em *O mito da desterritorialização* (2004), Haesbaert tece uma crítica ao entendimento, tido por ele como exagerado, de que os processos de globalização estariam levando ao desaparecimento das fronteiras territoriais e das identidades locais. Enfatizando, ainda, que é de suma importância compreender a complexidade das dinâmicas territoriais, a nível material e simbólico, que consideram tanto os fluxos de dominação como as resistências, compreendendo a “desterritorialização”, essencialmente, como acompanhada de resposta, ou seja, “reterritorialização”.

A respeito, a desterritorialização acontece para Haesbaert (2004) quando as fronteiras materiais e simbólicas se tornam menos rígidas do que a produção endógena, permitindo fluxos de pessoas, bens, informações e capital que desafiam as divisões territoriais convencionais do exterior para o seu interior, ou quando há escassez do território.

Em resposta a esse processo, ocorre a reterritorialização, que envolve a reconstrução e a reafirmação da identidade, autoridade ou controle de certo contexto de transformações territoriais, seja, novamente, no âmbito material, pelas ondas migratórias, como no âmbito simbólico, na adaptação de saberes locais em relação a saberes externos.

Para Haesbaert, as redes se destacam pelo “seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por eles circulam tenham um efeito que pode ser, ora de sustentação, mais "interno", ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais "externos" ou desarticulador de territórios” (2004, p.294).

Para finalizarmos essa discussão, André Lemos (2006) se aprofunda no uso das redes virtuais e seu papel no processo de desterritorialização e reterritorialização a partir da obra

“Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura”. Ao citar Barnett, exemplifica esse sujeito que, por meio das redes, reterritorializa seu espaço:

Eu me tornei dados viajando por paisagens de dados. Tornei-me um número de assinatura de *roaming*” (...) “os lugares que visito tornam-se ‘inteligentes’ em virtude da minha presença. Trago informações comigo para este lugar, e essas informações medeiam minhas experiências: o território que me cerca serve como superfícies de projeção para dados (2005 apud LEMOS, 2006, p. 2, tradução nossa⁷).

Para Lemos, toda mídia, da escrita à internet, cria processos que nos permitem driblar os constrangimentos do espaço e do tempo, criando assim processos desterritorializantes em níveis políticos, culturais, sociais e subjetivos, cabendo “toda territorialização uma significação do território (político, econômico, simbólico, subjetivo” (2005, p. 4).

Esse processo é percebido pelo autor como condicionante de linhas de fuga, conceito que ele traz a partir de Gilles Deleuze e Félix Guattari como relacionados à existência de possibilidades de escape ou ruptura em relação às estruturas dominantes e opressoras.

São, aqui, caminhos ou trajetórias que desafiam as limitações e as normas estabelecidas pelos sistemas sociais, políticos ou culturais e representam uma busca por liberdade, autonomia e resistência às formas de controle e opressão.

Acerca, os autores nos dizem:

Devemos pensar a desterritorialização como um poder perfeitamente positivo, que tem seus graus e seus limiares (epistrados), e sempre relativo, tendo um lado oposto, tendo uma complementaridade na reterritorialização (...) por linhas de fuga que testemunham a presença nelas de movimentos de desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1980 apud LEMOS, 2006, p. 4, tradução nossa⁸).

Tal compreensão de processos de linha de fuga que surgem com a desterritorialização nos prepara para um campo onde há a possibilidade de reinvenção, resistência e ressignificação, fator de suma importância em um contexto qual Lemos (2006) evidencia como de agravamento das crises de fronteiras e conseqüente controle do territórios, nos levando a uma sensação de desterritorialização generalizada.

⁷ I have become data traveling through data landscapes. I have become a roaming subscription number” (...) “the places I visit become ‘smart’ by virtue of my presence. I bring information with me to this place, and this information mediates my experiences: the territory surrounding me serves as surfaces of projection for data. (Barnet apud LEMOS, 2006, p.2)

⁸ il faut penser la déterritorialisation comme une puissance parfaitement positive, qui possède ses degrés et ses seuils (épistrates), et toujours relative, ayant un envers, ayant une complémentarité dans la reterritorialisation (...) les territorialités sont donc de part en part traversées de lignes de fuite qui témoignent de la présence en elles de mouvements de déterritorialisation et de reterritorialisation” (DELEUZE; GUATTARI apud LEMOS, 2006, p.4)

A economia pela globalização e flexibilização do trabalho, a política pelos estados supranacionais, a cultura pelo multiculturalismo são fenômenos de desterritorialização que o autor traz como:

Uma cultura da desterritorialização. Ela nos coloca em meio a diversos problemas de fronteira, agravando as crises de controle e de acesso, influenciando em todas as demais formas de desterritorializações contemporâneas. A desterritorialização informacional afeta a política, a economia, o sujeito, os vínculos identitários, o corpo e a arte. A internet é, efetivamente, máquina desterritorializante sob os aspectos político (acesso e ação além de fronteiras), econômico (circulação financeira mundial), cultural (consumo de bens simbólicos mundiais) e subjetivo (influência global na formação do sujeito). Estão em marcha processos de desencaixe e de compressão espaço-tempo na cibercultura (LEMOS, 2006, p. 6).

Sabemos, até aqui, que é no uso do espaço físico que se dá o entendimento do território como lugar onde ocorre a ação contraditória humana que produz um híbrido entre sociedade e natureza ou materialidade e idealidade, interagindo em tempo-espaço, e movimento e estabilidade (SANTOS, 2006) em uma realidade cada vez mais conectada e onde a representação é de suma importância para a qualidade da territorialização, ou o ato *continuum* de produção do território.

A partir de um olhar tridimensional entre espaço, sociedade e cultura, as relações contemporâneas influenciadas por conexões em diferentes escalas configuram o território a um aumento de dinamicidade e movimento, qual Haesbaert irá entender por territórios-rede, sendo

numa concepção reticular de território ou, de maneira mais estrita, de um território-rede, estamos pensando a rede não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território e que, conjugada com a ‘superfície’ territorial, ressalta seu dinamismo, seu movimento, suas perspectivas de conexão (‘ação à distância’, como destaca Machado, 1998) e ‘profundidade’, relativizando a condição estática e dicotômica (em relação ao tempo) que muitos concedem ao território enquanto território-zona num sentido mais tradicional (HAESBAERT, 2004, p. 286-87).

Tais territórios-redes, realidade das dinâmicas relacionais contemporâneas, possibilitam sobreposições espacialmente descontínuas, mesmo que conectadas e articuladas entre si de forma intensa, onde as relações entre lugares distantes impactam um ao outro através de fluxos que os conectam em diferentes pontos.

No espaço-tempo vivido, Haesbaert observa o território, em constante dominação, apropriação e reapropriação, como múltiplo, diverso e complexo, contrapondo o caráter

unifuncional da lógica hegemônica. Ele aponta então a reterritorialização como uma premissa comum à um realidade multiterritorial a que o espaço está sujeito.

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, **quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço** (HAESBAERT, 2004, p. 343-44, grifo do autor).

Entendemos que a agência da comunicação e dos canais que a tornam viável, são capazes de “estabelecer diferentes territorialidades a partir do modo como a informação é produzida e posta em circulação no tempo e no espaço, num determinado contexto social” (ZANETTI; REIS, 2017, p. 18), podendo gerar territórios-rede e multiterritorialidades.

A rede global de internet produzida, distribuída e controlada pelo norte global, se mostra, por essa lógica, um dos principais meios que circulam os trunfos de poder que reterritorializam o uso do espaço na contemporaneidade, seja a nível concreto, da infraestrutura que torna o acesso a internet possível, seja a nível abstrato, seletivo às principais referências de sentido intrínseco aos tipos de conteúdo priorizados para circulação.

Zanetti e Reis adicionam à reflexão os estudos de Firmino (apud ZANETTI; REIS, 2017), sobre a internet e as tecnologias digitais possuem potência e capacidade de perfurar barreiras simbólicas e materiais e, por assim, desvelar novas experiências espaciais e territoriais, trazendo ainda a atenção de um espaço ampliado pelas tecnologias digitais, pois todos os tipos de fluxo, de maneira abstrata, povoam lugares e espaços. Tem-se aí, a importância de pensar a organização a nível local a partir das orientações próprias dos territórios, ainda à margem da inclusão digital.

Visando garantir a acessibilidade a funções úteis e necessárias presentes na internet como pesquisa, empreendimento, educação e comunicação e a acentuação da possibilidade de reverberação do alcance de narrativas e referências simbólicas que surgem dos criadores de comunicação em seus próprios propósitos, corroborando para movimentos contrários ou outros à hegemonia das redes de internet enviesadas a uma territorialização que se dá pelo extrativismo digital, capaz de gerar efeitos nos corpos e territórios, transformando a vida em um fluxo contínuo de dados (RICAURTE, 2019).

Pensamos, portanto, que os guias a serem desenvolvidos devem, a partir das demandas que as mulheres trouxeram, dialogar acerca desses processos de construção e influência das redes, se projetando a um horizonte de linha de fuga à reterritorialização da saúde e

sustentabilidade. Tornando viável, a nível material e simbólico, as possibilidades de encontro e fortalecimento entre sujeitos e comunidades de diferentes territórios, ou territórios-rede, que se solidarizam com as contradições e opressões vividas.

Ao fim, pensamos então em redes de solidariedade, já propostas na metodologia de promoção de TSS a partir dos processos comunicativo-estratégicos territorializados e articulados em redes de solidariedade interescares (GALLO, 2021, p. 110, grifo do autor). Tal rede, para Euclides Mance, tem como fim a subversão de “padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançado para a construção de uma globalização solidária” (2002, p. 1).

Os critérios para participação nessas redes confluem aos empreendimentos sem exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; à preservação do equilíbrio ecológico dos ecossistemas, respeitando a transição de empreendimentos que estão em trânsito para se tornarem ecologicamente sustentáveis; ao compartilhamento de significativas parcelas do excedente para expansão da própria rede; e à autodeterminação de fins e autogestão dos meios, buscando a cooperação e a colaboração.

Essas redes, as quais aspiramos esperar, têm como compromisso o bem viver de todos, com desejo do outro em sua valiosa diferença. Trata-se de uma radical postura ética e moral voltada à solidariedade, onde cada pessoa possa usufruir das melhores condições possíveis tanto das liberdades públicas, como das privadas.

Não esquecendo ainda do acolhimento da diversidade de saberes, crenças, linguagens e modos de vida, entendendo que “promover as liberdades significa garantir às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária” (MANCE, 2002, p. 11).

Em facticidade, pensamos a construção e apropriação das redes de comunicação a partir de uma lógica que viabilize a solidariedade, autogestão, autodeterminação e sustentabilidade, promovendo práticas de cuidado e de saúde para impactar as redes e reterritorializar perspectivas de emancipação.

3.3 Mulheres e internet

Em 1985, quando a internet começava a ser idealizada, Donna Haraway (2000) escreveu *Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia, feminismo-socialista no final do século*

XX, onde teceu utopias de liberdade, equidade de gênero e transformação social com o advento da tecnologia. Para a autora, seria essa a desconstrução de identidades fixas e arbitrarias, onde tecnologia, gênero, raça e cultura seriam exploradas em seus múltiplos aspectos, e o que estaria “em jogo nessa guerra de fronteiras são os territórios da produção, da reprodução e da imaginação” (HARAWAY, 2000, p. 37).

Para ela, o mundo virtual seria a libertação da consciência da opressão, que

(...) depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão da possibilidade. O ciborgue é uma matéria de ficção e também de experiência vivida – uma experiência que muda aquilo que conta como experiência feminina no final do século XX. Trata-se de uma luta de vida e morte, mas a fronteira entre a ficção científica e a realidade social é uma ilusão ótica (HARAWAY, 2000, p. 36).

Haraway enxergou na internet sua inerente materialização a partir da idealização, controlada pelos limites da possibilidade imaginativa de quem a formaliza e desenvolve. Em sua visão, ela expôs as possibilidades de subversão do poder, desestruturação dos alicerces de gênero e expansão dos limites dos corpos femininos no processo de simbiose com a tecnologia. No entanto, apreendemos uma outra realidade.

A partir das suas experiências com incentivo à inclusão digital com comunidades rurais do sul global, Nicola Bidwell (2020) nos alerta acerca de um empecilho de aproximação das mulheres às tecnologias pelo enviesamento masculino presente na tecnocultura.

Fato que se confirma ao observamos a presença de apenas 20% das mulheres na área de Tecnologia da Informação (IBGE, 2018), mas que nem sempre foi assim se compararmos ao protagonismo de 70% das mulheres entre os formandos em Ciência da Computação pela Universidade de São Paulo no ano de 1974 (SANTOS, 2018), que estava em ascensão visto que as atividades de processamento de dados e cálculos eram dadas às secretárias, posto majoritário feminino.

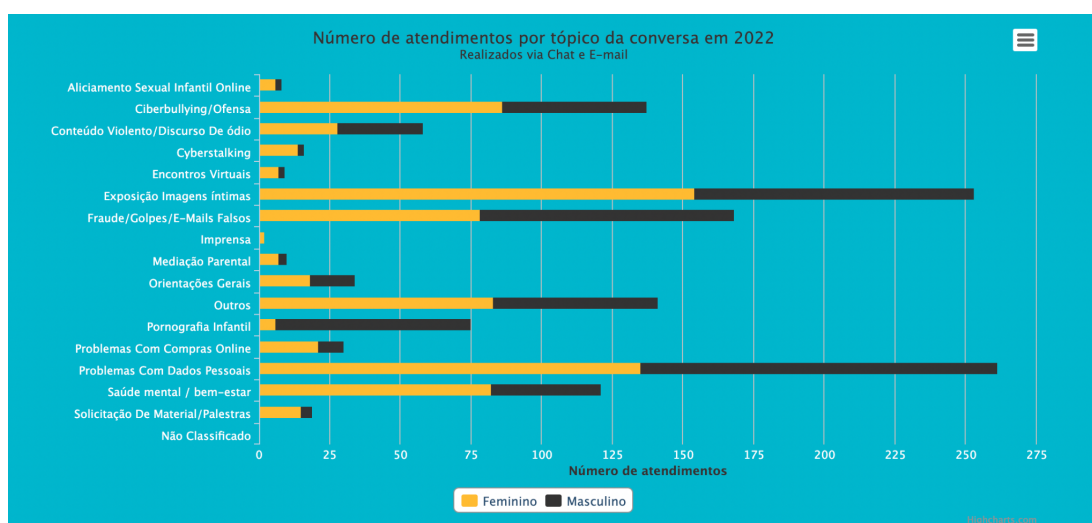
Atualmente, apenas 9% se formam na mesma universidade (SANTOS, 2018). Das principais barreiras para aproximação das mulheres na área, estão: comportamentos relacionados a brincadeiras ofensivas e apelidos; discriminação, que agrupa “comportamentos relacionados à comentários que remetem à posição de inferioridade e atitudes hostis”; e assédio, com “comportamentos que incomodam, importunam, humilham ou perseguem uma mulher no seu ambiente de trabalho” (MACHADO et al., 2021, p. 291).

Quando o assunto é acessar a internet, as mulheres, no entanto, são mais presentes. A pesquisa Mulheres e Tecnologia - Dados sobre o acesso feminino a Tecnologias da

Informação e Comunicação, da plataforma Melhor Plano⁹, constatou que 85% das mulheres de 10 anos ou mais são usuárias de internet, em comparação a 77% entre os homens. No entanto, elas acessam menos os serviços na internet do que os homens, uma relação de 32,47% a 44,16%, respectivamente como traz estudo feito em 2020 pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação¹⁰.

Além disso, o ambiente virtual se apresenta mais nocivo para as mulheres do que para os homens. Só no ano de 2022, 742 foram as violências sofridas pelas mulheres em comparação a 625 a partir dos dados disponibilizados pela Helpline da ONG SaferNet Brasil (2022)¹¹. Em relação às violências como pornografia de vingança, 183 para 104, e cyberbullying, 113 para 33, as mulheres foram os principais alvos. Ainda, em pesquisa realizada pela Pew Research Center (2017), foi apontado que 21% das mulheres já sofreram algum tipo de violência sexual on-line, mas que o dobro dos homens que participavam do mesmo estudo.

Figura 7. As principais violações para as quais os internautas brasileiros pedem ajuda



Fonte: Helpline, SaferNet (2022)¹²

Para Janara Sousa, a violência on-line de gênero é compreendida como “a violência simbólica cometida contra mulheres e meninas nos diversos espaços que a Internet

⁹Disponível em: <<https://melhorplano.net/>>. Acessado em: 15 jul. 2023

¹⁰ Disponível em: <<https://cetic.br/>>. Acessado em: 15 jul. 2023

¹¹ Disponível em: <<https://indicadores.safernet.org.br/helpline/helplineviz/helpchart-page.html>>. Acessado em: 15 jul. 2023

¹² Disponível em: <<https://indicadores.safernet.org.br/helpline/helplineviz/helpchart-page.html>>. Acessado em: 15 jul. 2023

oferece, agravada pela imensa capacidade de repercussão que a rede mundial de computadores possibilita” (SOUSA et al., 2019, p.247).

Ao analisar o ambiente regulatório de combate a violência on-line na internet, a autora aponta que o conjunto de medidas previstas para o combate às violações sofridas pelas mulheres se refere, ainda, ao conjunto de medidas previstas nos artigos 183 e 145 do Código Penal Brasileiro, em especial de injúria e difamação, mas que se mostram incapazes de abarcar as especificidades da exposição na internet, apontando o Marco Civil da Internet, a Lei Carolina Dieckmann e a Lei Lola Aronovich como medidas de inestimáveis avanços para as usuárias da internet.

A passo que vislumbramos um cenário hostil às mulheres, enxergamos na dissertação de Bruna Oliveira *Eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor - redes de comunicação, cuidado e saúde mental entre mulheres* (2023), possibilidades de ressignificação do ambiente virtual a partir de uma perspectiva de promoção do cuidado que surge da união entre as mulheres no ambiente virtual por redes tecidas, compartilhadas e organizadas por mulheres que cuidam e precisam ser cuidadas (IDEM, p. 143).

A partir do diálogo com 8 mulheres, a autora identificou redes de cuidados que as mulheres acionavam, ou eram convidadas, e acabavam as guiando pela necessidade de cuidar. Isso estabeleceu um impacto profundo na preservação da saúde mental de mulheres que estavam em pleno isolamento pandêmico. A respeito, a autora nos traz que

As histórias e trajetórias das mulheres ouvidas ao longo deste percurso nos mostraram o quanto a comunicação é importante e o exercício do direito à voz é um grito entalado em meio a tanto abandono. Falar e reivindicar direitos não o garante necessariamente, mas as mulheres que participam de redes de comunicação sobre cuidado se ajudam com trocas de saberes, reinventam as possibilidades de cuidado em saúde mental, se incentivam e assumem uma posição de protagonismo (OLIVEIRA, 2023, p. 143).

A partir dessas reflexões, apontamos o urgente compromisso em tratar nos guias propostas as violências às quais as mulheres estão mais suscetíveis no ambiente digital, como *cyberbullying*, machismo, vazamento de imagens e/ou pronografia de vingança, sem esquecer ainda de outros crimes, como fraudes e roubo de dados, que tem as mulheres como principais alvos. Nos atentando, ainda, a explorar a tecnologia como um substantivo inerentemente feminino quando apropriado por mulheres.

Apesar do cenário nebuloso e de uma realidade tecnocultural que coloca as mulheres a parte de um ambiente que deveria romper as lógicas de gênero, como Haraway traz, nos atentamos a necessidade de explorar nos guias, a tecnologia como um substantivo

inerentemente feminino quando apropriado por mulheres, estimulando, a partir do uso de elementos simbólicos e narrativos, a proximidade entre ambas.

Por fim, compreendemos as redes como possibilidades de construções autônomas que viabilizam estruturas de promoção de cuidado e saúde mental entre as mulheres, potencializando a proximidade e o fortalecimento coletivo que se nutre em partilha.

3.4 A elaboração de guias de comunicação digital para apropriação de redes virtuais

Das discussões feitas até aqui, compreendemos que as redes virtuais de comunicação digital são recursos sociotécnicos que operam de maneira conivente aos interesses dos atores que a idealizaram.

Sabemos ainda que elas possuem uma relação concomitante ao território, sendo possíveis agentes de desterritorialização e, portanto, reterritorialização e que operam, sobretudo, a nível simbólico.

Percebemos que a interconectividade entre territórios dá forma a territórios-redes que se caracterizam por multiterritorialidades, onde os territórios, a partir dos seus sujeitos, passam a se comunicar e impactar o espaço de maneira relacional, portanto a produzir territorialidades compartilhadas.

Do primeiro ponto posto, percebemos a necessidade do manuseio das redes virtuais em sua integralidade, vislumbrando um outro uso que não mercadológico a partir da apropriação, autodeterminação e autogestão de redes a partir dos territórios não hegemônicos, aqui tratados como territórios tradicionais e/ou em situação de vulnerabilidade.

Tal afirmativa se vincula, primeiramente, no processo de escuta da demanda que as mulheres do curso trouxeram, sabendo que deve ser respeitada a vontade e interesse das pessoas e comunidades em se conectarem ou se inserirem no ambiente das redes virtuais. O fortalecimento deve acontecer em conjunto, a partir de uma relação propositiva e que se oriente a contrapor a lógica dominante do mercado sobre as redes.

Portanto, a construção de uma intimidade com as redes a partir de práticas sustentáveis que viabilizem o acesso à internet, manuseio das ferramentas e produção de conteúdo, passos para a inclusão digital (MORI, 2011), se articula às demandas que as mulheres trouxeram durante as entrevistas.

Propositivo para pensarmos os conteúdos a serem apresentados por meio dos guias de comunicação digital, partimos do entendimento da infraestrutura da internet pelas redes, compreendendo seu funcionamento e estimulando sua autodeterminação com o uso das redes

comunitárias de internet, buscando a apropriação das ferramentas para benefício das comunidades na geração de renda, até a autonomia dos fluxos a partir da produção de conteúdo, e incentivando a aproximação e intimidade com as tecnologias.

3.4.1 As Redes Comunitárias de Comunicação e a busca por Autodeterminação e Governança Digital

Entendemos que para apropriação das redes sociotécnicas, temos de partir de um primeiro estágio que, além de garantir acesso, tem como lugar de partida a autodeterminação e autogestão desse acesso vinculado à compreensão da infraestrutura da internet que se estabelecem as redes. Não retirando da centralidade do debate, ainda, que a realidade do acesso nos territórios ainda se encontra escasso.

No território de Planaltina, a coordenadora Zélia (2023) nos conta que *“o sinal lá é muito difícil”* e que as mulheres *“não têm rede de Wi-Fi fácil não”*, uma vez que *“o próprio território tem nuances que fica difícil o próprio celular da gente pegar lá, então é realmente um acesso bem complicado”*. Quanto à Sobradinho, ela diz que *“lá, a internet é só na cooperativa, não tem nem internet por Wi-Fi ou por sinal”*.

Na Ceilândia, a exclusão digital pelo acesso também é latente, como conta a educadora popular Maria Claudia (2023) ao afirmar que *“nem todas têm internet em casa, não e quando tem, tem, quando não tem, não tem não, muito difícil também ter o acesso aos dados móveis”*. E confirma a educanda Camila (2023): *“porque assim, eu tenho um plano, aí eu fiz o plano, aí todo mês eu tenho que pagar o plano, aí chega dia 22, já não tenho mais internet”*, alegando ficar sem internet por *“1 semana, 2 (semanas), até um mês sem internet”*.

Em resposta a ausência e exclusão digital de acesso, surgem as redes comunitárias de internet como *“redes digitais auto-organizadas por grupos de pessoas, como associações de bairros e/ou cooperativas, sem fins lucrativos, a fim de remediar a falta de conectividade”* (ZANOLLI, 2021, p. 10).

Zanolli pontua que essas iniciativas partem da organização comunitária para o reconhecimento das redes a partir dos territórios que podem contar, em um primeiro momento, com a ajuda de parceiros, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas ou iniciativas do governo, mas que, com o tempo, tem como premissa o ganho da autonomia para gestão e operação.

Neste contexto, Zanolli nos traz a ideia de tecnologias comunitárias como sendo *“um método de ensinar e aprender sobre tecnologia com o objetivo de restaurar relações e apoiar*

na cura dos territórios” (et al., 2018, p. 8) e nos move a compreender que as redes comunitárias vão além do mero ato de compartilhar e distribuir o acesso à internet, mas a engajar ações de fortalecimento territorial, de saúde e sustentabilidade de conexão a fim de promover redes que estimulem outras formas de relação com a tecnologia.

Ao estudar redes comunitárias rurais no sul global, Nicola Bidwell (2020) encontra uma série de benefícios com as suas implementações pelas comunidades, como economia em até 90% dos custos de conexão à internet e o aumento da geração de renda local. No entanto, a autora aponta o protagonismo dos homens na construção das redes locais, mostrando que “o viés masculino tanto na tecnocultura das redes comunitárias, quanto na governança rural pode limitar a sustentabilidade dessas alternativas orientadas para os bens comuns aos monopólios de telecomunicações” (BIDWELL, 2020, p. 1, tradução nossa¹³), sendo muito mais difícil acessar as mulheres do que os homens.

Em contrapartida, as iniciativas brasileiras que tomam destaque são lideradas por mulheres e se autodeclaram feministas como trazem Bruna Zanolli, Carl Jancz¹⁴, Cristiana Gonzalez, Daiane Santos e Débora Prado ao discorrerem sobre os processos de construção de infraestruturas feministas de redes comunitárias em conexões de baixo para cima¹⁵ que busquem por diversidade e autonomia (ZANOLLI et al., 2018).

As autoras evidenciam o processo de articulação coletiva para a viabilidade de construção comunitária das redes a partir da atenção, pelos grupos parceiros e de fora dos territórios, ao respeito das diferentes especificidades locais e os diferentes meios pelos quais as comunidades articulam suas experiências, sem sobrepor o conhecimento técnico aos outros tipos de conhecimento.

Prezam ainda, pela importância em tornar, de maneira ativa, esses espaços físicos e digitais mais acolhedores e seguros para as mulheres.

Para ilustrar, citam:

A criação de creches em espaços de projeto e implantação de infraestrutura; a implementação de ações afirmativas para construir redes e estruturas de

¹³ Show that masculine bias in both CN technoculture and rural governance may limit the sustainability of these commons-oriented alternatives to telecom monopolies (BIDWELL, 2020, p.1)

¹⁴ O nome morto de Carl é utilizado na sua obra referenciada, mas optamos, no texto, por utilizar o nome dele posterior à transição.

¹⁵ Ou iniciativas “bottom-up”, termo mais comumente utilizado para se referir a abordagens nas quais as ideias, propostas ou ações partem da base de uma organização, comunidade ou grupo de indivíduos e se movem em direção à liderança ou à tomada de decisão superior. Essas iniciativas são caracterizadas por surgirem daqueles que estão diretamente envolvidos na implementação ou que têm conhecimento especializado em um determinado assunto.

gestão comunitária mais representativas e menos concentradas em poder; um acordo coletivo sobre uma política antiassédio e não discriminatória; ou mesmo a consciência da necessidade potencial de remover conteúdo íntimo divulgado sem consentimento ou conteúdo misógino dos servidores da comunidade. (ZANOLLI et al., 2018, p. 43, tradução nossa¹⁶)

Dessa forma, espaços seguros, solidariedades sociais e até desenho¹⁷ participativo fazem parte das infraestruturas autônomas feministas que as autoras abordam, residindo em um conceito de auto-organização. A respeito, a criação da rede tipo mesh¹⁸ pela ONG Casa dos Meninos foi acompanhada do estímulo a uma cultura comunitária e colaborativa a partir do engajamento da comunidade no acordo de políticas internas e produção de conteúdos.

Um fator de destaque para a construção das redes comunitárias de internet cabe na autodeterminação de rede, ou autodeterminação tecnológica, como sendo o princípio que assegura o pleno direito das pessoas e comunidades em escolherem e controlarem as tecnologias e infraestruturas de rede que utilizam.

Para Luca Belli, a autodeterminação de rede deve ser associada “à interpretação do direito à autodeterminação como direito coletivo de uma comunidade de determinar seu próprio destino, promovendo desenvolvimento socioeconômico e a auto-organização” (BELLI, 2018, p. 214), impactando de antemão “o desenvolvimento participativo e sustentável do ecossistema internet” (IDEM, p. 212).

Igualmente, a autodeterminação está fundamentada na premissa de que as pessoas devem ter o poder de definir as regras, políticas e tecnologias que irão reger sua comunicação e acesso à informação, empoderando os sujeitos e comunidades a determinarem suas políticas de rede e implementarem soluções técnicas específicas às suas necessidades.

Essa premissa, como traz Belli (2018) está fundamentada em bases conceituais e jurídicas no direito fundamental à autodeterminação das pessoas, presente no Artigo 1 da Carta das Nações Unidas, bem como no Artigo 1 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.

¹⁶ The creation of daycare facilities in spaces of infrastructure design and deployment; the implementation of affirmative action to build more representative and less power-concentrated network and community management structures; a collective agreement on an anti-harassment and non-discriminatory policy; or even the awareness of the potential need to remove intimate content disclosed without consent or misogynist content from community servers. (ZANOLLI et al., 2018, p.43)

¹⁷ Utilizado nos textos como “design”

¹⁸ Uma rede mesh, ou rede em malha, é uma topologia de rede em que cada dispositivo na rede está conectado a todos os outros dispositivos, formando uma malha de conexões diretas. Diferentemente das redes tradicionais, nas quais os dispositivos estão conectados em uma estrutura hierárquica, na rede mesh todos os dispositivos têm a capacidade de rotear dados para outros dispositivos, eliminando a dependência de um único ponto de acesso central.

Desta forma, as redes comunitárias de internet nos movem a pensar as concretudes de exigências estabelecidas pelo Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (BRASIL, 2014) que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e tem como um dos eixos centrais a indicação de que o uso da internet no Brasil tem por objetivo a promoção do direito de acesso à internet e do acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução de assuntos públicos (art. 4, I e II). Trata também da promoção da inclusão digital, por determinação de que iniciativas públicas devem promover a inclusão digital e a redução das desigualdades de acesso (art.27, I e II) e por indicação ao setor privado, governamental e da sociedade civil a responsabilidade compartilhada em informar e capacitar crianças e adolescentes para o uso da internet (art. 29, parágrafo único), que demonstra ações e posicionamentos já em curso pelas instituições do poder público a garantir a promoção das redes comunitárias de internet, como o da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL)¹⁹.

Outro elemento que nos vale acrescentar à discussão é o que diz respeito ao paradigma que concerne a neutralidade de rede, sendo imputado ao responsável pela transmissão, computação ou roteamento o dever de tratar de forma isonômica quais pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação (art. 9). A neutralidade de rede busca, então, assegurar que a internet permaneça como um ambiente aberto, no qual os usuários tenham liberdade para acessar qualquer conteúdo, utilizar qualquer aplicativo ou serviço sem que um ou outro seja priorizado na transmissão de dados.

O *zero rating*, por exemplo, é uma prática em que os provedores de serviço de internet oferecem acesso gratuito ou com tarifas reduzidas a determinados serviços ou aplicativos específicos, excluindo esses dados do limite de consumo do plano que o usuário acorda com a operadora telefônica.

A passo que cria uma vantagem competitiva para determinados serviços em detrimento de outros, potencialmente prejudicando a inovação e a concorrência justa na internet, essa prática tem sido responsável por assegurar o uso gratuito de aplicações como WhatsApp e Facebook por uma parcela relevante da sociedade brasileira que não pode cumprir com os custos.

A respeito da neutralidade de rede, *zero rating* e redes comunitárias de internet, Luca Belli aponta que “se a falta de acesso à Internet leva à exclusão social, especialmente na época do coronavírus, ter somente acesso a aplicativos patrocinados é uma verdadeira

¹⁹ Disponível em <<https://www.anatel.gov.br/setorregulado/redes-comunitarias>>. Acessado em: 15 jul. 2023

bomba-relógio para a democracia” (2021, p.14). O autor alerta, ainda, que a situação paradoxal vivida pela população brasileira, em quarentena forçada, sentenciou à exclusão social aqueles desconectados, sendo de suma importância as práticas de *zero rating* que, em contrapartida, criaram um cenário perfeito para se servirem os principais vetores de informações falsas que, inclusive, colocaram em risco a garantia da vida dessas pessoas, bem como a saúde psíquica delas.

Para tal, o autor aborda que as redes comunitárias de internet são possibilidades onde esse paradoxo que o Estado encara pode ser sanado no reconhecimento de estímulo e incentivo a modelos alternativos de conectividade que permitam não só a universalização do acesso, mas também o empoderamento dos sujeitos para apropriação e uso, apostando que “o desenvolvimento de redes comunitárias, que acaba de ser promovido pela própria ANATEL, tem incrível potencial” (IDEM, p.16).

Sabemos a importância de acesso à informação e à comunicação para garantia dos direitos constitucionais, bem como a prerrogativa da neutralidade de rede e o compromisso pela superação das desigualdades que traz o Marco Civil da Internet.

Mas, sobretudo, estabelece que o direito à internet é essencial ao exercício da cidadania (art. 7), reforçando ainda o caráter abrangente e determinante que a internet passa a constituir em relações cotidianas à empregabilidade, geração de renda, saúde e educação, características fundamentais que devem ser asseguradas pelos poderes públicos.

Nesse contexto, é conivente discutir sobre a governança na internet, como sendo o desenvolvimento e aplicação “pelo governo, setor privado e sociedade civil, no desempenho de suas respectivas funções, princípios, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas comuns que moldam a evolução e uso da Internet” (World Summit on the Information Society apud BELLI, 2021, p. 45).

Em seu capítulo *Governança e regulações da Internet: uma apresentação crítica*, Luca Belli aponta então que a governança se encontra atravessada por um ecossistema digital inteiramente baseado pelas infraestruturas de telecomunicações (JIMENEZ apud BELLI, 2018), alegando ainda a dificuldade de conhecer esse ambiente digital e construir proposições críticas, especialmente pela dependência dos provedores de internet que, ora custam muito caro, ora estão indisponíveis.

Como proposição, o autor sugere uma expansão sustentável da conexão a partir das redes comunitárias de internet que estimulam a governança digital sobre articulação multissetorial²⁰ a partir do território²¹.

A respeito das redes comunitárias de internet e as experiências de implantação e desafios para a inclusão digital núcleo de informação e coordenação do ponto br (NIC.BR) no ano de 2022, Laura Tresca aborda que características como autogestão, ausência de fins lucrativos, apropriação tecnológica e o caráter comunitária são partes essenciais e recorrentes na construção das 63 iniciativas de redes de comunicação comunitária identificadas no estudo.

Em primeira abordagem, a autogestão diz respeito aos acordos de infraestrutura tomados pela própria comunidade a partir de suas regras e especificidades. O caráter comunitário, como já mencionado, não se vincula ao caráter tecnológico ou aos equipamentos utilizados, mas nos processos comunitários de construção, gestão e suporte das redes: “mero compartilhamento de Wi-Fi não necessariamente gera um processo comunitário” (TRESCA, 2022, p.33).

Da situação que se encontram as redes comunitárias do Brasil pelo NIC.BR (2022), há a indicação delas estarem concentradas em comunidades tradicionais, como comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Desenvolvidas sem fins lucrativos, 60% das iniciativas mapeadas ainda estavam ativas desde a construção da pesquisa, exprimindo uma quantidade significativa do total de redes inativas. Dificuldades provocadas pela pandemia e impactos na renda são as principais causas para a inoperação dessas redes, junto a ausência de assessoria jurídica para adequação à regulação das redes comunitárias diante da legislação vigente, a fim de não prejudicar a autonomia política e econômica das iniciativas.

O caráter comunitário a partir da participação dos moradores das comunidades foi visível e expressivo durante a pesquisa, reforçado como fundamental para a sustentabilidade das experiências coletivas de acessibilidade e conexão.

Em relação à cor/raça dos gestores, a sua maioria se autodeclararam como pretos e indígenas com alto nível escolar, sendo a formação um fator determinante para a estruturação da rede. Ainda, vale mencionar que capacitação e treinamento de pessoas para manutenção das tecnologias e atividades, promoção de autogestão e apoio contínuo de parceiros são informações de destaque para o êxito e permanência das redes comunitárias.

²⁰ O autor atribui multistakeholder, mas para fins didáticos preferimos por multisetorial.

²¹ Aqui o autor utiliza bottom-up. A escolha por a partir do território se dá por compreender a horizontalidade e autonomia dos processos comunitários.

Contudo, nos é válido observar que a construção de redes comunitárias de acesso não precisam estar restritas à internet. Por vezes, as comunidades buscam construir conexões entre si e encontram na intranet a viabilidade de estabelecer uma rede privada de comunicação e compartilhamento de informações baseada em tecnologias de internet.

Para isso, a intranet utiliza os mesmos protocolos²² da internet, fazendo, no entanto, o uso de *firewalls* de rede²³ que permitem que ela não seja acessível ao público em geral.

Um exemplo de redes comunitárias de intranet é a Fuxico²⁴, um dispositivo autônomo e portátil criado pelo coletivo feminista MariaLab, uma associação sem fins lucrativos, vínculos político-partidários ou com setores empresariais, atuando na intersecção entre política, gênero e suas tecnologias.

O dispositivo funciona via Wi-Fi, criando uma rede que possibilita o compartilhamento de conteúdo digital em tempo real, podendo ser expandido em alcance com o uso de cabos e antenas. Se trata de:

uma versão altamente customizada do PirateBox²⁵, um projeto de *software* livre de 2011 definido como um sistema de comunicação e compartilhamento de arquivos off-line anônimo [faça você mesmo] construído com *software* livre²⁶ e um *hardware*²⁷ de baixo custo. (ZANOLLI et al., 2018, p. 46, tradução nossa²⁸).

É interessante mencionar que o Fuxico vem com uma premissa de transformar as nossas referências da tecnologia baseadas em um viés masculinizado, construindo analogias presentes no cotidiano das mulheres. Essa perspectiva, para elas, está em coerência com a visão de Diana Maffia, que

²² Os protocolos são conjuntos de regras e diretrizes estabelecidas para permitir a comunicação eficiente e padronizada entre dispositivos conectados em uma rede. Eles definem os formatos de dados, os procedimentos de troca de informações e os métodos de controle de erros durante a transmissão de dados. Alguns exemplos são: Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP), referentes a transmissão de dados; Hypertext Transfer Protocol (HTTP), utilizado para transferência de dados na World Wide Web (WWW); DNS (Domain Name System), para traduzir nomes de domínio em endereços IP (MEDEIROS; HABIB, 2007)

²³ É uma medida de segurança que atua como uma barreira entre uma rede privada (como uma rede corporativa ou residencial) e a Internet ou outras redes externas.

²⁴ Disponível em <<https://www.marialab.org/fuxico/>>. Acessado em: 15 jul. 2023

²⁵ PirateBox é um sistema operacional para Raspberry Pi, que cria uma rede sem fio – não conectada à internet – para troca de conteúdo digital como imagens, vídeos, áudios, documentos e conversas, priorizando o anonimato.

²⁶ Se refere a todos os programas de computador, aplicativos, sistemas operacionais e dados que são utilizados em dispositivos eletrônicos. Ao contrário do hardware, o software é uma parte que não pode ser tangida do sistema, consistindo em instruções codificadas que dizem ao hardware o que fazer. Aqui, ela é livre porque tem o código aberto e possibilita que qualquer pessoa visualize, modifique e utilize.

²⁷ Hardware refere-se a todos os componentes físicos e eletrônicos de um sistema de computador, dispositivo eletrônico ou máquina. São as partes tangíveis que compõem um sistema e permitem seu funcionamento. (MEDEIROS; HABIB, 2007).

²⁸ Therefore, we chose to work with a heavily customised version of PirateBox, a 2011 free software project defined as a “DIY [do-it-yourself] anonymous offline file-sharing and communications system built with free software and inexpensive off-the-shelf hardware (ZANOLLI et al., 2018, p. 46).

Ao formular sua crítica às ciências hegemônicas, revela que a produção de “verdades” é baseada em falsas noções de objetividade e neutralidade, que exigem o uso da linguagem literal e a exclusão da emoção. Ao fazê-lo, as metáforas, longe de terem valor para o conhecimento, criam obstáculos ao significado (apud ZANOLLI et al., 2018, p. 47, tradução nossa²⁹).

Além de Fuxico, por exemplo, também utilizam o nome Sementeira, fazendo uma alusão a semente crioula, comumente utilizada na agricultura sustentável por ser uma semente com enorme diversidade genética, adaptabilidade e potencial de preservar a biodiversidade agrícola e que permitem que as comunidades rurais tenham autonomia na produção de alimentos, reduzindo sua dependência de sementes comerciais e preservando a diversidade agrícola.

3.4.2 Redes de Economia Solidária e a geração de renda pela internet

Até então, as redes comunitárias de internet e intranet tomaram protagonismo nas reflexões propostas para os guias a serem desenvolvidos devido ao seu caráter integral de percepção acerca da internet e seu vínculo às ações em comunidade que partem do território, a fim de promover sustentabilidade e autonomia dos processos de conexão e criação de redes virtuais.

Contudo, um outro ponto que foi apreendido pelas mulheres do Distrito Federal foi a importância do fortalecimento das suas habilidades de comunicação digital para geração de renda a partir do uso das aplicações mais adequadas e próximas ao seu cotidiano, como WhatsApp e Instagram.

Acerca, coordenadora Zélia (2023) nos conta que *“teve uma demanda muito grande, principalmente delas, em relação a essa questão do uso de plataformas digitais para o empreendedorismo”* e que, ao mencionar as oficinas promovidas durante o curso, como de confecção de sabonetes e fitoterápicos, problematiza que *“aí agora, como saber vender o peixe delas?”*, enquanto complementa que *“pra saber vender esse peixe as redes sociais ajudam muito”*. Se fazendo valer de exemplos com educandas, Zélia aborda que:

gostaria de ter tido um nível melhor de conhecimento das redes para poder disponibilizar e viabilizar tudo que ela oferecia ali (...) não tem essa essa autonomia, a ponto de fazer uma divulgação de um produto para uma venda on-line, mas elas elas acessam um basiquinho ali e postam o

²⁹ In formulating her critique of the hegemonic sciences, reveals that the production of “truths” is based on false notions of objectivity and neutrality, which require the use of literal language and the exclusion of emotion. In doing so, metaphors, far from having value for knowledge, create obstacles to meaning (ZANOLLI et al., 2018, p.47)

basiquinho porque são mulheres, assim, mais velhas, mas que não pararam no tempo mas também não tiveram essa essa coisa mais técnica... conhecimento mais técnicos (2023).

Na Ceilândia, a educadora popular Maria Claudia menciona:

Tem muitas que são empreendedoras e querem divulgar o produto. Ensinar elas por exemplo a divulgar isso no grupo de WhatsApp... porque o grupo do WhatsApp geralmente é um grupo mais íntimo, né? Quem está no seu WhatsApp geralmente são pessoas da família, amigos. Então ensinar elas a fazer essa divulgação de produtos (2023).

A respeito do Instagram, complementa:

Instagram é algo possivelmente para quem está empreendendo ou quem quer porque você usa também você abre uma lojinha on-line no Instagram aquela coisa toda, né? Isso aí, essas podem sim ter interesse em design, produção, que design é o quê? É você aprender a fazer um post legal, é você tirar uma foto legal, entendeu? Você fazer um enquadramento, você fazer um fundo, né? Botar ali um bereguedê (Maria Claudia, 2023).

Já em São Sebastião, a educadora popular Maria Silvia conta que muitas ideias para o empreendimento surgiram no território, mas que não ter acesso pleno à internet e conhecimento das aplicações, acabou por desestimular grande parte delas e menciona a apresentação do canva para as mulheres como uma forma de estimular o uso das aplicações para empreendimento.

Então assim, quando a gente começou a concretizar no papel, sentava com cada uma on-line, fazendo vídeo chamada para conversar sobre isso. E foi muito bom isso aproximou muito a gente, porque foi trazendo assuntos e desejos muito individuais que eram ligados ao coletivo. Então tinha mulheres que queriam fazer que desejavam, fazer um centro de idosos em São Sebastião. Já tinha como pensar um pouco mais sobre isso, que era cuidadora de idosos mesmo. A Lívia³⁰ queria criar um grupo de percussão dentro do assentamento. E aí beleza, estão surgindo esse sonhos, estão surgindo esse sonhos, mas como é que a gente vai colocar eles no mundo? Foi quando eu comecei a mostrar pra elas o Canva (2023).

No Gama, a ideia do fortalecimento das ideias de geração de renda e empreendimento on-line são tratadas por Maria Geralda como sendo uma oportunidade para alcançar novos públicos.

Poderia desenvolver capacidades que estava empreendendo para que ela (educanda que prestava aulas de ioga) pudesse buscar outros públicos ao mesmo tempo potencializar para que as mulheres acessem a ioga como uma prática de cuidar da saúde e ao mesmo tempo que ela pudesse ganhar dinheiro com isso. Aparecia também mulheres que já eram terapeutas por

³⁰ Nome fictício dado à educanda.

formação e outras eram empreendedoras da agricultura. Essa (mulher) de (Padre) Bernardo tinha um coletivo de mulheres que plantavam e comercializavam seus produtos, mas faltava pra elas realmente o aspecto da comunicação e marketing (2023).

Em conversa com a educanda de Padre Bernardo, Graça, trata desse problema como algo generalizado às outras mulheres do assentamento onde mora.

As mulheres têm muita vontade. Tem mulheres produzindo, tem produto pra mostrar, mas não sabe como fazer isso. Porque hoje em dia tudo está na internet, tudo está aí no Instagram, no Facebook nesses aplicativos. (...) Ideia era capacitar pelo menos pra fazer um um planificação na área. Nós fizemos umas capacitações com o SEBRAE sobre empreendedorismo mulher. Mas aí fica aquele vácuo porque elas não sabem mexer na internet (2023).

Dialogando entre a necessidade de geração de renda em territórios vulneráveis e às problematizações que cerne a capilarização e domínio do mercado sobre as redes e seus diferentes impactos negativos nos territórios tradicionais, a proposição é que tal temática seja tratada, em primeiro lugar, a partir da perspectiva das redes de economia solidária.

Como nos traz Jandir Paulo (2018), as relações de poder em redes de economia solidária são organizadas e distribuídas para que haja um funcionamento adequado. A solidariedade, conforme o autor, indica um abandono do formato de pirâmide, implicando uma horizontalidade das relações de oposição ao modelo hierárquico de distribuição de poder, apreendendo uma reciprocidade que leva em consideração o relacionamento interno entre os membros de uma dada rede, em sua qualidade de organização social com fluxos de informação ativos.

O autor traz Eric Dacheux e D. Goujon (2002, apud PAULO, 2018) para incorporar a noção de que a economia solidária não é um conceito forjado em estruturas racionais imóveis, mas sim uma *práxis* que existe em diferentes formatos. A partir disso, entendemos com maior propriedade que a economia solidária é um fenômeno sócio-histórico constituído no questionamento do sistema econômico capitalista, como uma alternativa coletiva de subsistência e geração de trabalho e renda, modificando sua atuação conforme o contexto.

É a proposição de um sistema econômico-social que se baseia em “princípios e valores universais da solidariedade, da cooperação e da democracia como formas de vida e de convivência humana”, que nos ensina Luis Francisco Paez ao trazer tal prática como uma alternativa ao Neoliberalismo (apud PAULO, 2005, p.29).

Ainda segundo o autor, existem princípios basilares que entendem o trabalho como um meio de humanização, onde há uma supremacia deste sobre o capital, fazendo com que a exploração dos trabalhadores se torne totalmente arbitrária.

Ele associa também o trabalho coletivo como base fundamental da organização, onde há: a propriedade social e coletiva pelos meios de produção; a autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; a apropriação de excedentes pela coletividade; a integração de empreendimentos solidários na perspectiva de organização de redes; a criação de relações cooperativas; e, essencialmente, a preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, desde a produção ao consumo. No processo de construção de redes de economia solidária, está a imanente relação de uma boa coletividade para seu funcionamento organizativo.

A comunicação digital, pensada em sua funcionalidade organizacional, é capaz de estruturar processos a partir do exercício em tornar seus fluxos eficientes, seja para uma consonância coletiva de ação, capilarização de alcance, engajamento e circulação dos produtos, fatores que são melhor incentivados quando feitos em coletividade.

Como forma de organização dos processos de divulgação e publicidade dos produtos a fim de geração de renda, propomos o uso integrado entre Instagram e WhatsApp, pensando no primeiro como alternativa para divulgação, circulação e publicização e o segundo para contato direto e efetivação do pedido, compra, entrega e/ou prestação de serviço.

Para isso, propomos utilizar o método de mercadologia dos 8P's (JÚNIOR, COSTA; DE SOUZA, 2011), que consistem em:

- Pesquisa, como compreensão das preferências, mecanismos de busca e iniciativas de referência;
- Projeto, para que sejam pensadas estratégias coletivas de marketing digital;
- Produção, que envolvem a construção dos recursos digitais para viabilidade da divulgação, prospecção e venda;
- Publicação, pensando o formato e onde serão publicados os recursos produzidos, como cartilhas, cardápios e vídeos promocionais;
- Promoção, a fim de concretizar as estratégias idealizadas no processo de publicação, compreendendo ainda outros recursos auxiliares como ações de divulgação em grupos de WhatsApp, perfis pessoais, coletivos e de parceiros no Instagram, ou até mesmo se serão formatos analógicos de promoção, como boca-a-boca ou cartazes;
- Propagação, pensando no uso das aplicações para expandir os vínculos de contato;
- Personificação, como uso de estratégias de proximidade com os sujeitos a fim de divulgação de novos produtos ou até mesmo fidelizar o produto; e, por fim,

- Precisão, como sendo a etapa de, em coletivo, discutir a experiência dos negócios, compreendendo quais estratégias trouxeram bons resultados e quais precisam ser readaptadas.

3.4.3 A autonomia na produção de conteúdo

Não nos esquecendo das problematizações abordadas em respeito à infraestrutura sociotécnica das redes virtuais comprometidas com o extrativismo digital e acúmulo de dados, a comunicação digital tem nos mostrado a possibilidade do protagonismo de narrativas e grupos historicamente silenciados na produção de conteúdos e a circulação destes em grandes escalas.

A denúncia, a reivindicação e a mobilização social são algumas oportunidades que se destacam nesse processo e nos trazem proposições do uso e fortalecimento da ação criativa como ferramenta política de disputa simbólica e representativa no âmbito virtual.

A potencialidade que cabe a produção de conteúdo junto à problematização da autonomia para tal é colocado pela educanda Sabrina como:

A periferia, ela sente que está (na internet), mas que não de fato está. Isso com a internet é muito sério. Muitos consumidores, mas eles não produzem. (...) São diferentes níveis, tem pessoas que já não sabem, tem pessoas que já sabem muito postar os conteúdos porque criar um vídeo e fazer um vídeo também, por exemplo, um vídeo curtinho, sabe? Pensar como que a gente pode usar os vídeos pra se organizar também que muitas vezes é difícil se encontrar presencialmente para articular uma ação por exemplo (2023).

Trazendo a centralidade de pensar o impacto coletivo da produção de conteúdo por mulheres negras, Emanuelle Magalhães, Odilanir Leão e Francis Boakari traçam uma investigação intitulada *Nós por Nós: protagonismo e resistência de mulheres afrodescendentes no Instagram* (2021), onde se voltam a analisar dois perfis no Instagram - @pretinhasleitoras e @descobrindeohistoriapreta e lançam o questionamento: como mulheres afrodescendentes têm se utilizado do Instagram, rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, para desenvolver mensagens/lições contra racismos e sexismos?

Como resultados, destacaram que, ao se colocarem como produtoras-administradas de conhecimento a partir da produção de conteúdo, as mulheres afrodescendentes donas desses perfis passaram a colaborar para a representatividade infantil afrodescendente, garantindo meios para o reconhecimento das diversidades e construção de percepções positivas acerca de suas identidades, desvelando desigualdades da realidade brasileira, encorajando outras mulheres no processos de narração das suas próprias experiências e possibilitando um meio para

compreensão dos processos sociais de gênero, raça e outros determinantes sociais. Valorizando, assim, a memória dos povos afrodescendentes.

Igualmente, são valorosas as reflexões que trazem Maria do Socorro Veloso e Alice Oliveira Andrade ao defenderem a ideia do “aquilombamento virtual midiático como perspectiva metodológica que possibilite aos sujeitos negros a produção de narrativas não subalternizantes sobre o seu povo” (2021, p. 177), se tratando ainda de uma “ferramenta operativa encontrada na nuance da práxis, uma vez que se intensifica reflexões a respeito das questões cognitivas étnico-raciais, na mesma medida em que atua diretamente no reforço da identidade negra e de sua agência na sociedade” (IDEM, p. 185).

Para isso, elas fazem uso do conceito de bios virtual de Muniz Sodré, qual considera uma nova esfera existencial formada pela sociedade contemporânea em virtude do caráter informacional e da comunicação eletrônica, que, como faz o autor, supera as esferas aristotélicas da política, dos prazeres e do conhecimento para “defender a existência de um quarto bios, o midiático” (2002, apud VELOSO; OLIVEIRA, 2021, p. 177).

Ainda, utilizam a ideia de quilombismo proposta por Abdias Nascimento, quando diz que quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer “reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (2019, apud VELOSO; OLIVEIRA, 2021, p. 178).

Finalmente, concluem com as reflexões de Beatriz Nascimento, que traz o quilombo como a representação de um instrumento ideológico contra as diversas formas de opressão, ultrapassando “a dimensão física e assumindo a simbologia da união para o fortalecimento dos negros” (2019, apud IDEM, p. 178).

É posto em cena para as autoras uma contrapartida às produções midiáticas hegemônicas que “muitas vezes engendram ideias colonialistas sobre raça” e que “não têm sido suficientes para sanar as lacunas reivindicadas pela luta antirracista” (VELOSO; OLIVEIRA, 2021, p. 184), sendo necessário pautas disruptivas que utilizem as mídias digitais como ferramentas práticas que “passam a ser um *modus operandi*, por si só, de pessoas negras, para que possam existir através do protagonismo cognitivo com narrativas, performances, estéticas” (IDEM).

Os povos indígenas têm igualmente utilizado as mídias digitais como ferramenta de denúncia das violências nos territórios, articulação política, mobilização popular e conexão entre indígenas de diferentes etnias distribuídas pelo território nacional.

Criado em 2017 por um grupo de 10 jovens indígenas, o Mídia Índia³¹ se destaca como uma rede de etnocomunicação e etnojornalismo que subverte a lógica hegemônica de fazer, produzir e circular comunicação.

Atualmente, 195 mil usuários acompanham as produções de comunicadoras indígenas publicadas no Instagram. Jorge Ijuim, Tatiane Queiroz e Erick Apolinario, indígena Terena, trazem que o Mídia Índia se utiliza de estratégias de articulação que se organizam a partir de duas frentes: “a primeira consiste na sensibilização e na capacitação de jovens indígenas para a utilização da comunicação social como ferramenta de luta; já a segunda, consiste na produção e veiculação de conteúdos midiáticos” (2021, p. 11).

Capacitados, os comunicadores indígenas também realizam formações em comunicação e de captação audiovisual com diferentes povos que não tinham tido contato com as tecnologias até então. Com a pandemia, estratégias surgiram para “ocupar as redes e demarcar as telas em defesa de seus direitos” (IJUIM et al., 2021, p.11). Para os autores, a ação dos povos organizados se coloca como uma práxis de decolonização do jornalismo.

Essas iniciativas nos movem a acreditar nas possibilidades das tecnologias digitais também serem entendidas como ferramentas de descentralização do poder. No entanto, para que isso seja factível, nos inclinamos a pensar a construção de autonomia a partir de Paulo Freire (1996), como uma realização que se dá a partir das tomadas de decisões que nascem da consciência crítica de si, do outro e do mundo e destes três em relação um com o outro, buscando, ainda que a partir do conflito com a liberdade do outro, decidir a própria liberdade.

Confere, então, o direito pleno que os próprios sujeitos têm de decidir e fazer escolhas, sendo capazes de ler as diferentes camadas que o circunscrevem, e não sendo confundida, como Freire (1996) traz, a um discurso ideologia que incentiva a individualidade. Ao contrário, o sujeito autônomo está consciente das contradições do seu entorno, mas toma essa consciência a partir do reconhecimento próprio do seu lugar que ocupa, sabendo, ainda, que, mesmo que contraditório, só é livre se puder errar.

Acerca disso, Freire menciona que “o erro na verdade não é ter um certo ponto de vista, mas absolutizá-lo e desconhecer que, mesmo do acerto de seu ponto de vista, é possível que a razão ética nem sempre esteja com ele” (FREIRE, 1996, p. 9).

Dessa forma, ainda que abarcamos as técnicas utilizadas e tecnologias disponíveis, pensar a produção de conteúdo no contexto deste trabalho é ter como prioridade o entendimento que a sua apropriação deve acontecer sem inflexibilizar o que é certo ou errado,

³¹ Disponível em <<https://www.instagram.com/midiaindigenaoficial/>> Acessado em: 15 jul. 2023

ou o que funciona ou não funciona, primando pela experimentação e relação orgânica das mulheres com as mídias.

3.5 Letramento digital e a aprendizagem pela contação de histórias

O trabalho de Cristina Kiomi Mori acerca das políticas públicas para inclusão digital no Brasil (2011), nos auxilia a pensar a apropriação de tecnologias da informação e comunicação como o fim último da inclusão digital.

Apropriar-se, para a autora, se encontra no momento em que os sujeitos passam não só a ter acesso e domínio da técnica, mas a entender, de maneira crítica, as possibilidades de significação e ressignificação das dimensões técnicas. Aqui, superamos a posição dos sujeitos como receptores dos conteúdos de informação produzidos em massa na internet, para então se tornarem criadores em potência, tanto da substância como da forma, ou, como discutido, tanto dos fluxos, como dos fixos. Para isso, no entanto, dois processos devem ser superados.

O primeiro diz respeito ao acesso, onde se encontram os obstáculos infra estruturais, que incluem “dispositivos como computadores, telefones e outros aparatos técnicos que permitem a interface humana, e as redes técnicas de transmissão de dados, que correspondem à internet e as outras formas de conexão entre dispositivos” (MORI, 2011, p. 40). Sendo o primeiro passo a ser superado, não basta para que haja a apropriação desse meio, tampouco considera a importância de processos coletivos de reconhecimento das estruturas que permitem essa conexão.

Já o segundo concerne à alfabetização digital como imprescindível para inclusão digital, ao entender a “infraestrutura tecnológica como algo similar ao lápis e ao papel para quem não é alfabetizado. Sendo assim, as habilidades de uso das TICs são tão ou mais importantes do que os indicadores de acesso” (MORI, 2011, p. 40). Caminha junto, e a autora aponta, a confluência da alfabetização literária à alfabetização digital, sendo impossível serem promovidas juntas, em complementaridade uma à outra.

Por alfabetização digital, vale observar, não se trata meramente do uso e habilidades das tecnologias de informação e comunicação, mas da “compreensão crítica dos conhecimentos embutidos no mundo digital” (GOMEZ, 2019, p. 4), onde a esfera digital se consolida como ferramenta de conhecimento que, na proposta freireana, cabe a “investigação, a leitura do mundo, a tematização e a problematização em uma ação transformadora, em um movimento de tomada de consciência que prevê a preservação da biodiversidade em uma sociedade crescentemente diversificada, multi, inter e transcultural” (IDEM, 2019, p. 16).

Outro conceito que se associa ao conjunto de competências que articulam capacidades de leitura e interpretação de mensagens em ambientes digitais unido ao contexto prático é o letramento digital.

Como traz Aharon Aviram e Yoram Eshet-Alkalai (apud CARMO, DUARTE; GOMES, 2019), esse termo se refere a combinação de habilidades práticas, cognitivas, sociais e emocionais, visto que a utilização de uma interface digital relaciona habilidades procedimentais e cognitivas, envolvendo a construção de sentidos e a análise crítica das informações no meio digital, sejam elas imagens, textos, vídeos ou sons.

Retornando à reflexão que nos traz Cristina Mori (2011), nos orientamos ainda ao fato de que políticas públicas de inclusão digital devem, necessariamente, possibilitar a reapropriação por parte das comunidades e coletivos das tecnologias de discurso, criação e práticas, para, com autonomia, adequá-las às suas próprias necessidades.

É o que invoca a informática comunitária como diálogo com o paradigma multidimensional, associado ao uso das tecnologias de informação e comunicação em diferentes aspectos da vida cotidiana, integrando o conjunto dos sistemas que a compõem e contribuindo para a garantia de direitos de cidadania em seu sentido amplo e abrangente, pois “informação e comunicação são aspectos necessários à vida saudável e autônoma em todos os seus níveis” (MORI, 2011, p. 64).

É na utilização cotidiana e não apenas pontual que as iniciativas de inclusão digital devem ser trabalhadas junto às demandas de recursos físicos, digitais, humanos e sociais para sua implementação (WARSCHAUER, 2006).

O compromisso com a inclusão digital como objetivo final de apropriação das tecnologias digitais, nos move à elaboração de guias que se engajem em processos de formação-ação em comunicação digital que eduquem para inclusão digital.

Para isso, nos guiamos por Paulo Freire e, a respeito da educação, destacamos que “é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática, é naturalmente política, tem que ver com a pureza, jamais com o puritanismo e é em si uma experiência de boniteza” (2000, p. 40), sendo, ainda, uma das radicais diferenças entre a educação como tarefa dominadora, desumanizante, e a educação como tarefa humanizante, libertadora, mas “um puro ato de transferência de conhecimento, enquanto a segunda é ato de conhecer” (1981b, p. 80).

Entendemos a relação processual da comunicação e o comprometimento em prezar por ações continuadas de formação com objetivos práticos de transformação, pois o conhecimento “não é algo dado e acabado, mas um processo social que demanda a ação transformadora dos seres humanos sobre o mundo” (FREIRE, 1981a, p. 111).

Sabe-se que se trata de uma reflexão-ação que está inserida na realidade onde se vive e que parte de um reconhecimento do seu entorno a partir de uma leitura crítica de onde se está. Isso porque toda prática educativa deve confluir a uma concepção dos seres humanos e do mundo, onde a libertação “não se dá dentro da consciência dos homens, isolada do mundo, senão na práxis dos homens dentro da história que, implicando na relação consciência-mundo, envolve a consciência crítica desta relação” (1981a, p. 79-80).

Educar com a mídia (2013), livro que promove diálogos entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire diante de um contexto de excedência da mídia e informação, nos auxilia a encarar tais processos a partir da ação do educando em “aprender a se servir para não ser vítima dos meios” (IDEM, p. 135). Para isso, é preciso autonomia dos alunos para entender que “a informação vem forçosamente de fora, sempre de fora - é mesmo a instrução do exterior em direção ao interior -, mas que ela não vem por si própria” (IDEM, p. 2019).

A essa autonomia, vale lembrar, entende-se como um “amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser” (FREIRE, 1996, p. 55).

Outro diálogo importante, agora entre o repórter Ricardo Kotscho com Paulo Freire e Frei Betto vem de *Essa escola chamada vida* (1998), onde, indagado pelo repórter, o frei tece uma crítica às equipes de educação popular por ainda pecarem “pelo magnetismo da eficácia tecnológica”, sabendo que tudo é útil e que tem o seu valor, mas que é preciso indagar sobre a “neutralidade deste equipamento e a forma de usá-lo. E em medida ele não estaria obstruindo os próprios recursos pedagógicos artesanais, porém muito mais eficazes, criados no meio popular” (1998, p.59-69).

Em resenha construída por Jaqueline Ventura e Ana Paula Moura, o ato educativo que exprime o livro cabe em uma perspectiva de

educação popular e tudo o que ela envolve, desde a questão metodológica, que vai explicitar a concepção de educação que traz, passando pelo material pedagógico, que nunca é neutro, à necessária construção de uma abordagem dialógica, que permita que os oprimidos rompam com a “cultura do silêncio” e tragam, em suas vozes, distintos conhecimentos,construídos a partir de experiências vividas e reflexões sobre elas (2017, p. 417).

É, portanto, a partir do enriquecimento das reflexões que traz Paulo Freire, que pensamos os guias de comunicação digital com o horizonte aos futuros processos práticos de formação. A primeira atenção dada é o diálogo e a escuta, que aconteceu, ainda com suas fragilidades em decorrência do tempo posto, a partir das entrevistas com as educandas e educadoras. Nesse momento, a apreensão do que elas queriam aprender e das necessidades mais latentes foram recebidas para que identificassem quais seriam os conteúdos a estarem

presentes nos guias de comunicação elaborados. O formato dos guias passaram, dessa forma, a serem pensados a fim de reconhecimento da realidade vivida por essas mulheres por meio de personagens que se voltassem à personificação de suas vivências e lutas.

Dessa forma, o método de contação de histórias em quadrinhos nos auxilia em unir as palavras geradoras, o engajamento pelo diálogo, o percurso da dúvida e a representação visual, enquanto nos leva a um estímulo à imaginação e envolvimento do aprendizado que se aproxima a reflexão e a prática.

A respeito da contação de história, Torres e Tettamanzy nos remonta a uma prática ancestral, onde o principal objetivo está divertir e estimular a imaginação, mas que, quando bem contada, tem a o poder de atingir outros objetivos como

educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto-identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflitos. Agrada a todos sem fazer distinção de idade, classe social ou circunstância de vida (TORRES et al., 2008, p. 3).

Os materiais foram, dessa forma, pensados a se guiarem pelo questionamento das personagens que, assim, buscam responder umas às outras enquanto se engajam em novas dúvidas e questionamentos. A leitura aqui busca, como observa Paulo Freire (1982b), partir da leitura do mundo para então compreender conceitos, técnicas e se engajar em demais leituras, inclusive a digital.

4 METODOLOGIA

“A quem sirvo com minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós”
(FREIRE, 1981, p. 36)

A tarefa de elaborar recursos pedagógicos para inclusão digital em acordo com as especificidades e demandas dos territórios do Distrito Federal, exigiu um olhar das relações materiais e concretas específicas de dado território, apreendendo a orientação endógena das demandas e suas respectivas soluções, voltando-se à proposição de ações concretas, materiais, que, nessa pesquisa, está inserido na produção dos guias de comunicação digital.

Trata-se, pois, de uma convergência da prática teórica à teoria prática que, no sentido freireano, desvela a *práxis* como abordagem científica de “reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, fonte de conhecimento reflexivo e criativo” (FREIRE, 1981, p. 127).

4.1 Diagnóstico

A metodologia de pesquisa qualitativa como escolha para construção do projeto, se concentra na necessidade em apreender as necessidades concretas que tange a relação das mulheres dos territórios recortados quanto à apropriação digital. A fim de orientar a tomada de decisões para investigação do problema posto, Robert K. Yin aponta cinco características deste tipo de pesquisa como:

- i. estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; ii. representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como os participantes) de um estudo; iii. abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; iv. contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e v. esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte (YIN, 2017, p. 7).

4.1.1 A observação participante

A observação participante se estrutura em uma etapa anterior ao período de realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, existindo a partir da minha função como comunicador do Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres realizado pela Fiocruz Brasília, onde possuo vínculo como bolsista pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho. A respeito, a observação participante se refere a um processo no qual o pesquisador vive a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação, não permitindo, no entanto, se confundir como membro do grupo - seu papel é o de observar” (PERUZZO, 2016, p.133-134). Para Robert Yin, se trata de uma “pesquisa de campo em que o pesquisador se coloca no ambiente real que está sendo estudado” (YIN, 2017, p. 15).

Durante o processo, estive como sujeito ativo no pensar as complexidades em estabelecer um vínculo de comunicação entre Coordenação Política Pedagógica (CPP) do PSAT/Fiocruz Brasília com as educandas dos seis estados que participaram do processo de formação. Neste ambiente, pude compreender com proximidade as dificuldades que inviabilizavam o acompanhamento às aulas virtuais ou o acesso aos recursos pedagógicos

virtuais auxiliares e, ao realizar o papel de receptor das dúvidas, questionamentos e inquietações nas redes de comunicação do curso, vislumbrar quais eram os obstáculos que limitavam o acesso. Além disso, recebi posteriormente pela coordenadora local do Distrito Federal as demandas por parte das educandas do território quanto às oficinas básicas de manuseio às tecnologias de comunicação e informação e as aplicações de plataforma.

4.1.2 As entrevistas

A partir do período de início desta pesquisa, entre o final de maio e início de junho de 2023, estive em diálogo com três das cinco educadoras populares nos territórios de Ceilândia, São Sebastião e Comuna Panteras Negras para melhor recepção das necessidades, apreensão dos níveis de inclusão digital, reflexão dos caminhos a serem seguidos e compartilhamento do que havia sido pensado para as ações de formação e inclusão digital.

Foi proposto como método de procedimento a realização de entrevistas semi-estruturadas em profundidade, quais Duarte irá categorizar como “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer” (2007, p. 63). Essa escolha permitiu um diálogo fluido, não engessado, onde as entrevistadas pudessem estar confortáveis e livres para expor ideias complementares para além de uma linearidade rígida.

É importante destacar que tínhamos em campo dois grupos de entrevistadas que demandaram dois roteiros de perguntas com diferentes abordagens. Para a coordenadora e educadoras populares, as perguntas a serem seguidas foram voltados a um olhar mais amplo dos aspectos relacionados à inclusão digital, em suas fragilidades, habilidades, expectativas e interesses e que envolvessem não só as percepções sobre si mesmas, mas também sobre as educandas. Utilizamos como base a experiência da observância participante e dos estudos feitos quanto à inclusão digital pelo CGI.BR (2023).

De cinco educadoras, foi possível a entrevista com três, de São Sebastião, Gama e Ceilândia, em decorrência da indisponibilidade de tempo. Além destas, foi viável a entrevista com a única coordenadora local, que, com maior duração, contribuiu com o olhar de todos os territórios.

Quanto ao roteiro de pergunta posto para as educandas, foram abordadas perguntas específicas ao nível de inclusão digital, igualmente em suas fragilidades, habilidades,

expectativas e interesses, buscando entender qual seria o melhor formato do guia de comunicação digital e quais aspectos deveriam estar presentes para melhor aproveitamento.

Das entrevistadas, foi possível realizar uma aproximação com três educandas de São Sebastião, três educandas do Gama - essas, no entanto, eram assentadas em Padre Bernardo -, e uma educanda do Sol Nascente.

Em atenção à privacidade, seus nomes foram trocados.

Tabela 1. Entrevistadas

| TERRITÓRIO | EDUCANDAS | EDUCANDAS | COORDENADORA | TOTAL |
|----------------------|--------------------------|------------------|---------------------|--------------|
| GAMA | Graça, Gabriela e Glória | Maria Geralda | | |
| SÃO SEBASTIÃO | Sabrina, Serena e Sheila | Maria Silvia | | |
| CEILÂNDIA | Camila | Maria Claudia | | |
| GERAL | | | Zélia | |
| TOTAL | 7 | 3 | 1 | 11 |

Fonte: Elaboração do autor (2023)

As entrevistas semi-estruturadas nos auxiliam para melhor compreender os conteúdos a serem contemplados na elaboração dos guias, bem como nos atentar a proximidade que as mulheres possuem com o celular, a internet e as aplicações e investigar elementos simbólicos que possam compor a visualidade e narrativa dos produtos.

Quadro 1. Síntese dos tópicos abordados e noções apresentadas pelas mulheres a partir das entrevistas

| Tópico abordado | Noções apresentadas pelas mulheres a partir das entrevistas |
|--|---|
| a. O que é a internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Otimização da comunicação; ● Campo de possibilidades; ● Meio utilitário para geração de renda; ● Objeto desregrado que gera o vício. |
| b. Qualidade e tipo de acesso à internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Acesso garantido, mas instável; ● Em áreas remotas, uso Wi-Fi, quando disponível; ● Em áreas urbanas, uso de Dados Móveis, quando |

| | |
|--|--|
| | <p>disponível;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● O alto custo é o maior obstáculo. |
| c. Aparelho utilizado para acesso à internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Dispositivo móvel android utilizado por todas; ● Na maioria dos casos, uso exclusivo do celular móvel; ● Quem utiliza computador são aquelas que trabalham remotamente. |
| d. Frequência do uso de aparelho celular | <ul style="list-style-type: none"> ● Uso frequente durante o dia, todos os dias; ● Relatos de costume excessivo no uso; ● Duas das entrevistadas afirmam utilizar apenas fora do horário de serviço. |
| e. Relação com as aplicações de celular | <ul style="list-style-type: none"> ● A grande maioria utiliza WhatsApp; ● Facebook e Youtube estão em segundo lugar; ● Algumas utilizam apenas o WhatsApp; ● O Instagram é mais utilizado para aquelas que empreendem ou geram renda on-line. |
| f. Uso da internet para geração de renda ou empreendimento on-line | <ul style="list-style-type: none"> ● A maioria abordou interesse em utilizar a internet para geração de renda de produtos ou serviços que já produzem ou oferecem; ● Algumas reforçaram que ainda não empreenderam por não possuírem conhecimento das tecnologias; ● Produção de conteúdo é importante para divulgação de produtos; ● O Canva é o aplicativo mais recorrente para criação de conteúdos para empreendimentos on-line. |
| g. A produção de conteúdo na internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Produção de conteúdo é associado a geração de renda; ● O canva é o principal aplicativo a ser abordado; ● Algumas tratam a produção de conteúdo como ferramenta de mobilização e manifestação política. |
| h. Letramento e Alfabetização | <ul style="list-style-type: none"> ● A maioria das mulheres conseguem ler; ● No entanto, possuem dificuldade de leitura; ● Em um caso, a analfabetização é levantada. |
| i. Os riscos na internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Pouco conhecimento dos riscos e do que fazer; ● Algumas vítimas de golpe virtual; ● Atenção ao uso excessivo do celular; ● Consciência de informações falsas, mas faltam noções para identificação. |
| j. Uso da internet para empregabilidade | <ul style="list-style-type: none"> ● Formação digital para empregabilidade; ● Uso da internet para produção e envio de currículo. |
| k. Sugestões de formato para os guias | <ul style="list-style-type: none"> ● Formato audiovisual; ● Interesse por livro físico; ● Preferência pelo uso do livro físico em oficinas. |

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Além das noções de cada tópicos apresentadas pelas entrevistadas, compreendemos os principais demandas, como interesses e necessidades, para serem trabalhadas em destaque nos guias de comunicação digital como sendo:

Quadro 2. Síntese dos tópicos abordados e principais demandas levantadas pelas entrevistadas

| Tópico abordado | Demandas levantadas pelas entrevistadas |
|-------------------------------------|--|
| Acesso à internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Acesso inexistente, instável ou de má qualidade em decorrência do alto custo de acesso à internet; |
| Uso do celular | <ul style="list-style-type: none"> ● Noções básicas ou inexistentes das configurações disponíveis no celular; ● Uso limitado das ferramentas mais comuns. |
| Intimidade com as tecnologias | <ul style="list-style-type: none"> ● Receio da tecnologia; ● Dificuldade de aprendizado. |
| Identificação e prevenção de riscos | <ul style="list-style-type: none"> ● Recorrência de golpes virtuais; ● Desconhecimento de demais riscos; ● que fazer em situação de golpes. |
| Uso de aplicativos | <ul style="list-style-type: none"> ● Uso resumido ao WhatsApp pelo alto custo da internet e pouca intimidade com os demais aplicativos. |
| Geração de renda | <ul style="list-style-type: none"> ● Uso dos aplicativos de internet para geração de renda e empreendedorismo; ● Inviabilidade de empreender on-line pela falta de conhecimento das ferramentas. |
| Produção de conteúdo | <ul style="list-style-type: none"> ● Produção de conteúdo para geração de renda. ● Interesse no uso do aplicativo Canva; ● Produção de vídeos para redes sociais. |

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Vale mencionar que todo o guia foi voltado para planejamento e execução via celular android, tecnologia da comunicação sumariamente utilizada pelas mulheres, em contraste com a falta do uso de computadores ou tablets e o uso exclusivo de aparelhos android, percepção posta durante as entrevistas. Para isso, utilizamos como referência o modelo android LG K10 de 2016 e SAMSUNG A10 de 2019 para construção dos gráficos e manuais presentes no guia piloto.

4.1.2.1 O que é a internet

Enquanto ferramenta que traz benefícios, destacamos o que levantou a educanda Sabrina (2023) ao ponderar que a internet torna “*mais acessível comunicar*”, sendo “*uma revolução no meio de comunicação do ser humano (...) uma baita ferramenta, porque a televisão era uma coisa inacessível, caríssima*”.

Já Graça encara como possibilidades inúmeras, sendo

Uma porta, uma janela, não sei... mas tão grande, com um leque tão grande de acesso, de tantas coisas, de comunicação, de notícias, pra você se comunicar com um parente distante, pra você resolver tantas questões como agora mesmo com os bancos on-line, isso facilitou muito a vida (2023).

Para Glória (2023), por outra via, se coloca como um recurso para comercialização e geração de renda, se tratando “*um meio de comunicação (...) útil porque o que eu faço aqui eu coloco no grupo, o que a gente tem aqui, o grupo... do postinho de saúde, o grupo da escola, eu coloco meus produtos para vender pelo grupo*”.

Já Gabriela (2023) pondera que não são só benefícios, “*pode trazer coisas boas e coisas ruins, como a questão das crianças, estão muito ligadas à internet, deixam de brincar, inclusive minha própria neta de 5 anos já ganhou um celular*”.

Sheila e Camila (2023), em contrapartida, economizam na definição e são mais abrangentes abordando a internet, respectivamente, como “*uma ferramenta de comunicação, de divulgação, de informação... de tudo*” e “*é bom porque a gente sabe de tudo, tem notícia de tudo*”.

4.1.2.2 Qualidade e tipo de acesso à internet

A qualidade e tipo de acesso a internet tende ser específico em cada território. Ao traçar um olhar abrangente de todos os territórios, Zélia (2023) observa que em Planaltina, “*não tem rede de Wi-Fi fácil, não. O próprio território tem nuances que fica difícil o próprio celular da gente pegar lá. Então, realmente, é um acesso bem complicado*”. Em Sobradinho, “*a internet é só na cooperativa, não tem nem internet, nem nada, nem por Wi-Fi, ou por sinal (...), a gente conseguiu, durante o curso, viabilizar três meses de internet ali, que não foi difícil pelo espaço geográfico e tal... não foi difícil. O difícil é dar sustentabilidade nisso*”. Em Ceilândia, o ponto de encontro do aquilombamento da Casa Akotirene, “*já descolou internet, ela (Joice/coordenadora da casa) tem inclusive uma sala de capacitação e treinamento hoje (...) para inclusão digital*”.

Na vivência das mulheres da Ceilândia, fora da Casa Akotirene, Maria Claudia (2023) pontua que *“nem todas têm internet em casa, não. Tem delas que tem dados móveis, quando tem, tem, quando não tem, não tem. Mas nem todas têm Wi-Fi em casa. Muito difícil também ter o acesso aos dados móveis”* e destaca que o empecilho financeiro na garantia do acesso quando diz que *“nem todo mundo tem dinheiro pra pagar cento e pouco todo mês na internet... às vezes você vai sacrificar o dinheiro da internet para comprar outra coisa, e aí vai cortar a sua internet”*, alertando que *“não tem como, vei... Se a linguagem digital não chegar pra todo mundo, a gente vai ter uma segregação aí cabulosa de pessoas analfabetas digital e você não vai conseguir emprego, saca?”*.

A experiência da educanda Camila (2023) exemplifica bem o que Maria Claudia (2023) traz: *“é, por assim, eu tenho um plano, aí eu fiz o plano, aí todo mês eu tenho que pagar o plano, aí chega dia 22, já não tenho mais internet... 1 semana, 2. Até um mês sem internet”*.

Em São Sebastião, a partir da vivência da educadora e das educandas, temos um acesso que é sempre acompanhado de reclamações, como traz Sabrina (2023) ao dizer que *“todas elas (educandas) acessam o Wi-Fi daqui (Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi)... é aberto. As pessoas vêm aqui”*, mas o *“sinal intermitente”*. Sheila diz que *“a gente nunca está satisfeito também (com o sinal de internet)”*.

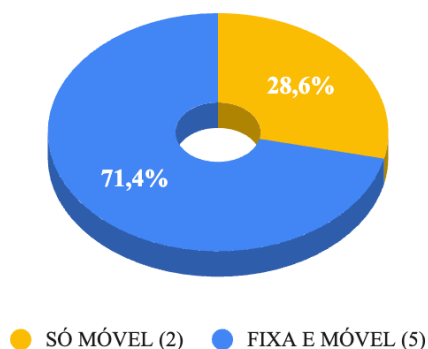
Já Serena (2023) aponta que *“todas pelo que eu vi tem acesso à internet, tem acesso a um mundo digital, só que tem algumas que o local que mora é de difícil acesso a internet, ou então não tem condições de pagar uma internet e divide com a vizinha, ou então vai para um local que tenha internet para poder ir ali só mandar mensagem, ver a mensagem”* e lembra que *“teve até um tempo que a gente passou aqui dois dias, acho, que foi sem internet. Aí eu liguei lá pra ele (provedor de internet via rádio) porque teve uma chuva muito forte e falei, aí rapidamente resolveram”*, mas depende do local, por exemplo, no *“morro da cruz às vezes ela (internet via rádio) pega também, às vezes não, vai do local da casa”*.

No Gama, as educandas, moradoras de assentamento, dizem ter acesso à internet em casa. Glória, por exemplo, comenta que *“quando eu saio lá pra rua eu tenho (internet via rádio), mas aqui o meu celular funciona só pela internet que é daqui da casa mesmo”* e que *“quando vai chegando sexta-feira até chegar domingo de tarde, ela (internet via rádio) fica muito ruim”*, pois *“tem muitas visitas, muita gente que vem, são muitas chácaras, então todo mundo usa internet”*.

Gabriela, que tem acesso a internet, expõe que “*eu acredito que sim (todas tem internet)*”. Já Graça (2023) comenta que “*eu tenho internet fixa via rádio*”, mas no “*período chuvoso fica sempre aquela complicação; ela cai, fica lenta, mas normal.... Ela é boa*”.

Maria Geralda (2023) problematiza, em contrapartida, um outro olhar acerca do acesso a internet ao apontar que “*todas têm acesso à internet, só que eu digo, muito mais do que você ter acesso à internet, é você poder pagar por ela (...), não é o caso do Gama, mas para mulheres rurais, a internet não é fácil*” e traz ainda que “*muito mais do que pensar estratégia, é você fazer um curso que você tem que entender que a pessoa não vai ter internet na casa dela, não tem grana pra pagar*”.

Gráfico 1. Tipo de acesso à internet pelas educandas entrevistadas



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Em resumo, nenhum dos territórios apresentou uma internet isenta de desafios e obstáculos, pelo contrário, eles são mais aparentes. Desafios relacionados à inviabilidade financeira de contratação dos provedores de internet junto a qualidade do serviço prestado, como posto, nos faz pensar o tipo de conexão que se estabelece, quais os limites para a permanência desse acesso e como isso compromete a apropriação da internet por essas mulheres.

4.1.2.3 Aparelho utilizado para acesso à internet

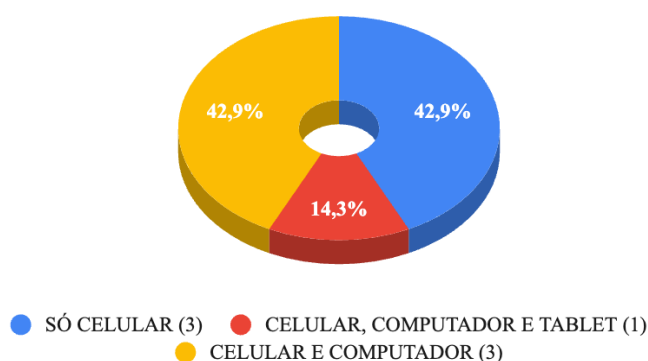
Quanto ao aparelho utilizado para acesso à internet, é consenso geral o uso predominante, quando não exclusivo, do celular. Zélia a respeito diz que “*todas (educandas) tem (celular), agora é claro que não tem essa potência toda e tal, tanto que todas tem*

WhatsApp, nem todas usam o Gmail, mas pelo WhatsApp a coisa funcionava bem (durante o curso)”.

As educadoras confirmam o que traz Zélia (2023), como é o caso de Maria Silva (2023) ao dizer que *“a maioria era celular delas mesmo, cada uma tinha celular. Era mais pelo celular que era mais rápido, bem mais prático para elas”* e de Maria Geralda ao acrescentar que *“eu vi que a maioria delas quando a gente entrava em reunião on-line estava no celular, não estava no computador”*.

Ao ser questionada, Glória (2023) diz que *“(utilizo) celular”*, Sheila (2023) e Camila (2023) *“só o celular”*, enquanto Serena (2023) comenta que *“tenho computador, mas uso mais celular”*, Gabriela (2023) diz que *“mais o celular do que o tablet”* e Graça *“eu uso mais o celular”*.

Gráfico 2. Aparelhos mencionados para acesso à internet



Fonte: Elaboração do autor (2023).

As menções do uso exclusivo ou predominante do celular em comparação com computador e tablet foram decisivos para alinharmos os guias ao formato desse dispositivo, mesmo embora sabemos que seu uso pode limitar a experiência na internet a aplicações e comandos específicos.

4.1.2.4 Frequência do uso de aparelho celular

Nos é válido mencionar que, a partir das entrevistas, foi observado que o celular está no cotidiano das mulheres, sendo utilizado todos os dias, quando não o dia inteiro. Graça (2023), a respeito diz que utiliza o celular *“o dia todo”* mas que *“costumo utilizar mais a*

noite” e como Sheila, que afirma utilizar “*todos os dias, o dia todo, de noite*”. Em contraste com Gabriela que pondera:

Então, aí depende. Depende, porque como eu trabalho com isso, eu trabalho com ligação de vídeo, aí quase todo dia eu atendo e também, com certeza, tem um pouco de vício, de ficar olhando (...) a minha fala, mãe, a senhora é viciada em internet, mas eu falei nada, porque é necessário (2023).

Com Camila (2023), o uso é regrado pela dinâmica do dia: “*saio de casa 5 e meia, aí chego no serviço 6 horas, aí eu saio de lá às 7, o celular mesmo eu só pego quando tô em casa*”.

4.1.2.5 Relação com as aplicações de celular

Quanto ao uso da internet, em especial das aplicações de internet, percebemos que ele se limita ao WhatsApp e, em alguns poucos casos, ao Instagram, Facebook e Youtube. Zélia inicia a reflexão ao dizer que um embate é “*saber usar as redes sociais*” e comenta sobre

Abrir uma conta segura, a gente conseguiu abrir logo no início do curso, o gmail (por exemplo). Todas elas tiveram acesso ao Gmail, mas daí usar, primeiro pela falta de internet, segundo pela falta de experimentação, a gente viu que ainda não foi uma coisa consolidada e aí pra partir pras redes sociais mais ainda, porque tem um medo muito grande delas, né, que elas escutam muitas coisas, também são alertadas de coisas e também porque elas não dominante as ferramenta pra poder ter autonomia de fazer a venda de um produto de forma autônoma (2023).

Zélia (2023) ainda observa que “*a gente optou por criar uma coisa via celular, com WhatsApp, porque se criasse um instagram, elas não sabem abrir, elas não têm conexão também, não é excelente pra poder abrir, entendeu? WhatsApp elas dominam*”.

Para as educadoras, o WhatsApp segue sendo a principal, senão única, aplicação utilizada. Maria Geralda (2023) afirma que o “*maior uso era do WhatsApp. Senti que elas usavam o Youtube porque é um canal de comunicação que tem mais acesso... Utiliza o Instagram também*”, mas destaca que “*teve umas nove mulheres que a gente trabalhou (no Gama), as que mais usavam o Instagram eram as que tinham já o negócio iniciado*”.

Maria Silvia ainda aponta o uso do zero rating como garantia de acesso e uso do WhatsApp, vai dizer que “quando aqueles pacotes de dados que você compra o pacote, geralmente acessar o WhatsApp gratuito... Não cobra....Então, por essa questão socioeconômica, o WhatsApp também, ele é muito bom. Não só pela facilidade, mas assim, pelo valor, né? Pela acessibilidade econômica. Então isso faz muita diferença (2023).

Ao apontar as aplicações que as mulheres tiveram maior facilidade, Maria Silvia descreve que “o *WhatsApp* elas tiveram mais facilidade, depois o *Youtube* também pra conversar no chat. *Instagram*, assim, eu não vi muito elas usando”.

Já Maria Claudia comentou que:

Todo mundo usa, assim, Facebook... Elas tinham mais facilidade. Tem comandos do WhatsApp que elas não sabem ainda mexer, não exploraram ainda. (...), Instagram é algo que nem possivelmente para quem está empreendendo ou quem quer. Tivemos um pouco de dificuldade porque, por exemplo, uma das questões que a gente teve foi de não ter internet boa para abrir o Youtube, porque dados móveis ele demanda muito (2023).

As educandas confirmam o que traz Zélia quanto a dificuldade e falta de conhecimento de uso das aplicações. A respeito, Sheila (2023) diz que “*eu não sei mexer em nada! Mas eu gosto dos grupos de WhatsApp, aí tudo que eu faço, posto lá nas pesquisas, em saboaria, vários grupos, nos que cada turma que eu fui fazendo*” e menciona que “*desisti desse YouTube já muito tempo, depois que começou a vazar dados, assim, aí a gente ficou meio pé atrás*”.

Já Gabriela, aborda que “*assim, tem coisas que eu não consigo fazer (no instagram), tanto que eu não sou viciada*” exprimindo a preferência ao comentar que “*eu gosto do Facebook, eu vejo, mas nem tanto. Também já gostei mais. Então, assim, eu uso mais o WhatsApp*”. Glória (2023), igualmente, menciona que “*WhatsApp (uso), Facebook só pra ficar olhando mesmo*”.

Enquanto isso, Graça demonstra que:

WhatsApp, Youtube, Facebook (são mais fáceis)... No story, eu sempre posto alguma coisa, mas é uma certeza insegurança, sem saber se está realmente certo aquilo... Eu tenho Facebook, mas eu não costumo postar muita coisa. Já passou, a moda do Facebook! (...) Eu acho muito invasivo, ficar postando coisa diário, assim, do seu cotidiano, do seu dia a dia, não gosto muito (2023).

Já Camila traz, ainda, os desafios e dificuldades em manuseio das aplicações quando observa que: “*tem um aplicativo que a gente abaixa aí, dependendo do aplicativo, você baixa e abre uma conta e a conta cai em outra pessoa... Uso mais o WhatsApp. Eu uso o Facebook, mas não é direito, igual elas (outras educandas). Eu uso Facebook, Whatsapp... Eu gosto mais é do YouTube! Assistir vídeo*”.

Observar as aplicações mais utilizadas, bem como aquelas com maior popularidade entre as mulheres foi importante para a adequação dos conteúdos presentes nos guias que. Isso implica em dar preferência àquelas que as mulheres possuem maior propriedade, como o WhatsApp, para estabelecer contato e ter prioridade, por exemplo, nas estratégias de geração

de renda. Outros recursos populares, ou que apresentaram interesse por parte das mulheres para inserção e apropriação, mas que elas apresentaram receio, insegurança ou pouco conhecimento para o uso, como o caso do Instagram, se colocam com protagonismo nos manuais práticos de uso propostos.

4.1.2.6 Uso da internet para geração de renda ou empreendimento on-line

Em referência ao uso da internet como instrumento de geração de renda e/ou empreendimento on-line, todas mostraram interesse em se apropriar das ferramentas digitais para esse fim. Zélia aponta que:

Teve uma demanda muito grande principalmente delas em relação a essa questão do uso de plataformas digitais para o empreendedorismo. (...) Levamos outras pessoas também que puderam trabalhar (iniciativas) e agora, como saber vender o peixe delas? E aí pra saber vender esse peixe as redes sociais ajudam muito, (...) de artesanato a doces, a bolos, a fitoterápicos, a própria erva em natura, os próprios produtos na agricultura familiar, enfim se elas tem essa autonomia, seria melhor (2023).

Igualmente, Maria Claudia aborda a quantidade

A gente tem muitas (educandas) que são empreendedoras e quer divulgar o produto. Ensinar elas por exemplo a divulgar isso no grupo de WhatsApp, porque o grupo do WhatsApp geralmente é um grupo mais íntimo. Quem está no seu WhatsApp geralmente são pessoas ali, família, amigos. Então ensinar elas a fazer essa divulgação de produtos. E produzir pelo é aí já é um pouco mais avançado (2023).

Ao mencionar a autonomia da produção de conteúdo para empreendimento on-line, Maria Claudia traz que:

Instagram é algo que é possivelmente pra quem está empreendendo ou quem quer porque você usa também... Você abre uma lojinha on-line no Instagram aquela coisa toda, (...) ter interesse é design, produção. Que design é o quê? É você aprender a fazer um post legal, é você tirar uma foto legal, entendeu? Você fazer um enquadramento, você fazer um fundo, né? Botar ali um breguedê (2023).

Em consonância, Maria Geralda aborda o uso das redes sociais como recurso para incentivar o empreendimento no espaço Ashram em Você, no Gama, dizendo que “*poderia desenvolver capacidades que estava empreendendo para que ela pudesse buscar outros públicos ao mesmo tempo potencializar para que as mulheres acessem a ioga como uma prática de cuidar da saúde e ao mesmo tempo que ela pudesse ganhar dinheiro com isso*” e menciona outras iniciativas, como:

Essa (mulher), de Bernardo (assentamento), tinha um coletivo de mulheres que plantavam e comercializavam seus produtos, mas faltava pra elas realmente o aspecto da comunicação e marketing. Que aí já fugia do meu escopo, eu também sou péssima nisso. Elas sabiam mexer nessas coisas, mas o que eu acho que estava carecendo um cuidado ali é como vender o seu negócio a partir do marketing digital. Trabalhar no Canva. Como você organizar as ideias? Como você trabalhar a comunicação de forma que ela chega e tem um impacto? (2023).

Maria Silvia aponta algumas iniciativas que surgiram no contexto de São Sebastião:

Tinha mulheres que queriam fazer... fazer um centro de idosos em São Sebastião. Já tinha como pensar um pouco mais sobre isso, que era cuidadora de idosos mesmo. A (educanda) queria criar um grupo de percussão dentro do assentamento. E aí beleza estão surgindo esse sonhos, estão surgindo esse sonhos, mas como é que a gente vai colocar eles no mundo? Foi quando eu comecei a mostrar pra elas o Canva. Teve uma questão forte do empreendedorismo nas mulheres do Nação Zumbi. Então por que que a gente não trabalha tráfego? Conexão com o público? Como é que seria o conceito de conexão? Como é que eu vou me aproximar do público que eu quero alcançar? Como é que são essas trocas? (2023)

As educandas entrevistadas reforçam esse interesse e mostram, ainda, as suas iniciativas para fazerem parte desse processo. Graça (2023) aborda que "as mulheres têm muita vontade. Tem mulheres produzindo, tem produto pra mostrar, mas não sabe como fazer isso. Porque hoje em dia tudo está na internet, tudo está aí no Instagram, no Facebook nesses aplicativos", na visão dela então,

A ideia era capacitar pelo menos pra fazer um um planificação (planejamento) na área. Nós fizemos e também fizemos capacitações com o SEBRAE empreendedorismo mulher, mas aí fica aquele vácuo porque elas não sabem mexer na internet. Eu tenho o nome de uma marca eu queria registrar pra poder utilizar. (Produzo) doces e geleias (2023).

Por sua vez, Serena menciona a importância de se apropriar dos recursos digitais para aprimorar as vendas e poder otimizar a geração de renda ao mencionar que

A pessoa olha aquilo (divulgação do brechó no Centro de Formação e Cultura Nação Zumbi), mas ela não vai dizer assim nossa vou lá ver se tem um tênis se tem alguma coisa. Não vai chamar a atenção dela. Agora se eu colocar fotos do bazar, de uma coisa boa, de um tênis bom, de uma roupa boa de fazer um reels isso vai chamar atenção. A pessoa fala nossa ou aquele tênis, eu preciso lá ver. Eu tiro por mim mesma eu quando eu quero uma coisa que eu vou comprar pela internet aquilo devia ter que chamar muito a minha atenção" e mostra a importância da identidade visual, expondo que "a

logomarca é o principal porque tem muita pessoa que acha que isso não é necessário, mas é necessário sim. Você tem que ter uma logo do seu negócio, da sua loja. O design, você saber fazer um design legal, você saber você saber a fonte que você vai usar, você ter uma paleta de cores correta pra você usar. Eu acho que isso é muito importante (2023).

As outras educandas, mostraram ainda o interesse em divulgar seus produtos na internet. Sheila e suas “*oficinas de saboaria*”, Gabriela (2023) ao pontuar que “*eu sou psicanalista e eu divulgo meu trabalho*”, Glória (2023) ao mencionar que “*eu faço sorvete, eu vendo pão de queijo congelado. A gente tem vaca e aí a gente vende leite, vende queijo, requeijão, manteiga, tudo que eu faço. Vende galinha, vende ovo...*” e a Camila (2023) com a “*saboaria e perfumaria*”.

Percebemos aqui a síntese de grande parte da discussão feita quanto às redes à serviço do mercado, ao percebermos que no vislumbre da apropriação delas cabem as possibilidades de otimização do lucro e geração de renda.

De certo, essa perspectiva tem uma enorme capacidade em suprir vulnerabilidades e fragilidades a que essas mulheres estão sujeitas, sendo, desta forma, um recurso de extrema importância para que elas possam se inserir no mercado concentrado nas aplicações, especialmente o Instagram e WhatsApp.

A perspectiva central no segundo guia, no qual buscamos compreender as ferramentas de marketing digital e empreendimento on-line a partir de uma narrativa que se constrói em processos solidários e que não perde a vista à apropriação dos recursos sociotécnicos a partir de uma perspectiva não só crítico, mas colaborativa e comunitária.

4.1.2.7 A produção de conteúdo na internet

Para tal, como mencionado por Sabrina quando observa a importância em propor uma identidade visual que apresenta o produto ou serviço comercializado, a produção de conteúdo é um aspecto que hipotetizamos ser de grande valia não só nos processos de empreendimento on-line, mas quaisquer outros processos que coloquem em centralidade o protagonismo criativo de peças que possam comunicar, denunciar, mobilizar, organizar ou até mesmo tornar possível a apropriação de narrativas no contexto das redes virtuais.

A respeito desse aspecto e, em especial o uso do Canva como ferramenta para produção de conteúdo, Maria Silvia aborda que

Quando eu comecei a mostrar pra elas (educandas) o Canva, fazer banners, mostrar pra elas como é que trabalha o canva... Mas assim, foi muito corrido. Uma aula só de campo é judiação. Mas quando elas viram a

impressão, nossa senhora, eu fiquei muito feliz. Nossa pra mim mesmo, que eu acabei fazendo. Elas viram, pô! Tem outras ferramentas aqui. A gente está precisando disso. A gente está precisando daquilo. Até me solicitaram, vamos dar uma oficina lá”, trazendo ainda ao debate que é de suma importância ser trabalhado a comunicação para internet, “pra conversar, pra falar. E eu não sinto isso, por exemplo, no Instagram, lá no Nação, elas conseguem fazer um vídeo gravando pra uma automassagem, mas isso vai além, (...) é como manter essa ponte de comunicação entre elas, é o que vai manter o diálogo. Então independente do que elas fizerem, vai ser um banner, vai ser um vídeo, vai ser o quê? Não interessa. Porque no final das contas é a mensagem. A produção de conteúdo acho que não tem nem tanto problema, mas como mantém essa comunicação (2023).

Esse aspecto de engajar relações nas mídias, utilizar a fala e/ou escrita para estabelecer conexões e os desafios enfrentados pelas mulheres nesse processo é um ponto que a educadora Maria Geralda (2023) também traz ao afirmar que:

“maior do que a dificuldade de gravar (vídeo), era a timidez mesmo. Porque a gente tem tanto medo do espelho muitas vezes. Mas eu percebia muito mais dificuldade de timidez do que propriamente dificuldade de lidar com a ferramenta, então eu acho que a dificuldade dá nisso, de você saber organizar sua fala, de forma objetiva. E linguagem mesmo. Como que o que que é importante você dizer que quer apresentar um produto. A pessoa não sabe fazer isso porque ela vai falar demais. Então é importante ter técnicas”.

Sabrina é muito importante para irmos além nesse debate e pensar a produção de conteúdo como posicionamento, e quiçá reterritorialização, de narrativas que partam da periferia. Ela nos traz que:

A periferia ela sente que está, mas que não de fato está (na internet). Isso com a internet é muito sério. Muitos consumidores, mas eles não produzem. E como que você acha que você diz que são diferentes níveis, tem pessoas que já não sabem (produzir conteúdo), tem pessoas que já sabem muito (produzir conteúdo). (...) Porque criar um vídeo e fazer um vídeo também, por exemplo, um vídeo curtinho, sabe? Pensar como que a gente pode usar os vídeos para se organizar também, que muitas vezes é difícil se encontrar presencialmente para articular uma ação, por exemplo (2023).

Produzir conteúdo, se expressar ou se comunicar na internet é um desafio que não é meramente em relação à apropriação da técnica, mas que faz referência a uma conjuntura estrutural que devemos nos atentar. A esse aspecto e discutindo sobre o território de Sobradinho, Zélia aborda que:

É muito difícil em alguns lugares, principalmente que a vulnerabilidade social é muito extrema, é proporcionalmente inverso a autoestima. Então assim, quanto mais vulnerabilidade, menos autoestima elas tem. Tanto que em alguns lugares principalmente lá em Sobradinho que foi o lugar de maior vulnerabilidade que a gente tinha proposto umas coisas a gente deu um passo atrás e voltou pra trabalhar a questão da autoestima e se você quer trabalhar

com comunicação, você vai ter que partir daí, porque senão se você não se comunica nem com você, como você vai se comunicar com o exterior (2023).

Esse ponto sensível é confirmado pela educanda Glória ao dizer que:

“a gente vende as coisas, a gente quer colocar, saber colocar lá (na internet), saber se expressar melhor. E eu não sei, eu não sei me expressar bem assim nesse termo de internet essas coisa eu fico meia e uma que eu sei também. Então eu acho que a gente tinha que aprender” (2023).

Ademais, se tem atenção em cobrir a construção de currículos foi um pedido feito pela educadora da Ceilândia e reforçada pela educadora do Gama que disse:

Senti a demanda de fazer o currículo, eu até ajudei algumas fazendo, mas eu vou dizer que nem eu falei, eu não sou boa de Canva, o pessoal jovem dá de braçada, mas o que eu ensinava era o que o que eu tentei compartilhar era o que o currículo tem que ter (2023).

4.1.2.8 Letramento e alfabetização

A incidência de semi letramento e analfabetismo entre as mulheres nos faz encarar as possibilidades orais como alternativas para troca do conhecimento. É que traz Zélia ao explicar que:

Lá (Ceilândia) tem um agravante do grupo, que elas eram completamente analfabetas, então a gente buscava ser mais orais e tentar ter um pouco mais de paciência, uma coisa mais visual, a gente precisou usar outros recursos porque elas eram a maioria, era analfabeta ou semianalfabeta. Algumas não chegavam a escrever nem o nome (2023).

Expondo Maria Claudia, que “naquela época eu lembro que tinha umas pessoas também que não sabiam nem ler e escrever, (...) então eu mando sempre um áudio, muita das vezes eu gravo um vídeo pra ser mais didática, eu gravo um vídeo, curto ali de trinta segundos e envio no nosso grupo de WhatsApp” (2023), apontando outra alternativa que é “a gente ensina comandos básicos porque às vezes o celular é comando também. Então a gente ensina comandos básicos, caminho”.

4.1.2.9 Os riscos na internet

Partindo para aspectos relacionados à conscientização dos riscos, perguntamos se as mulheres já chegaram a passar por situações onde foram vítimas de violências ou crimes. Sabrina foi a primeira a compartilhar conosco um golpe que foi vítima. Nessa ocasião, ela explica que:

Ligou pra mim o número 400, segurança do banco corporativo. Falou: eu estou falando é dona (Sabrina)? Eu falei: é sim. Ai estão comprando agora com o seu cartão. Falei: não, mas eu não tô fazendo compra, eu tô aqui dentro, em isolamento. Bom, aqui foi resultado, foram lá falar que eu tinha que bloquear (o cartão) e por causa da pandemia não precisava ir na agência que ia mandar um rapaz de moto lá pra eu dar os cartões e eu dei. Ele tinha o crachá do Banco do Brasil. Fui na delegacia e abri ocorrência na agência do banco. É mancada, mancadona, mas a é um lugar novo. Eu falo assim: ah, eu sofri um golpe de internet, alguém fala: ah eu também. Sempre tem alguém, não importa o valor, mas sempre tem alguém numa roda assim com o grupo maior de pessoas que sofre (2023).

Glória também foi outra vítima de golpe virtual e alega que:

“me ligaram falando que a minha conta estava atrasada, dizendo que era da Claro. Falando: a senhora está devendo. Não sei, nem lembro quanto que. Vamos falar duzentos reais, mas não sei. Ai eu falei pra minha filha. Ela falou: uai, mãe, da Claro e está ligando então pega aí. Peguei e depois cortaram meu telefone”.

Serena (2023) percebe essa fragilidade de identificação dos riscos das mulheres a partir de uma vivência concreta no período próximo a nossa conversa. Ela nos conta que *“teve uma (educanda) que falou assim: (Serena), me ajuda aqui a fazer a transferência pro bazar do Nação Zumbi e aí ela me passou até os dados dela, a senha do cartão dela pra mim fazer a transferência porque ela não sabia fazer a transferência”.*

Tiveram situações, ainda, que pela dificuldade do manuseio das ferramentas on-line de gerenciamento de banco, mulheres acabaram sendo vítimas de golpe. A esse caso, Maria Claudia explica como *“de inclusive o próprio auxílio, a gente teve aqui situações muito lamentáveis de pessoas que caiu em golpe. De pedir pra outras pessoas fazer... mexer no auxílio... cadastrar”* e acabar ter o valor do auxílio roubado. Utilizar o pix, abrir um banco digital, realizar transferências e receber pagamentos é outro aspecto comumente mencionado que nos vale a atenção.

4.1.2.10 Sugestões de formato para os guias

Finalmente, nos vale pontuar as diferentes proposições quanto ao formato dos guias.

A começar, Zélia aborda que

Se você que vai trabalhar com comunicação, o seu desafio vai ser falar de um jeito fácil, simples de forma mais afetiva possível, integrando naqueles processos porque senão você chega no território e muitas delas falavam assim: as pessoas vem aqui achando que a gente também não tem conhecimento pelo fato de não saber ler e aí impõe uma coisa de uma forma

como se fosse o detentor da verdade. E aí umas coisas que eu escutei assim que eu fui muito elas falaram assim que eu era muito afetiva (2023).

E considera:

Em termos de alfabetização, aí eu acho que talvez pensar num vídeo, pensar num podcast, pensar em meios mais acessíveis a quem não sabe ler, como em níveis de comunicação para quem está começando a estar nesse mundo das redes e pra quem está querendo aprofundar nessas questões (2023).

Para Maria Geralda, a importância da formação está em “*rodas de conversas demonstrativas, oficinas práticas*” (2023) como para Graça, que diz que “*eu acho que seria o ideal assim, a oficina que na prática a pessoa, alguém, ensinando, corrigindo, e ela mesmo fazendo na prática, com o auxílio de alguém*” (2023).

Já Sheila pondera “*eu prefiro um caderno, uma coisa escrita, prefiro ler*” (2023).

4.1.3 Pesquisa Bibliográfica

Em diálogo com os temas levantados e as especificidades apresentadas pelas mulheres, nos valem da pesquisa bibliográfica, reflexão, discussão e aprofundamentos dos resultados encontrados nas entrevistas. A respeito desse método, o destacamos como

o planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente sobre o assunto, até a apresentação de um texto sistematizado, onde é apresentada toda a literatura que o aluno examinou, de forma a evidenciar o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de suas próprias idéias e opiniões. (STUMPF, 2006, p. 51)

Para pesquisa, utilizamos as plataformas Google Scholar, ResearchGate, Biblioteca Científica Eletrônica On-line (SciElo), além dos anais e publicações da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC) e Rede Latino-americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS).

Os assuntos e palavras-chaves utilizadas foram: Territórios Saudáveis e Sustentáveis; Território; Comunicação e Territorialidade; Comunicação e Decolonialidade; Comunicação e Bem-viver; Redes Virtuais; Redes e Território; Redes Comunitárias de Internet; Redes de Computadores; Marketing Digital, Economia Solidária; Produção de Conteúdo e Autonomia; Inclusão Digital; Mulheres e Internet; Violência On-line; Crimes On-line; Educação e Mídia; Letramento Digital.

4.2 Etapas de desenvolvimento do produto

O desenvolvimento do produto utilizou diferentes métodos a partir dos seus diferentes propósitos. Em um primeiro momento, definimos os temas a serem abordados nos guias a partir das entrevistas semi-estruturadas feitas. Para tal, categorizamos as demandas e necessidades e as dividimos de acordo com os pressupostos estabelecidos por Mori (2011) a respeito da inclusão digital.

Para pensar a adequação desses tópicos em guias que fossem representativos e envolvessem as mulheres do curso pela imaginação, nos utilizamos da prática de contação de história, ou *storytelling*, que uniu as apreensões simbólicas e significativas das entrevistas ao uso do percurso da Jornada do Herói, ou Jornada da Heroína como preferimos tratar. Assim, desenvolvemos o roteiro para partimos para a parte do projeto gráfico.

Nessa ocasião, utilizamos o pensamento de design, ou *design thinking*, que se utiliza de técnicas processuais de convergência e divergência de ideias, partindo do encontro com o problema e passando pelas etapas de descobrimento, definição, desenvolvimento e entrega, até chegar na solução encontrada, etapa que não necessariamente significa um fim, mas que se trata de um compartilhamento do percurso feito e do produto proveniente.

4.2.1 Temas a serem abordados nos guias

A partir do reconhecimento dos níveis de intimidade com as tecnologias de comunicação digital e das demandas que as mulheres trouxeram nas entrevistas, dividimos os guias em três temas que dialogam com os três passos observados por Mori (2011) para inclusão digital, como sendo acesso à internet, alfabetização digital³², e apropriação das ferramentas para criação.

O primeiro guia a ser desenvolvido se propõe a introduzir a temática de inclusão digital a partir da conscientização da infraestrutura da internet, autodeterminação das tecnologias e aproximação do dispositivo celular. Ainda que introdutório, se orienta a engajar as mulheres na possibilidade de serem também proprietárias das redes virtuais que nascem no engajamento de construção de redes comunitárias de internet e intranet e na percepção dos seu funcionamento a partir do dispositivo celular. Aborda, ainda, a identificação, prevenção e

³² Para Mori (2011), a alfabetização digital consiste no conhecimento acerca do manuseio das ferramentas digitais munido da leitura crítica acerca da sua constituição.

ação em caso de crimes e violências cometidos no ambiente digital, problematizando a atual estrutura da internet e seus efeitos danosos.

O segundo guia a ser desenvolvido se encaminha a abarcar a principal demanda de aprendizagem levantada pelas mulheres: geração de renda pela internet e empreendimento digital. É propositivo na construção de tutoriais para construção e fortalecimento de negócios on-line, mas toma como ponto de partida iniciativas coletivas baseadas na economia solidária. Essa escolha se deu pela importância de contrapor a lógica acumulativa e individualista presente nas ações dominantes de mercado, buscando, ainda, a articulação conjunta e solidária entre as mulheres para fortalecimento e sustentabilidade das suas ações.

Já o terceiro se estende a explorar a apropriação das narrativas midiáticas que circulam na internet a fim de contribuir para autonomia e fortalecimento do posicionamento das mulheres e das suas habilidades comunicativas para as diferentes mídias digitais, como peças gráficas, vídeos curtos de proporção 9:16, conteúdos audiovisuais e programas de rádio gravados (podcast). Compreende que tal apropriação se coloca de suma importância para evidenciar o caráter criador à impactar a ecologia das mídias a partir das perspectivas e orientações das mulheres e seus olhares a partir do território. Evidenciando, ainda, as possibilidades desses conteúdos para disseminação de narrativas, denúncias, mobilização e organização. Ainda que mais abrangente, cumpre o objetivo de dialogar com o segundo guia quanto à produção de peças gráficas para engajamento das ações de geração de renda e empreendimento digital.

A delimitação das abordagens a serem trabalhadas nos processos de ensino-aprendizagem dos guias se referem a:

- Guia I - Celular, internet, riscos e alternativas comunitárias de conexão, partindo do reconhecimento do celular, suas funcionalidades, sua conexão com a internet, alternativas de redes comunitárias de internet e apresentação dos riscos presentes na internet e suas formas de identificação, prevenção e ação;
- Guia II - Aplicativos e geração de renda na internet, com o intuito de estimular o uso dos aplicativos da internet mencionados e úteis para geração de renda, como WhatsApp, Instagram, Google e Canva, além de abordagens referentes à economia solidária e *marketing* digital;
- Guia III - Autonomia para produção de conteúdos de imagem, vídeo e áudio com enfoque em autonomia para criação de peças gráficas, produtos audiovisuais e programas de rádio gravados (podcast).

Para sintetização, apresentamos a relação entre noções e demandas apresentadas, aspectos da inclusão digital e os respectivos guias para abordagem, compreendemos:

Quadro 3. Síntese dos tópicos abordados e principais demandas levantadas pelas entrevistadas

| INCLUSÃO DIGITAL (MORI, 2011) | | GUIAS | TÓPICOS ABORDADOS PELAS ENTREVISTADAS |
|------------------------------------|--|--|---|
| Alfabetização e letramento digital | Acesso à internet; | I. Celular, Internet, Riscos e Alternativas Comunitárias de Internet | <ul style="list-style-type: none"> ● Reconhecimento da interface do celular; ● Primeiros passos para aprender a utilizar o celular e internet; ● Toque de tela ou touchscreen; ● Como utilizar o teclado; ● Como fazer ligação ou chamada de texto; ● Como tirar fotos ou gravar vídeos; ● Como acessar a internet; ● Como fazer uma busca na internet; ● Identificação e prevenção de riscos; ● Redes comunitárias de internet e intranet. |
| | Manuseio das ferramentas; | II. Aplicativos e Geração de Renda | <ul style="list-style-type: none"> ● Redes de Economia Solidárias; ● Aplicativos mencionados nas entrevistas e úteis para geração de renda; <ul style="list-style-type: none"> ○ WhatsApp; ○ Instagram; ○ Google; ○ Canva. ● Marketing digital. <ul style="list-style-type: none"> ○ Planejamento; ○ Tráfego; ○ Engajamento; ○ Identidade Visual; ○ Produção de Conteúdo. |
| | Apropriação de ferramentas para criação; | III. Autonomia para Produção de Conteúdo | <ul style="list-style-type: none"> ● A autonomia na produção de conteúdo; ● Desenho gráfico ou design gráfico; <ul style="list-style-type: none"> ○ Princípios do desenho gráfico ou design gráfico; ○ Uso do canva. ● Produção audiovisual; ● Programa de rádio gravado ou podcast. |

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Mori (2011) trata do segundo passo para inclusão digital como um processo relacional entre o manuseio de ferramentas digitais e a conscientização crítica acerca da internet. Contudo, compreendemos neste trabalho que todos os guias devem ter como transversalidade uma postura crítica, em relação ao manuseio das ferramentas digitais, mas também quanto a construção e infraestrutura de acesso à internet e a apropriação de ferramentas para criação de conteúdo. O que nos propomos a realizar, respectivamente, a partir da proposição de redes comunitárias de internet, atenção aos riscos on-line, conscientização da propriedade da infraestrutura da internet, redes de economia solidária e autonomia para produção de conteúdo nos três guias idealizados.

4.2.2 A delimitação das histórias a serem contadas

As histórias contadas nos produtos deste trabalho partem dos momentos de diálogo que tivemos com educandas e educadoras e naquilo que podemos capturar para representação simbólica de aspectos que rondam a ambientação, as personagens e as soluções para os problemas encontrados.

Contudo, nos vale mencionar, antes de nos aprofundarmos nas escolhas que fizemos, que não se trata da definição de universais, no sentido de uma única ambientação, com uma única personagem, com únicos problemas, acreditando que isso irá resumir as mulheres do Distrito Federal. Isso não vai. São apreensões que nascem do autor deste trabalho a partir da recorrência de comentários pelas mulheres e que toma liberdade no processo artístico de criação.

Por exemplo, algumas mulheres entrevistadas, já de maior idade, mencionaram possuir dificuldades para utilizar o celular e a internet, mas que contavam com a ajuda de filhas, filhos, netas e/ou netos. Gabriela exemplifica essa observação quando diz que *“eu tenho uma filha que faz tudo isso (produção de cards para divulgação). Ela faz card para mim e aí ela me ajudou muito nessa questão”* (2023) e Graça ilustra ao dizer que *“as mulheres têm muita vontade. Eu na verdade eu tenho celular, mas não fui eu que fiz a instalação. Os filhos que fazem e tem toda aquela dificuldade de ensinar. Aí eu acabo nem utilizando tanto”*(2023).

Essa relação é por Mori (2011) explorada como o contraste dos nativos digitais, aqueles que nascem no contexto de internet e por isso possuem maior facilidade, com os imigrantes digitais, aqueles que não nasceram no contexto de internet e possuem maiores

dificuldades por ter de aprender algo completamente novo, muitas vezes com dificuldades de leitura e manuseio que vem em decorrência da idade.

Pensar que nativas e imigrantes digitais podem partir em uma jornada de ensino-aprendizagem onde ambas aprendem juntas, em proposição de uma horizontalidade do conhecimento e estímulo a atenção dos mais novos em aprenderem com os mais velhos e as sabedorias que eles carregam enquanto ensinam algo que possuem facilidade em aprender, como é o caso dos mais novos e a tecnologias de celular e internet.

Seguindo esse mesmo panorama, a escolha de personagens femininas foi idealizada para o lugar de protagonismo feminino, onde elas pudessem se ver representadas em situações de problema-solução que surgem no ambiente virtual. Por isso, todas as personagens são mulheres, que se apoiam e se fortalecem, e buscam, ainda que com opções limitadas, representar a diversidade de identidade que conhecemos nos diálogos com as entrevistadas.

Ambientações centrais como o assentamento e o aquilombamento, respectivamente em situação rural e urbana, foram pensados a partir do reconhecimento com o território, das suas características e demandas. No entanto, o objetivo não foi representar um único território com expressiva fidedignidade, mas pensar em uma representação que, embora abrangente, pudesse se comunicar com as realidades que nos aproximamos.

Para nos engajarmos na elaboração dos roteiros para os guias, nos valem da síntese para as mídias contemporâneas de Christopher Vogler, em *A Jornada do Escritor*, acerca da *A Jornada do Herói* de Joseph Campbell (VOGLER, 1997) que consiste em três atos centrais que movem o percurso das nossas heroínas, sendo eles: a apresentação, o conflito e a resolução.

No primeiro ato, nossas heroínas estão no mundo comum, é onde as conhecemos no seu cotidiano, a partir das suas realidades. Algo então as impele na direção de uma busca, ou jornada, esse é o chamado à aventura. A recusa do chamado é a resposta subsequente, onde há relutância da heroína que é derrubada pelo encontro com a mentora, quem oferece um conselho, item ou ajuda. Desse envolvimento da heroína com a mentora, culmina em um “ponto sem retorno”, onde ambas fazem a travessia da primeira limiar e, ao atravessar o portal, caem em um novo mundo totalmente desconhecido.

No segundo ato, são feitos testes, alianças e inimizades que a heroína tem de enfrentar. Isso a fortalece e mostra que ela é capaz de vencer. É aí que ela se aproxima da caverna oculta, onde está o inimigo. O embate com o antagonista leva a provação suprema e a sua vitória dá à heroína uma recompensa.

No terceiro, e último, ato, a heroína resolve o problema que estava diante e se volta ao caminho de volta para casa. Carrega com ela um elixir, uma benção, tesouro ou aprendizado significativo, que beneficia o mundo comum.

A Jornada do Herói, que aqui nos referimos com a Jornada da Heroína, é um conceito proposto pelo mitólogo e escritor Joseph Campbell em seu livro *O Herói de Mil Faces* (1995), no qual, a partir de estudos mitológicos comparados, ele argumenta que existe um padrão encontrado em mitos e histórias épicas de diferentes culturas ao redor do mundo. Esse padrão descreve a jornada do próprio humano na busca dos seus desafios, imersão no mundo interior, a superação dos obstáculos que leva a conquista final do elixir que o engrandece.

Essa jornada nos serviu de referência para construção das histórias que irão compor os guias de comunicação digital.

Quadro 4. A Jornada do Herói no Guia Piloto

| PRIMEIRO ATO - APRESENTAÇÃO | |
|-----------------------------|--|
| MUNDO COMUM | Bibi cruza o rio até o Assentamento Girassol. Animais a percebem, enquanto ela com eles interage enquanto utiliza o celular. A sua chegada é percebida pela sua tia, que avisa a sua avó, Dona Rosa. Nesse momento, também podemos perceber um campo de girassol, onde um pássaro percebe a chegada de Bibi, enquanto sua outra tia cuida do girassol. |
| CHAMADA À AVENTURA | Bibi chega com um presente que a sua mãe mandou para sua avó. Se trata de um celular inteligente, ou smartphone, onde Dona Rosa pode utilizar a internet para se comunicar. |
| RECUSA DO CHAMADO | Dona Rosa não está habituada, diz que tem dificuldade e que não tem interesse em saber. No entanto, quando o leite derrama e suja o livro de receitas, a internet é a solução para conseguirem a receita. |
| ENCONTRO COM O MENTOR | Surpresa com a velocidade com a qual Bibi conseguiu pesquisar sobre a receita, Dona Rosa pede para neta a ensinar como se utiliza o celular. Nesse momento, elas se ocupam com o básico, como interface, configurações básicas, ligação e como tirar fotos. |
| TRAVESSIA DO PRIMEIRO LIMAR | Dona Rosa diz que tem vontade de ensinar todas as mulheres sobre plantas alimentícias, mas para isso ela precisa de internet. Bibi então a convida para imergir nesse mundo e salta para um ambientação totalmente nova. |

| SEGUNDO ATO - CONFLITO | |
|--------------------------|--|
| TESTES | Bibi e Dona Rosa se engajam a aprender sobre a internet, seu funcionamento e, principalmente, seus riscos. Quando Bibi clica em um link malicioso que as leva para um site que as coloca em situação de perigo. |
| ALIADOS E INIMIGOS | Na situação de perigo, encontram Tati e Aisha, duas mulheres conscientemente críticas de como a internet funciona e que lutam para um ambiente digital mais seguro e inclusivo. Elas ensinam sobre os riscos e as convidam para conhecer melhor sobre as redes comunitárias de acesso. |
| PROVAÇÃO SUPREMA | Nesse momento, Bibi e Dona Rosa são levadas a aprender sobre como se constrói uma rede comunitária de internet e de intranet. |
| RECOMPENSA | Além do conhecimento com redes comunitárias de internet, Dona Rosa ganha uma sementeira, um hardware para estabelecer uma rede comunitária de intranet. Além disso, ganham de Aisha e Tati os laços para fazerem o enlace com as duas garotas. |
| TERCEIRO ATO - RESOLUÇÃO | |
| RETORNO COM O ELIXIR | Bibi e Dona Rosa partem para casa, atravessando novamente o celular. |

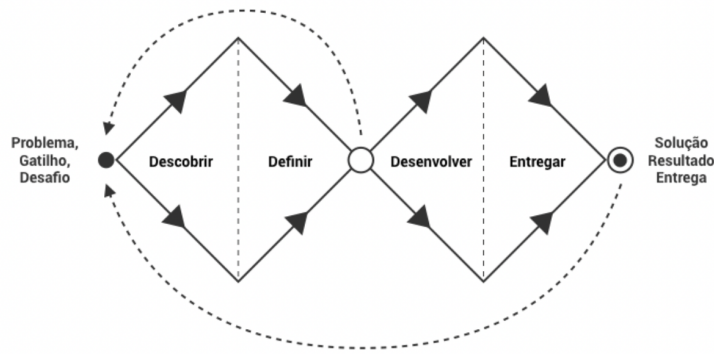
Fonte: Elaboração do autor (2023).

4.2.3 Processo gráfico do guia piloto

Para pensarmos os processos gráficos do guia piloto, nos propomos a utilizar o processo de pensamento de desenho conhecido como Diamante Duplo³³, para que pudéssemos abarcar os diversos elementos construídos a partir dos processos de convergência, onde muitas idéias são criadas, e divergência, onde as idéias são reduzidas e refinadas nos fluxos que partem do desafio posto rumo a solução encontrada.

Figura 8. As quatro etapas do Diamante Duplo

³³ O método Double Diamond foi criado pelo British Design Council e descreve modos de pensar recomendados para designers. Disponível em: < <https://vidadeproduto.com.br/double-diamond/> > Acessado em: 15 jul. 2023



Fonte: Blog Vida de Produto³⁴

Na primeira etapa, a partir de pesquisas acerca dos territórios, buscamos por fotografias pelo Google Imagens, e as pesquisas referentes a pinturas digitais e ilustrações que envolvessem características encontradas nas fotografias dos territórios, e temas como comunidades tradicionais, espaço virtual, redes e internet. Nesse momento, um compilado foi utilizado para abertura do leque de possibilidades referentes às cores, tipografias, formas e técnicas de ilustração digital.

No segundo momento, ainda que em etapa de descobrimento, as visitas nos territórios e as entrevistas com coordenadoras, educadoras e educandas foram valiosas para definirmos os primeiros levantamentos feitos. Compreendemos as escolhas de cores a partir da predominância destas nos territórios e nas próprias entrevistadas. O rosa e o lilás da luta das mulheres camponesas, o verde das hortas comunitárias, o laranja/vermelho presente no solo de chão batido e na luta que se reinventa, foram algumas decisões feitas. Outros aspectos, como tipografias sem serifa para adequar a dificuldade de leitura que as mulheres apresentaram ter e a escolha por ilustrações vetorizadas para garantia do menor uso de processamento de dados quando o guia fosse circulado em ambiente virtual também foram importantes para serem alcançados nesse momento. Comportou, como conclusão desta etapa, a primeira entrega para a orientação, com proposições e opiniões que foram abarcadas para a etapa de desenvolvimento.

Na etapa de desenvolvimento, nos movemos a construir um roteiro do guia a partir das demandas e necessidades encontradas nas entrevistas em relação à construção da história em quadrinho a partir da Jornada do Herói, a qual Christopher Vogler (1997) e Joseph Campbell (1995) fazem referência. Nesse momento, buscamos condensar todas as informações a partir curadoria do conteúdo, arquitetura das informações, estruturação das grades nas histórias em

³⁴ Disponível em: <<https://vidadeproduto.com.br/double-diamond/>>. Acessado em: 15 jul. 2023

quadrinhos e demais processos que foram necessários para a construção gráfica do produto final-

Por fim, na etapa de entrega, definimos um protótipo do primeiro guia a servir como referência aos demais a serem elaborados. Nele, foi condensado todas as informações referentes aos temas abordados e as escolhas gráficas como estilo de ilustração, composição e acorde de cores e uso de tipografias. Comportou, como conclusão desta etapa, a primeira entrega para a orientação, com proposições e opiniões que foram abarcadas para que fosse retrçado os primeiros momentos, de descobrimento, definição e desenvolvimento, para então ser construído uma segunda versão a ser compartilhada com os sujeitos envolvidos nesse processo, desde educandas e educadoras à orientadores, coordenadores e membros das banca.

4.2.4 Disposição do conteúdo (layout)

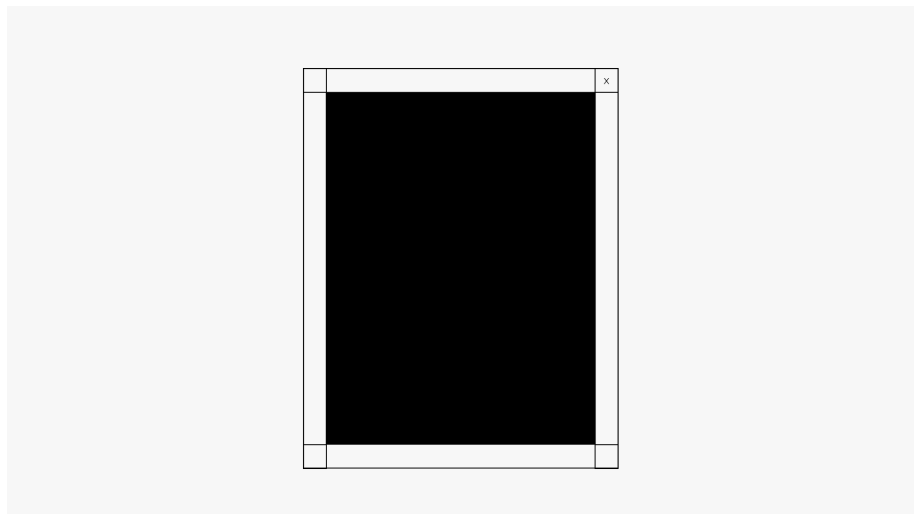
Para melhor disposição das informações a serem apresentadas nos guias e levando em consideração o formato de histórias em quadrinhos, buscamos elaborar uma estrutura comum para todas as páginas a serem considerados os limites hierárquicos, de respiro e organização, para que, assim, as informações não se sobrepusessem ou causassem conflitos no ato da leitura.

Seguimos então para a construção de layout, ou disposição do conteúdo, como à “organização dos elementos do design dentro do espaço de um projeto. Significa estruturar uma composição com elementos imagético e textual, levando em conta alinhamento, espaço, simetria e contraste, tudo isso com o objetivo de influenciar a navegabilidade visual” (AMBROSE; HARRIS, 2012 apud MACIEL; KUROKI, 2017, p. 30). Prezando pela simplicidade, padronização e ordenação das informações para proporcionar uma melhor captura das informações nos momentos de leitura.

Em respeito ao espaço que deve ser reservado para sangria, fizemos a escolha por 1,4cm de diâmetro em uma superfície de 20 x 25 cm, representado pela letra X, e que é utilizado como parâmetro de referência para os espaços reservados às histórias em quadrinhos, composto por personagens, objetos e diálogos, e os corpos de texto, voltados para textos informacionais e explicativos.

No interior desta margem, no espaço negativo da figura abaixo, contemplamos os limites para o corpo de texto e histórias em quadrinho.

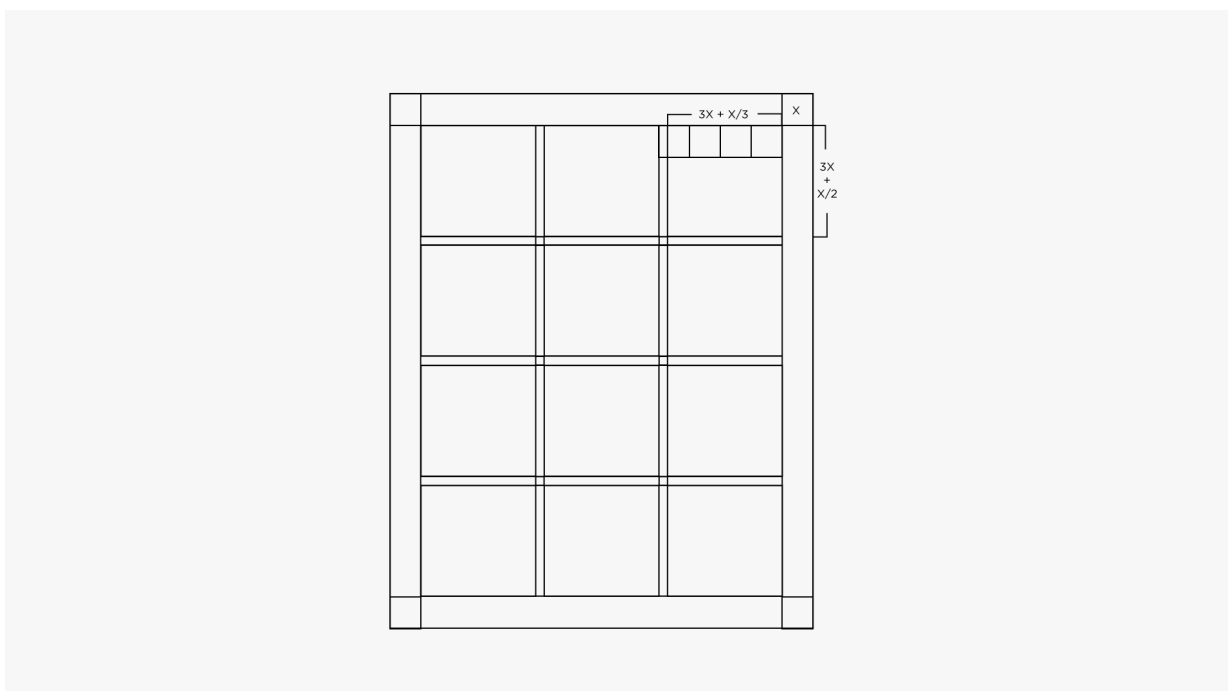
Figura 9. Margem para sangria de 1,4cm de diâmetro representado pela letra X



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Para que pudéssemos organizar os quadrinhos da melhor forma, trouxemos a proposta de estruturas de referência de 3 x 3, com 9 quadrados, e 3 x 4, com 12 quadrados. No de 9 quadrados, nos envolvemos a utilizar planos maiores, como plano americano e inteiro, já no de 12 quadrados, o reservamos para planos menores, como primeiro plano, primeiríssimo primeiro plano e plano detalhe.

Figura 10. Estrutura do guia para histórias em quadrinhos de 3x4

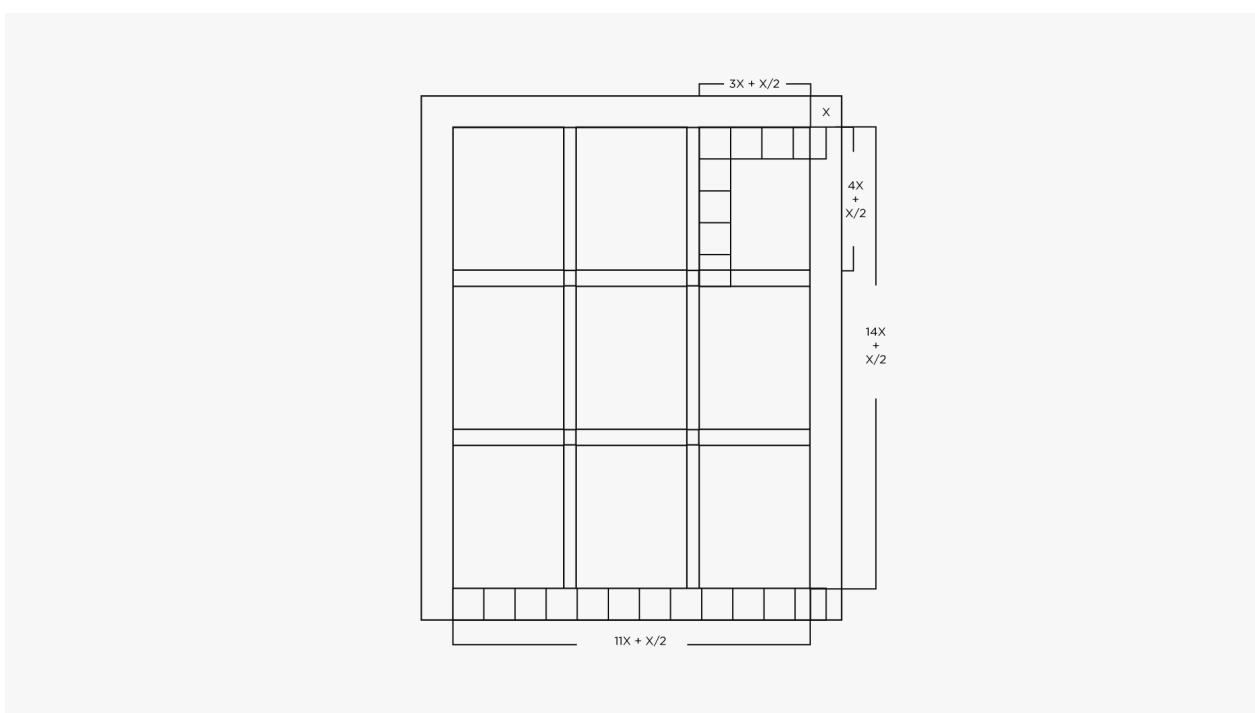


Fonte: Elaboração do autor (2023).

As histórias respeitaram a ordem da esquerda para direita, retornando à inferior esquerda ao final, e seguindo dessa forma até o último quadrado no canto inferior direito.

Nos momentos que alternamos entre histórias em quadrinhos e textos, utilizamos os quadrados para delimitar o espaço do corpo de texto, preservando ainda a margem de segurança entre quadrados.

Figura 11. Estrutura do guia para histórias em quadrinhos de 3x3



Fonte: Elaboração do autor (2023).

5 O Produto

O produto deste trabalho é um guia piloto de comunicação digital de título “Redes que territorializam saúde e sustentabilidade: celular, internet, riscos e alternativas comunitárias de conexão”. Possui 50 páginas e proporções de 40,5x25,0 cm no tamanho aberto, dimensão escolhida para viabilizar maior acessibilidade de leitura e envolvimento com a obra.

Seu conteúdo é resultado dos diálogos com educandas, educadoras e coordenadora local, reflexões teóricas a partir da categorização das demandas e necessidades apresentadas pelas mulheres, e da construção de histórias utilizando como base o percurso da Jornada do Herói.

Projetado para o formato híbrido, de circulação tanto impressa como *on-line*, utilizamos a técnica de ilustração em vetor com o uso do *software Illustrator*, que possibilita a preservação da qualidade da imagem ainda que comprimida e encaminhada no ambiente digital. Possibilita a escalabilidade do material, permitindo que seja redimensionada para qualquer tamanho sem perder qualidade ou sofrer a pixelização³⁵.

Por estar relacionado ao Curso de Formação-Ação em Saúde Integral para as Mulheres promovido pelo PSAT/Fiocruz tem seus direitos reservados à circulação pelo programa e é oferecido para uso livre e completo em quaisquer atividades e momentos.

5.1.1 Tipografia

A primeira atenção dada para a escolha tipográfica foi em relação à viabilidade de leitura para pessoas velhas ou com baixa visão. Para isso, utilizamos como referência o trabalho de Rosely Arantes, *Guia de comunicação com pessoas velhas do campo para iniciantes* (2022).

Para a autora, dois são os fatores para uma boa fonte: a legibilidade e a leiturabilidade. Enquanto que a primeira estabelece a importância de fontes em um bom tamanho, igual ou superior a 12 pontos, a leiturabilidade se refere à facilidade do olho em reconhecer uma letra e se mover pela linha enquanto absorve a informação transmitida.

A respeito, a autora dá preferência às “letras com traço homogêneo, sem modulação, com prolongamento das ascendentes e descendentes e modificações da anatomia por contribuírem para diferenciar as letras e facilitar o reconhecimento das palavras” (ARANTES, 2022, p. 29).

Outra característica que buscamos manter é a associação às fontes em quadrinho, popularizada pela fonte Comic Sans. Isso para que o guia não se fixe às tipografias rígidas, mas que traga certa aparência lúdica e amigável, evocando sensações de familiaridade e de um ambiente descontraído e acolhedor. Pensamos que ao utilizar uma tipografia deste tipo, é mais provável que as leitoras se envolvam com o conteúdo, sintam-se à vontade e se motivem a continuar lendo.

Figura 12. Tipografias

³⁵ Acontece quando passamos a ver os quadrados em uma imagem digital.

| FONTE | VARIAÇÕES | EDITORACÃO | EXEMPLO |
|---|---|---|--|
|  <p>PESO</p> <p>ASTRO 12 PONTOS</p> <p>GOTHAM 12 PONTOS</p> | <p>CC ASTRO CITY REGULAR</p> <p>Gotham Book</p> <p>Gotham Book Italic</p> <p>Gotham Bold</p> <p>ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ 1234567890 @#%&'()/=?*!_.,</p> <p>ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 1234567890 @#%&'()/=?*!_.,</p> <p>ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZ abcdefghijklmnopqrstuvwxyz 1234567890 @#%&'()/=?*!_.,</p> | <p>TÍTULO</p> <p>TEXTO</p> <hr/> <p>ESPAÇAMENTO</p> <p>24 PONTOS</p> <p>20 PONTOS</p> | <p>TÍTULO</p> <p>Lorem ipsum dolor sit amet, <i>consectetur.</i></p> <hr/> <p>EXEMPLO</p> <p>BIBI</p> <p>Dona Rosa</p> |

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Para isso, fizemos a escolha, para títulos e momentos de diálogo nas histórias em quadrinhos, da tipografia CC ASTRO CITY, por denotar essa característica de amigabilidade que traz a Comic Sans, mas que ainda assim cumpre com os pré-requisitos de legibilidade e leiturabilidade que nos aconselha Rosely Arantes (2022).

Para os corpos de texto, dêmos destaque para a fonte GOTHAM em três pesos: *book*, *book italic* e *bold*, a serem utilizados nos momentos de destaque do texto. Sua forma clara e limpa, combinada com proporções equilibradas e espaçamento consistente, permite que os olhos dos leitores fluam suavemente pelas palavras e frases. Isso torna a leitura mais agradável e evita o cansaço visual, especialmente em textos longos.

5.1.2 Paleta de cores

Além do preto e branco, cores que nos servem como base para construção do contraste com as demais, fizemos a escolha pelo azul (#0557FF), rosa (#FF00FF), verde (#DFD800) e vermelho (#FF2000), cores dominantes, seguidas de amarelo (#FF9900), azul claro (#00CCFF) e verde escuro (#005D00), cores auxiliares, utilizadas, salvo o amarelo na caracterização da Ashanti, para compor situações onde o uso das cores dominantes ocasionaram supersaturação ou conflito da composição geral.

A escolha por luminosidade e saturação, foi feita também pela recomendação de Arantes, quanto a preferência dada a “cores com luminosidades diferentes, pois são facilmente identificáveis, ao contrário das matrizes com luminosidades iguais” (ARANTES, 2022, p. 31) e em estímulo ao uso de cores, pois “materiais coloridos melhoram a memorização além do interesse e da eficácia do aprendizado” (IDEM).

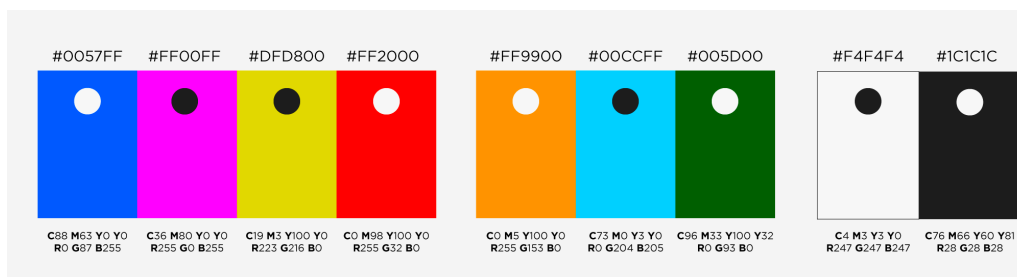
Das escolhas feitas, o azul é frequentemente associado à confiança, serenidade e estabilidade. No tom escolhido, representa a confiança nas habilidades e conhecimentos das mulheres na esfera digital, enquanto oferece uma sensação de tranquilidade e faz referência ao horizonte azulado dos campos.

Quanto ao rosa, embora associado frequentemente à feminilidade, a sua escolha foi utilizada em referência à luta das mulheres camponesas, que utilizam o lilás como identificação da luta. A escolha do rosa ao invés do lilás aconteceu pela harmonia da cor com as demandas e a flexibilidade dentro da proposta do guia. Para além disso, representa a diversidade, a inclusão e a ingenuidade da Bibi.

O verde por sua vez, foi escolhido por estar presente na maioria dos ambientes naturais ou de agricultura. É igualmente associado à natureza, à renovação e ao crescimento. Na esfera da internet, pode simbolizar o potencial de crescimento pessoal, e é muito importante para pensarmos a presença dessa cor em TSS.

O vermelho, por último, é uma cor vibrante, que embora não muito utilizada, sempre está presente com a Dona Rosa. Está associada a coragem e a ousadia, além do empoderamento e da luta por justiça social.

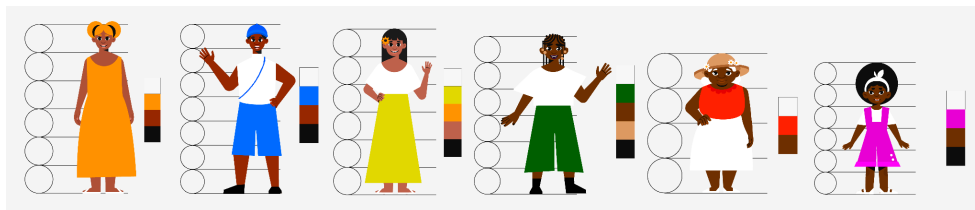
Figura 13. Paleta de cores



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Mesmo embora tenhamos utilizado uma gama de cores, as exploramos em sobreposição e contraste apenas com as cores preto e branco. Isso pode ser percebido, além das ambientações, nas roupas das personagens - que fazem contraste com o branco quando não possuem apenas uma cor predominante.

Figura 14. Paleta de cores e personagens



Fonte: Elaboração do autor (2023).

5.1.3 Sequência de cenas (storyboard)

A primeira parte do guia se ambienta no mundo comum de Bibi e Dona Rosa e tem por objetivo introduzir as duas personagens, suas relações e o chamado à aventura, quando Bibi entrega um celular como presente para sua avó. Nesse momento, há uma breve apresentação de conceitos-chave como território, territórios saudáveis e sustentáveis, redes, internet e premissas do guia, de onde nasce, qual o intuito e a quem busca comunicar.

Figura 15. Apresentação e o chamado à jornada



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Com o chamado à jornada aceito, Bibi ensina Dona Rosa as funções básicas do celular, como configurações gerais, realizar ligações, enviar mensagens e tirar fotos. É o momento que precede a transição para o mundo mágico e é onde Dona Rosa se anima e se engaja à apropriação do celular e demonstra interesse em aprender sobre a internet.

Figura 16. O celular e a mentoria



Fonte: Elaboração do autor (2023).

É o momento de travessia do primeiro limiar, onde Dona Rosa sente que caiu de paraquedas em um ambiente onde Bibi parece ter tanta naturalidade. Essa etapa é o primeiro momento nessa realidade e a menina ensina alguns conhecimentos básicos sobre o que é a internet, os ícones que encontramos e os tipos de conexão disponíveis.

Figura 17. A internet e a travessia do primeiro limiar



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Ao terem a internet reduzida e Bibi clicar em um link suspeito que oferecia internet gratuita, Bibi e Dona Rosa acabam entrando em um site malicioso. O cenário é de perigo e um monstro está prestes a atacá-las. É o momento que Aisha e Tati chegam, duas mulheres bem cientes do que é a internet e organizadas para tornar esse espaço mais inclusivo e democrático. Elas ensinam sobre os riscos, formas de prevenção e ação em situações que se é vítima. Encorajam Bibi e Dona Rosa a se questionarem se estão seguras ou vulneráveis no ambiente digital.

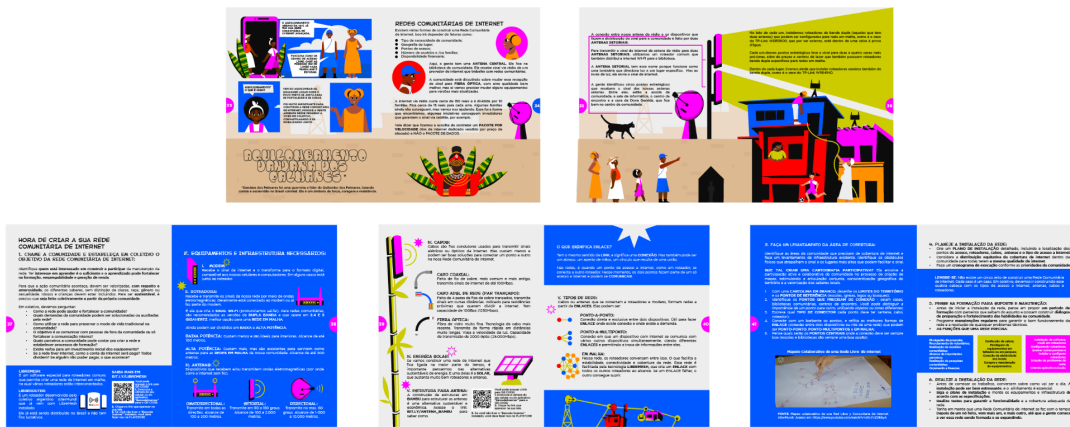
Figura 18. Os riscos na internet, inimigos e aliados



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Com o momento de perigo superado, Dona Rosa e Bibi são convidadas por Tati a conhecerem o aquilombamento Dandara dos Palmares. Nessa parte, elas ensinam sobre infraestrutura da internet, o que é necessário para se construir uma rede de internet a partir de uma perspectiva comunitária. É um momento de aproximação, ambientação e incentivo a materializar a internet que na grande partes das vezes é apresentada de maneira abstrata.

Figura 19. Os riscos na internet, inimigos e aliados



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Antes de retornarem para casa, Dona Rosa e Bibi aprendem uma lição importante: a internet pode ser construída em uma caixa de madeira. No Assentamento Margarida Alves, as mulheres criaram uma rede local com a Fuxico, uma rede local de Wi-Fi acessível e de fácil manuseio. Utilizando o hardware Raspberry e um software livre do pirate box, é possível expandir a rede com o uso de antenas. Dona Rosa recebe esse presente, uma fuxico para chamar de sua. As duas, ganham um enlace, parte da conexão com Ashanti e Tati que, com amorosidade, oferecem cuidado e fortalecimento em rede.

Figura 20. Os riscos na internet, inimigos e aliados



Fonte: Elaboração do autor (2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exponencial consolidação das tecnologias da informação e comunicação em áreas vitais como educação, trabalho e saúde revela o seu papel para a garantia de direitos e qualidade de vida. Ao passo que suprimos as distâncias e flexibilizamos as barreiras espaço-temporais, nos damos face à desigual distribuição de acesso que opera a exclusão digital. A realidade contemporânea nos exige que estejamos presentes ou saibamos manusear as tecnologias digitais, enquanto que o seu acesso é imputado pelos altos custos financeiros, sujeição ao monopólio de empresas internacionais, estranhamento da tecnologia, entre outros fatores que fazem desse cenário necessário a se pensar.

Esse apontamento é observado nos diálogos que realizamos com as mulheres do curso. Muitas delas sem acesso de qualidade à internet, pelas condições de onde moram ou pelo alto custo, ou dificuldade em manusear os dispositivos de celular e os aplicativos de internet. Na situação da pandemia, Sabrina, Serena e Maria Claudia (2023) mencionam alguns casos de mulheres que para ter acesso aos auxílios socioeconômicos do governo disponibilizados via internet, expuseram seus dados sensíveis e passaram as suas senhas para desconhecidos. Em alguns casos, não receberam o valor e foram vítimas de golpe. Isso pela dificuldade em utilizar uma tecnologia e pela centralidade dela na garantia de direitos.

Outro fator que denota o que observamos, e que trouxeram as mulheres com quem dialogamos, mas principalmente Maria Silvia e Maria Geralda (2023), é o interesse ou necessidade de gerar renda de maneira autônoma, com soluções locais ou próprias, e a indispensabilidade em utilizar a internet para tal. No entanto, ao sentirem insegurança no manuseio das ferramentas de comunicação digital, essa possibilidade se esvai e muitos sonhos, vontades ou necessidades não saem do papel.

Essa lógica ocorre não apenas a nível do empreendimento *on-line*, mas se generaliza para qualquer produção de conteúdo na internet. Elas então se tornam telespectadoras dos conteúdos pelos outros produzidos, aqueles que possuem à disposição o acesso à internet de qualidade, dispositivos de comunicação de ponta, e outras tantas vantagens que fazem com que seus conteúdos possam disseminar nesse ambiente. Sabemos que existem exceções, e que a internet pode ser uma aliada para visibilidade, reivindicação de pautas e luta por justiça social, mas a partir do que foi exposto na discussão deste trabalho, ela ainda é causa e vetor de desigualdades.

Nos vemos então diante desse contraditório motor único que nos trouxe Milton Santos (2014), onde o mercado, ao se utilizar das tecnologias para construção de redes, passa a instrumentalizar e influenciar seus interesses, especialmente no nível simbólico, expandindo assim seu alcance e atuando na desterritorialização dos espaços. Contudo, não nos conformamos com a fatalista ideia de que há uma massa homogênea sendo criada, e que uma só sociedade se forma. Ao contrário, entendemos que todo processo de desterritorialização é acompanhado de reterritorialização e que nessa etapa, para além de uma resistência, há uma produção de vida que se encontra na profunda relação cotidiana e material com o ambiente em que se está e na relação ancestral que se reinventa, fortalece e cresce.

Nos é caro, portanto, pensar que as tecnologias aqui discutidas são conhecimentos sociotécnicos que devem ser estimulados à autogestão, à autodeterminação, à autonomia e à apropriação. Construir redes sustentáveis, baseadas em lógicas comunitárias, e que incitem a intimidade com a infraestrutura de internet, por exemplo, tem grande valia para nos orientar a caminhos outros onde a sustentabilidade é premissa fundamental.

Análogo a isso, a leitura crítica do ambiente virtual deve ser pauta para não cairmos no mito da salvação técnica, onde as redes virtuais e as tecnologias em geral são tidas como iniciativas que independem ou não são influenciadas por seres humanos e, em especial, por uma parcela mínima da sociedade que a apropria e desenvolve. Isso anda lado-a-lado com a conscientização dos riscos presentes no ambiente digital, dos tipos de violências e crimes que as mulheres estão mais suscetíveis a sofrerem e as formas disponíveis para proteção e denúncia. Não esquecendo, ainda, da atenção ao uso das ferramentas e imposição de limites para que estejam salvaguardadas.

Mesmo embora essas reflexões tenham orientado esse trabalho, é importante trazer às considerações finais que a pesquisa é um caminho a ser feito. Isso porque, embora com o objetivo de trabalhar a formação e inclusão digital com as mulheres do curso, acabamos por, a partir das conversas, aproximações e diálogos, entender melhor o que deveria ser feito nesse momento.

A exemplo, no início pensamos em propor roteiros para oficinas e realizá-las como parte da experiência da pesquisa. No entanto, compreendemos que tínhamos que dar alguns passos para trás. Precisávamos levantar as especificidades de inserção no ambiente digital e as principais demandas apresentadas, para então desenvolver materiais didáticos para nortear os processos.

Outro ponto coube na definição de um guia piloto ao invés da realização dos três guias. Isso porque a princípio, tínhamos em mente um guia que trouxesse os passo-a-passo a

partir de textos técnicos e objetivos, com ilustrações e elementos gráficos pontuais. No entanto, nos foi atentado durante os diálogos com as mulheres e de orientação que a comunicação do guia deveria vir acompanhada de amorosidade, afeto e envolvimento com as questões reais e concretas presentes nos territórios. Foi aí que nos voltamos ao formato de contação de histórias em quadrinhos que, por serem mais complexas e demandarem maiores esforços e tempo hábil, nos fez decidir em desenvolver apenas um guia piloto e propor os conteúdos a serem trabalhados nos demais.

Por fim, temos em mente que é imprescindível que esse material seja compartilhado com as mulheres e com as partes que o atravessam, para que elas tragam as suas impressões e opiniões sobre o que ali está presente. Se atentando, ainda, à compreensão da sua funcionalidade para formação e aprendizagem. Como um guia piloto, ou protótipo, essa etapa poderá nos levar a retornar ao diamante duplo, seja para a etapa de definição ou até mesmo descobrimento.

Não nos atentemos a estas considerações como um ponto final deste trabalho, mas uma vírgula que indica um percurso adiante. Afinal, os esforços aqui traçados foram feitos para encorajar o envolvimento da comunicação digital nos processos de promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis e se coloca como parte da resposta de uma demanda social a ser consolidada em momentos de reflexão e ação que tem no horizonte processos que se fazem em coletivo.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

ARANTES, Rosely Fabrícia de Melo. **Guia de comunicação com pessoas velhas do campo para iniciantes**. Recife: Fiocruz-PE, 2022.

BARRANQUERO, Alejandro. **De la comunicación para el desarrollo a la justicia ecosocial y el buen vivir**. CIC. Cuadernos de Información y Comunicación [en línea], 17(Sin mes), p. 63–78. 2012. Disponível em <http://www.redalyc.org/comocitar.ou?id=93524422004>. Acesso em 2 mai. 2023.

BARBOSA, Lia Pinheiro. **Estética da resistência. Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S.L.], v. 9, n. 23, p. 29-62, 2 jul. 2019. O Debate Entre O Público E O Privado. <http://dx.doi.org/10.32335/2238-0426.2019.9.23.1144>.

BASPINEIRO, Adalid. **Comunicação para o bem-viver: contribuições desde a América Latina**. *Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo*, (4), 41-59. 2016. Disponível em: http://www.revistainternacionaldecomunicacionydesarrollo.com/revista/pdf/2018/No_4/Articulo_3.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

BBC. **Como as mulheres passaram de maioria a raridade nos cursos de informática**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-43592581>>. 2018. Acesso em: 01 jul 2023.

BELLI, Luca et al. **Governança e regulações da Internet na América Latina: análise sobre infraestrutura, privacidade, cibersegurança e evoluções tecnológicas em homenagem aos dez anos da South School on Internet Governance**. FGV Direito Rio, 2018.

BELLI, Luca. **As redes comunitárias e o princípio de autodeterminação de rede**. In: BELLI, Luca et al. *Governança e regulações da Internet na América Latina: análise sobre infraestrutura, privacidade, cibersegurança e evoluções tecnológicas em homenagem aos dez anos da South School on Internet Governance*. FGV Direito Rio, 2018. Cap. 11. p.207-236

BELLI, Luca; RAMOS, Bruno (org.). **Políticas Digitais no Brasil: acesso à internet, proteção de dados e regulação**. Rio de Janeiro: Fgv Direito, 2021.

BETTINE, Marco. **A Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas: bases conceituais**. 3 mar. 2021. Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. <http://dx.doi.org/10.11606/9786588503027>.

BELTRÁN, Luis Ramiro. **Un adiós a Aristóteles: La comunicación "horizontal"**. *Punto Cero*, Cochabamba, v. 12, n. 15, p. 69-92, 2007. Disponível em <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1815-02762007000200009&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 13 jun. 2023.

BEKAKOUCHE, Tamara. **Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). REDES, SOCIEDADES E TERRITÓRIOS. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021. Cap. 1. p. 81-108.

BIDWELL, Nicola J. **Community networks: Stories and power.** In: FINLAY, Alan (ed.). Global Information Society Watch: 2018. United States: Apc, 2018. p. 36-41.

BIDWELL, Nicola J. **Women and the Sustainability of Rural Community Networks in the Global South.** Proceedings Of The 2020 International Conference On Information And Communication Technologies And Development, [S.L.], v. 0, n. 0, p. 1-13, 17 jun. 2020. ACM. <http://dx.doi.org/10.1145/3392561.3394649>.

BORGES, Luzineide Miranda; PINHO, Ananda Radharanni Brasil. **CIBERFEMINISMO E EDUCAÇÃO: discursos, racialidade e questões de gênero.** Periferia, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 111-132, 29 out. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/periferia.2021.61024>.

BRAGA, R. M. **Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações.** Geografias (UFMG) , v. 6, p. 26-36, 2010.

BRAGA, Adriana. **Ecologia da Mídia: uma perspectiva para a comunicação.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. Anais [...] . Rio Grande do Norte: Intercom, 2008. v. 1, p. 1-11.

BRANDÃO, Antonio Carlo Batalini; VITALI, Mariana; SANTOS, Ivanildo Antônio dos; OLIVEIRA, Daniel Cobucci de; MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; RODRIGUES, Milena Manhães. **A Funasa e sua atuação estratégica para Territórios Sustentáveis e Saudáveis.** In: MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; VITALI, Mariana; BRANDÃO, Antonio Carlo Batalini; NETTO, Guilherme Franco; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli. Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2021. Cap. 1. p. 19-28.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.866, de 01 de dezembro de 2011. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 13 jun. 2023. .

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.311, de 23 de outubro de 2014. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas.** Brasília, DF, 2014. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2311_23_10_2014.html. Acesso em: 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 3.071, de 27 de dezembro de 2012. **Redefine a composição e as atribuições do Grupo da Terra no âmbito do Ministério da Saúde.** Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3071_27_12_2012.html. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. **Marco Civil da Internet. Lei 12.964/14, 2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 1 jul. 2023

BRASIL. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Portaria nº 5.555, de 05 de maio de 2019. Programa Institucional de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (PITSS).** 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/portaria-no-5555/2019>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CARMO, Paloma; DUARTE, Felipe; GOMES, Ana Bárbara. **Glossário da Inclusão Digital - Volume I.** Instituto de Referência em Internet e Sociedade: Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://bit.ly/2KX42Ym>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. Informação & Sociedade: Estudos, 10(2). Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/337>

CASTRO, Oona; AFONSO, Carlos Alberto; DUARTE, Paulo. **How community networks in Maranhão are helping quilombolas promote their rights.** In: FINLAY, Alan (ed.). Global Information Society Watch: 2018. United States: Apc, 2018. p. 77-80

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces.** São Paulo, Editora Cultrix/Pensamento, 1995.

CLAVAL, Paul. **O Território na transição Pós-Modernidade.** Geographia, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 7, 16 set. 2009. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia1999.v1i2.a13349>.

COSCARELLI, Carla Viana. **Multiletramentos e empoderamento na educação.** In: FERRAZ, Obdália. Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura. Salvador: Edufba, 2019. Cap. 5. p. 61-78.

CORREIA, Elizabeth Saad. **Reflexões para uma epistemologia da comunicação digital.** In: Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, Braga. 2008.

CORREIA, Virgínia da Silva; FARIA, Juliana Bonassa; FENNER, André Luiz Dutra; KNIERIM, Gislei Siqueira; MAIA, Gabriel Cunha. **Caderno de Sistematização do Curso de Formação em Saúde para as Mulheres.** Distrito Federal: Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2022.

COGO, Denise; OLIVEIRA, Catarina Teresa Farias de; LOPES, Daniel Barsi. **BUEN VIVIR E A CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO: reposicionando a comunicação e a cidadania no pensamento latino-americano.** In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., 2013, Salvador. Anais [...] . Salvador: S.I., 2013. p. 1-16.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulisses. **Data Colonialism: Rethinking Big Data's Relation to the Contemporary Subject.** Television and New Media, v.20, n.4, 2019.

CGI.BR. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL, 2023. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – TIC Domicílios 2023.** CGI.br/NIC.br, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) São Paulo:Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023.

DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios. Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento.** p. 187-209, 2004.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **REDES, SOCIEDADES E TERRITÓRIOS.** 3. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021.

DIAS, Leila Christina. **OS SENTIDOS DA REDE: notas para discussão.** In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). REDES, SOCIEDADES E TERRITÓRIOS. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021. Cap. 1. p. 13-30.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas S.A., 2005.

DUARTE, JORGE. **Entrevista em profundidade.** In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Atlas S.A., 2005. Cap. 4. p. 62-83.

FENNER, André Luiz Dutra et al. **Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) no Distrito Federal: agroecologia e impacto dos agrotóxicos.** Saúde em Debate, v. 46, p. 249-261, 2022

FERRAZ, Obdália (org.). **Educação, (multi)letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na cibercultura.** Salvador: Edufba, 2019.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981a.

FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981b.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação.** São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada Vida.** Depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 9. ed. São Paulo: Ática, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Alternância: um caminho para o desenvolvimento das comunidades rurais.** 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Lorena; MOACIR NETO,; MULLER, Francisco F.; LEAL, Debora; ABELÉM, Antônio; KLAUTAU, Aldebaro. **Desenvolvimento de redes comunitárias na região amazônica com uso de redes em malha sem fio através da plataformas LibreMesh**. In: COMPUTER ON THE BEACH, 10., 2019, Itajaí. Anais [...] . Itajaí: S.I., 2019. p. 807-808.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Edital de Chamamento Público n. 2/2012**. 2012. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/09/Ed_Pesq_2012.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023

GALLO, Edmundo. **Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver**. In: MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; VITALI, Mariana; BRANDÃO, Antonio Carlo Batalini; NETTO, Guilherme Franco; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2021. Cap. 5. p. 99-123.

GALLO, Edmundo; NINIS, Alessandra Bortoni; FREITAS, Leonardo de; NASCIMENTO, Vagner do; FRANÇA, Indira Alves; ALVES, Pedro Assumpção; VENTURA, Darcy de Valadares Rodrigues; VITALI, Mariana. **A Experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina**. In: MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; VITALI, Mariana; BRANDÃO, Antonio Carlo Batalini; NETTO, Guilherme Franco; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli (org.). **TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS E SAUDÁVEIS: experiências de saúde ambiental territorializadas**. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2021. Cap. 3. p. 75-107.

GARCIA, José Luís. **Introduction: Towards a Critical Philosophy of Networks – Reflections on the Perspective of Pierre Musso**. In: GARCIA, José Luís. **Pierre Musso and the Network Society: from saint-simonianism to the internet**. Switzerland: Springer, 2016. Cap. 1. p. 1-18

GOMEZ, Margarita. **Alfabetização na esfera digital: Uma proposta freireana**. Disponível em: <<https://bit.ly/32ee65x>>. Acesso em 18 de jun. de 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/territorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue. Antropologia do ciborgue**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.

IBGE. **Mercado de trabalho brasileiro, 2018.** URL <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do-homem>. Acesso em : 01 jul. 2023

IJUIM, Jorge Kanehide; QUEIROZ, Tatiane Karina Barbosa de; APOLINARIO, Erick Marques Polidoro. **Mídia Índia: porquê decolonizar a práxis jornalística.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 44., 2021, Virtual. Anais [...] . S.I.: Intercom, 2021. p. 1-16.

JÚNIOR, Olívio de Sousa Santos; COSTA, Orlando Moraes; DE SOUZA, Carlos David Rocha. **MARKETING DIGITAL COM A METODOLOGIA DOS 8Ps E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRATÉGIA COMPETITIVA DE EMPREENDEMENTOS.** Revista Eletrônica Interdisciplinar, v. 2, n. 6, 2011.

KNIERIM, Gislei Siqueira. **Ciclo 2: autogestão, geração de renda e economia para as mulheres.** Distrito Federal: Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2021.

KOPF, Águida Wichrowski; HORTALE, Virginia Alonso. **Contribuição dos sistemas de gestão de Carlos Matus para uma gestão comunicativa.** Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 10, n. , p. 157-165, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232005000500018>.

LEÃO, Giovanni; CASTRO, Lauro; LIMA, Marcos; PINTO, Lucas; EMERSON JUNIOR,; KLAUTAU, Aldebaro. **Projeto CELCOM: um processo de inclusão digital em comunidades isoladas através de redes comunitárias.** In: COMPUTER ON THE BEACH, 10., 2017, Itajaí. Anais [...] . Itajaí: S.I., 2017. p. 666-675.

LEMONS, André. **Ciberespaço e tecnologias móveis: processos de territorialização e desterritorialização na cibercultura.** In: ENCONTRO DA COMPÓS, 15., 2006, Bauru. Anais. Bauru: Unesp, 2006.

MACHADO, Gabrieli Pereira; YADA, Natália Tiemi; SILVA, Arielyn Pádua; WALTER, Maynara de Oliveira; PEGORINI, Jéssica Iara; SOUZA, Alinne Cristinne Correa. **Mulheres de TI em um Mundo Masculino: percepções dos homens sobre a atuação do gênero feminino no mercado de trabalho.** Anais do XII Computer On The Beach - Cotb '21, [S.L.], v. [], n. [], p. 285-293, 29 abr. 2021. Universidade do Vale do Itajaí. <http://dx.doi.org/10.14210/cotb.v12.p285-292>.

MACHADO, Jorge Mesquita Huet et al. **Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial.** 2017.

MAGALHÃES DE SOUZA, Emanuella Geovana; DE OLIVEIRA LEÃO, Odilanir; MUSA BOAKARI, Francis. **Nós por Nós: protagonismo e resistência de mulheres afrodescendentes no Instagram.** ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação, v. 12, n. 24, 2021.

MANCINI, Euclides André. **Redes de Colaboração Solidária.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

MEDEIROS, Luiz Carlos Lobato Lobo de; HABIB, Igor Briglia. **Interconexão de Redes de Computadores.** S.I.: Escola Superior de Redes Rnp, 2007.

MORAES, Fernando Dreissig de. **CIBERESPAÇO ENTRE AS REDES E O ESPAÇO GEOGRÁFICO: algumas considerações teóricas**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 14, n. 47, p. 139-149, ago. 2013.

MORI, Cristina K. **Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010**, 2011.

MUSSO, Pierre. **Network Ideology: from saint-simonianism to the internet**. In: **GARCIA, José Luís. Pierre Musso and the Network Society: from saint-simonianism to the internet**. Switzerland: Springer, 2016. Cap. 2. p. 19-67.

NIC.BR. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Redes comunitárias de Internet no Brasil: experiências de implantação e desafios para a inclusão digital**. São Paulo, SP : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022.

OLIVEIRA, Cinthya Pires. **Redes Comunitárias, Internet e Políticas Digitais: reflexões a respeito do setor de comunicação e dos processos sociais**. In: BELLI, Luca; RAMOS, Bruno (org.). **POLITICAS DIGITAIS NO BRASIL: acesso à internet, proteção de dados e regulação**. Rio de Janeiro: Fgv Direito Rio, 2021. Cap. 6. p. 61-75.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Constituição da Organização Mundial da Saúde**. 1948. Disponível em: <https://www.who.int/about/who-we-are/constitution>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ORLOVA, Anna; DINIZ, Rafael. **Off-the-grid, autonomous community networks in Brazil**. In: FINLAY, Alan (ed.). **Global Information Society Watch: 2018**. United States: Apc, 2018. p. 81-84.

PAULO, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, O Poder nas Redes de Economia Solidária, Porto Alegre, 2005.

PAEZ, Luis Francisco Verano. **Economia Solidária, uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: Sesma, 2001.

PEREIRA, Jéssica Rodrigues; SOUSA, Maurício Pablo Fernandes de; PIMENTEL, Vania Costa. **Vivências Agroecológicas no Assentamento Pequeno William, DF**. Distrito Federal. Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF. 2018. p. 1-6.

PERUZZO, Cicilia. **Observação participante e pesquisa-ação**. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Atlas S.A., 2005. Cap. 8. p. 125-145.

PERUZZO, Cicilia MK et al. **Comunidades em tempo de redes**. Comunicação e movimentos populares: quais redes, p. 275-298, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDAÇÃO JORNAL DE BRASÍLIA. **Mulheres em Roda promove capacitações culturais em São Sebastião**. *Jornal de Brasília*. Distrito Federal, p. 0-0. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/entretenimento/eventos/mulheres-em-roda-promove-capacitacoes-culturais-em-sao-sebastiao/>. Acesso em: 6 jun. 2023.

RENÓ, Denis; GOSCIOLA, Vicente; RENÓ, Luciana (org.). **Nova Ecologia dos Meios e Tecnologia**. São Paulo: Ria Editorial, 2018.

RIBEIRO, Isabella Ferreira Viana. **Ser camponesa no Planalto Central: experiências de mulheres dos Assentamentos Patrícia e Aparecida e Estrela da Lua na constituição de histórias possíveis**. 2022. 196 f., il. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

RIBEIRO, Miguel Ângelo Campos. **As redes geográficas sob a ótica analítica de Miossec**. *GeoUERJ*. Revista do Departamento de Geografia, UERJ. Rio de Janeiro, nº 10, p. 35-46. 2001.

RICAURTE, Paola. **Data Epistemologias, Coloniality of Power, and Resistance**. *Television & New Media*, v. 0, n. 0, 2019.

SANTOS, Carolina Martins. **Por que as mulheres “desapareceram” dos cursos de computação?**. 2018. URL <https://jornal.usp.br/universidade/por-que-as-mulheresdesapareceram-dos-cursos-de-computacao/>. Acesso em : 01 jul. 2023

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SAUERESSIG, Gislaine Gabriele; SELLITTO, Miguel Afonso; KADEL JUNIOR, Nelson. **Papel das cooperativas de reciclagem no retorno de Resíduos Sólidos Urbanos à indústria**. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 1-12, 26 mar. 2021. Centro Universitario de Maringa. <http://dx.doi.org/10.17765/2176-9168.2021v14n2e6537>.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras**. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). *REDES, SOCIEDADES E TERRITÓRIOS*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2021. Cap. 1. p. 31-52.

SHAPIRO, Carl; VARIAN, Hal. **A economia da informação: como princípios econômicos se aplicam à era da internet**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SILVA, Fátima Cristina; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli; MOURA, Bianca Coelho. **Ciclo 3: promoção e vigilância da saúde da mulher**. Distrito Federal: Escola de Governo Fiocruz Brasília, 2021.

SOUSA, J.; SCHEIDWEILER, G.; MONTENEGRO, L. M. B.; GERALDES, E. **O AMBIENTE REGULATÓRIO BRASILEIRO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA on-line DE GÊNERO**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 16, n. 30, 2019. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/530>. Acesso em: 5 jul. 2023.

SOUTO, Kátia Maria Barreto; SÁ, Ana Paula Dias de; CORRÊA, Virgínia da Silva. **Ciclo 1: saúde e direitos humanos para as mulheres**. Distrito Federal: Escola Governo Fiocruz Brasília, 2021.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. Porto Alegre: Atlas S.A., 2005. Cap. 3. p. 51-61.

TORRES, Shirlei Milene; TETTAMANZY, Ana Lúcia Liberato. **Contaço de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação**. Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 1-8, jan./maio 2008.

TORRICO, Erick. **La Comunicación Decolonial, Perspectiva In/surgente**. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.], v. 15, n. 28, 2018. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/472>. Acesso em: 13 jan. 2023.

TORRICO, Erick. **Comunicación (Re)humanizadora: ruta decolonial**. Universidad Mayor de San Andrés. 2019

TORRICO, Erick. **Comunicación organizacional y decolonialidad: desafíos para una intersección factible**. Organicom, [S.L.], v. 18, n. 37, p. 14-22, 31 dez. 2021. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-2593.organicom.2021.190356>.

TORRICO, Erick. **Comunicação decolonial/(re)humanizadora**. In: PRADO, Guilherme; SOUSA, Jorge Pedro; BRITTOS, Valério Cruz (Orgs.). **Comunicação e decolonialidade: teorias, práticas e críticas**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 235-252.

TRESCA, Laura. **Redes comunitárias: a retomada da apropriação coletiva da conectividade**. São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br, 2022.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado; ANDRADE, Alice Oliveira de. **Aquilombamento virtual midiático**. Alceu, [S.L.], v. 21, n. 44, p. 172-189, 29 set. 2021. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.46391/alceu.v21.ed44.2021.247>.

VENTURA, Jaqueline; MOURA, Ana Paula. **ESSA ESCOLA CHAMADA VIDA.** Movimento-Revista de Educação, [S.L.], n. 7, p. 412, 9 nov. 2017. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/movimento2017.v0i7.a20976>.

VILLARDI, Juliana; MONKEN, Mauricio; NETTO, Guilherme; OLIVEIRA, Daniel. Saúde, Ambiente, Sustentabilidade e Territórios. In: MACHADO, Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual; VITALI, Mariana; BRANDÃO, Antonio Carlo Batalini; NETTO, Guilherme Franco; VILLARDI, Juliana Wotzasek Rulli. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico.** Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2021. Cap. 2. p. 39-58.

VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor.** Rio de Janeiro. Ampersand Editora, 1997.

YIN, Robert K. **Pesquisa Qualitativa: do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2017.

WALSH, Catherine. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial.** Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, 2005. p. 13-35.

ZANETTI, Ruth Reis e Daniela. **Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura.** In: REIS, Ruth; ZANETTI, Daniela (org.). Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias. Espírito Santo: Edufes, 2017. p. 10-21.

ZANOLLI, Bruna; JANCZ, Carla; GONZALEZ, Cristiana; SANTOS, Daiane Araujo dos; PRADO, Débora. **Feminist infrastructure and community networks: an opportunity to rethink our connections from the bottom up, seeking diversity and autonomy.** In: FINLAY, Alan (ed.). Global Information Society Watch: 2018. United States: Apc, 2018. p. 42-51.

ANEXOS

Anexo I - Planejamento pesquisa

Quadro 1 - Planejamento da pesquisa

| ETAPAS | MAR | ABRIL | MAIO | JUN | JUL |
|--------------------------------------|-----|-------|------|-----|-----|
| Elaboração do projeto de pesquisa | X | | | | |
| Revisão bibliográfica | X | X | X | X | X |
| Elaboração do roteiro de perguntas | | | X | | |
| Entrevistas | | | X | X | |
| Sistematização e análise dos dados | | | | X | |
| Definição dos temas dos guias | | | | X | |
| Elaboração do roteiro do guia piloto | | | | X | |
| Projeto gráfico | | | | X | X |
| Redação | | | | X | X |
| Entrega e defesa | | | | | X |

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Anexo II - Roteiro de Perguntas

I. Roteiro de perguntas para educandas.

01. Apresentação

- a. Qual seu nome?
- b. Onde você mora/Qual seu território?
- c. Quantos anos você tem?
- d. Você produz ou comercializa algum produto?
- e. O que é internet para você?

02. Sobre acesso à internet

- a. Com qual frequência você utiliza a internet?
- b. Você tem acesso à internet em casa? Se sim, como você consegue o sinal?
- c. Ter acesso a internet no seu território é difícil?
- d. Para acessar a internet, você utiliza qual aparelho?
- e. Você tem internet no seu celular?
- f. Qual celular você usa?
- g. Você tem dificuldade em utilizar a internet?
- h. Como é o uso da internet na comunidade?
- i. Você acha difícil usar o celular?
- j. O que é mais difícil?
- k. É difícil pra você gravar vídeo ou tirar foto?
- l. Você sabe fazer chamadas no celular?
- m. Você sabe adicionar pessoas na sua lista de contato?
- n. Você sabe como instalar aplicativos?
- o. Qual aplicativo você mais usa?
- p. Qual aplicativo a comunidade mais usa?
- q. E as mulheres de onde você mora, qual aplicativo a comunidade mais usa?
- r. Você sabe mudar a foto de perfil no WhatsApp?
- s. Mandar foto com uma única visualização?
- t. Você utiliza o Instagram?
- u. E o Facebook?
- v. E o Youtube?
- w. Já fez um reels ou vídeo para o Instagram ou Tik Tok?
- x. Onde você faz pesquisa na internet?
- y. Você sabe abrir uma videochamada no Google Meets ou Zoom?
- z. Sabe usar a ferramenta documentos do Google Drive?
- aa. Sabe usar a ferramenta planilhas do Google Drive?
- bb. Você conhece Canva?
- cc. Você já criou um negócio on-line para sua empresa?
- dd. Você tem banco digital?
- ee. Tem interesse em abrir?
- ff. Você tem chave pix?
- gg. Tem interesse em abrir?
- hh. Você tem medo ou insegurança na internet?

- ii. Você já foi vítima de algum golpe ou violência na internet?
- jj. Você sabe o que fazer?
- kk. Se você for vítima, sabe o que fazer?
- ll. Você verifica se a informação que encontrou na internet é verdade?
- mm. E as pessoas da comunidade?

03. Sobre o guia

- a. O que você gostaria de aprender no guia de comunicação?
- b. Para qual objetivo final você gostaria de aprender?
- c. Qual formato do guia você acha mais apropriado?

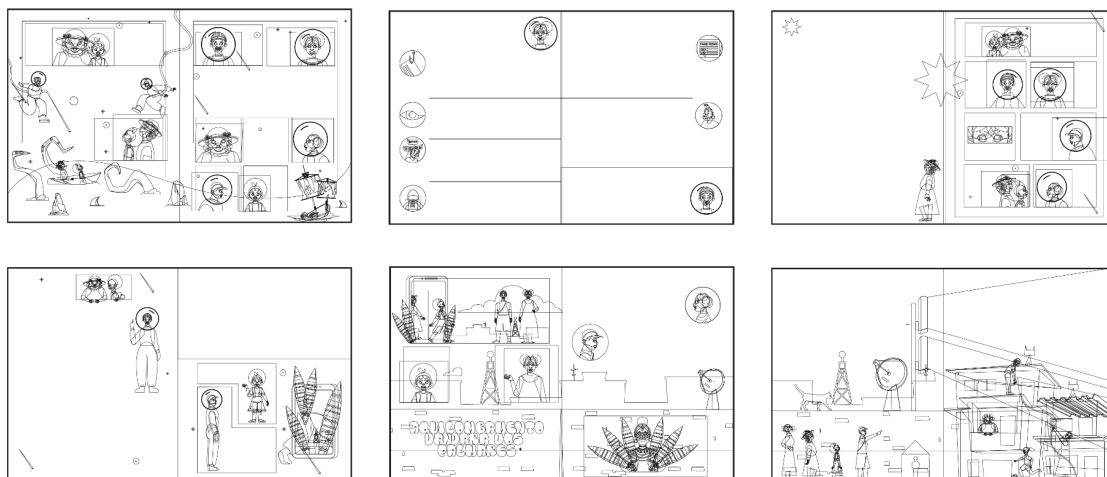
II. Roteiro de perguntas para educadoras populares e coordenadora local

1. A comunicação conseguiu solucionar o distanciamento durante o Curso de Formação de Saúde Integral para as Mulheres? Por quê?
2. Quais foram os principais desafios em exercitar a comunicação entre coordenação e educandas?
3. Quais foram os principais desafios em exercitar a comunicação entre educandas?
4. A partir da sua proximidade com as educandas do curso, quais foram as alternativas de comunicação que elas tiveram maior facilidade de acesso? Por quê?
5. Ainda a partir das educandas do curso, quais alternativas de comunicação você observou que elas tiveram maior dificuldade de acesso? Por quê?
6. Alguma ação positiva de comunicação envolvendo as educandas durante o curso que você queira destacar?
7. Alguma ação negativa de comunicação envolvendo as educandas durante o curso que você queira destacar?
8. Quais sugestões você tem para melhorar a comunicação em um outro momento de formação?
9. De acordo com sua experiência como coordenadora/educadora, quais temáticas em comunicação digital você considera terem maior urgência de serem trabalhadas?

APÊNDICE

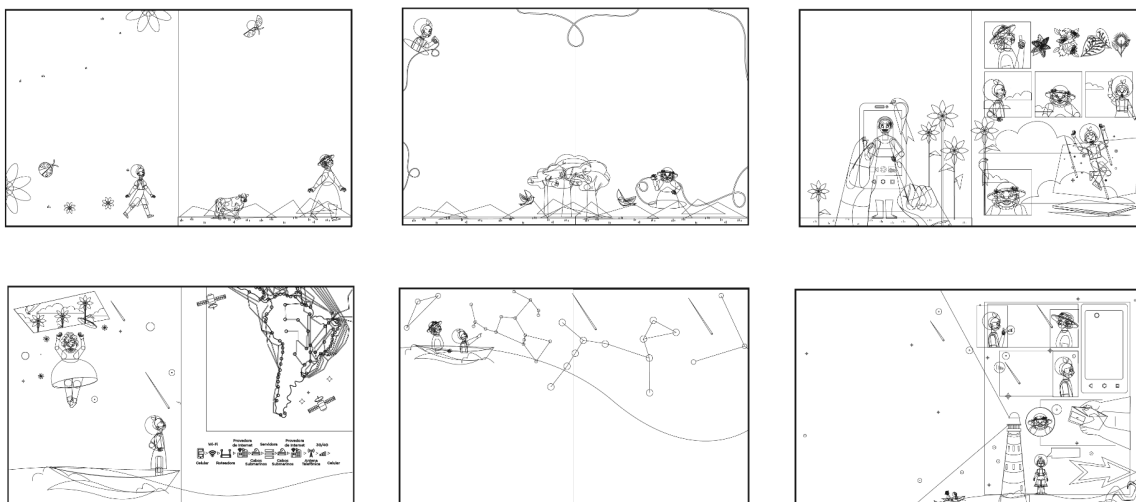
Apêndice I - Linhas de construção do guia piloto

Figura 1. Linhas de construção A



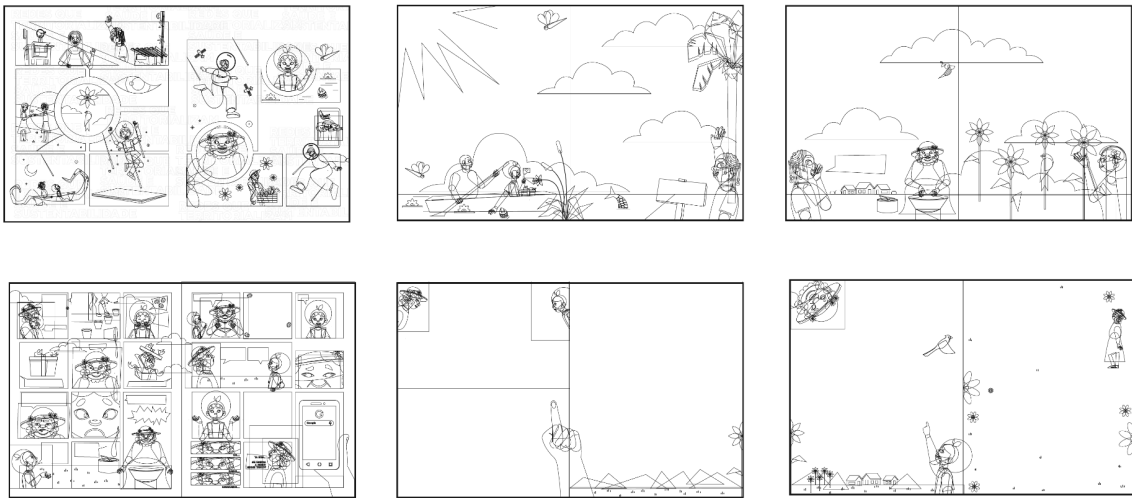
Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 2. Linhas de construção B



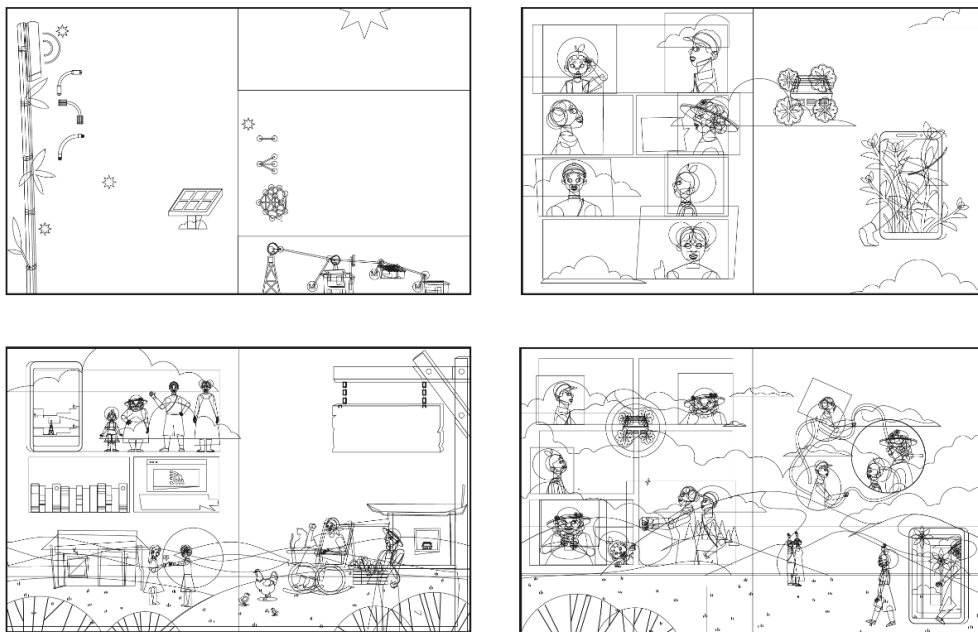
Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 3. Linhas de construção B



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 4. Linhas de construção B



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Apêndice II - Guia I (Piloto)

Figura 1. Capa e contra-capa do guia



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 2. Sumário

| SUMÁRIO | |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| COMO COMEÇAR A MEXER NO CELULAR? | 9 |
| COMO USAR O TOQUE DE TELA? | 9 |
| O QUE É O CELULAR? | 10 |
| COMO EU USO O TECLADO? | 11 |
| COMO CONFIGURAR/AJUSTAR MEU CELULAR? | 12 |
| COMO FAZER UMA CHAMADA/LIGAÇÃO? | 15 |
| COMO MANDAR UMA MENSAGEM? | 16 |
| COMO FAÇO PRA TIRAR FOTOS E GRAVAR VÍDEOS? | 17 |
| 19 O QUE É A INTERNET? | |
| 21 O QUE SÃO ÍCONES? | |
| 23 COMO ME CONECTO À INTERNET? | |
| 27 ATENÇÃO AOS RISCOS NA INTERNET | |
| 29 O QUE SÃO REDES COMUNITÁRIAS DE INTERNET | |
| 33 CONSTRUINDO A NOSSA REDE COMUNITÁRIA DE INTERNET | |
| 44 REDE COMUNITÁRIA DE INTRANET | |

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 3. Apresentação: Territórios Saudáveis e Sustentáveis



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 4. Apresentação: internet e orientação do guia



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 5. Primeiro encontro da Dona Rosa com Bibi



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 6. Como começar na internet, touchscreen e o que é o celular

COMO COMEÇAR A MEXER NO CELULAR? COMEÇA POR ESSES PASSOS

- SE FAMILIARIZE:** Explore as **CONFIGURAÇÕES** e conheça as **FUNÇÕES** básicas do celular, como fazer chamadas, enviar mensagens e tirar fotos.
- AJUSTE O TAMANHO DO TEXTO:** Se achar difícil ler o texto na tela, vá até **TAMANHO DA FONTE** nas **CONFIGURAÇÕES** para deixá-lo maior e mais legível.
- UTILIZE O RECURSO DE VOZ:** Os celulares possuem recursos de **assistência de voz**, confira **ACESSIBILIDADE** nas **CONFIGURAÇÕES**. Microfones também podem ser utilizados no WhatsApp, por exemplo, para enviar áudios.
- PROCURA POR COMANDOS:** Tente sempre ler o que aparece na sua tela, geralmente, são dados comandos. Por exemplo, quando aparece a palavra SAIR ou o símbolo X, isso indica um comando para sair de onde você está.
- EXPLORE APLICATIVOS:** Descubra aplicativos para suas necessidades, como aplicativos de mensagens, de previsão do tempo, de notícias, entre outros.

COMO USAR O TOQUE DE TELA OU TOUCHSCREEN (TUCH.SKREEN).

Eu sei que as vezes o celular trava e pode ser estressante, mas evite tocar muito rápido ou muitas vezes de uma vez só.

| | |
|--|--|
| <p>TOCAR Toque para selecionar uma função ou abrir um aplicativo.</p> | <p>DESLIZAR/ARRASTAR Toque, segure e arraste o dedo para se deslocar para cima e para baixo.</p> |
| <p>TOCAR E SEGURAR Toque e segure para acessar as opções disponíveis em um item.</p> | <p>REDUZIR/AMPLIAR Coloque os dedos de uma mão na superfície da tela e afaste-os ou aproxime-os para mudar o tamanho de um elemento, como imagens ou fotos.</p> |
| <p>GIRAR Modifique a orientação da tela de vertical para horizontal virando o telefone e adequando a imagem ou vídeo na tela.</p> | |

O QUE É O CELULAR?

Celulares são como computadores de bolso, que nos mantêm conectadas e oferecem uma variedade de recursos. Eles se ligam à internet por meio de redes móveis ou Wi-Fi, permitindo acesso a aplicativos e serviços online, como ferramentas para pesquisas, bancos digitais, jogos, entre outros.

Os celulares podem variar a aparência, mas possuem as mesmas ferramentas e geralmente são mais ou menos assim:

CÂMERA TRASEIRA
APONTE A CÂMERA TRASEIRA PARA ONDE VOCÊ QUER TIRAR FOTO.

FLASH
ESTÁ ESCURO? LIGUE O FLASH!
OBSERVE O ÍCONE DO FLASH NA CÂMERA ABERTA

BARRA DE STATUS
A SITUAÇÃO DA BATERIA E A QUALIDADE DE CONEXÃO COM A INTERNET APARECEM AQUI

HORÁRIO E LOCAL
CLICANDO AQUI, VOCÊ MUDA A HORA E O LOCAL, MAS TAMBÉM PODE INSERIR COMPROMISSOS NA SUA AGENDA QUE SERÃO AVISADOS PARA VOCÊ AQUI

APLICATIVOS PRINCIPAL
CONFIGURE ESSA OPÇÃO, COLOCANDO OS APLICATIVOS QUE VOCÊ MAIS UTILIZA. PARA ISSO, TOQUE NO APLICATIVO, MANTENHA O DEDO PRESSIONADO E ARRASTE PARA O LUGAR DESEJADO.

SAÍDA DO SOM
QUANDO PIZER UMA LIGAÇÃO, APROXIME SUA ORELHA AQUI.

CÂMERA FRONTAL
VÁ TIRAR UMA SELFIE (PRONUNCIAMOS CÊU.FI) OLHE PARA CÁ!

LIGAR/DESLIGAR
PRESSIONE ESSE BOTÃO ATÉ DESLIGAR OU LIGAR.

VOLUME
PARA AUMENTAR O VOLUME, PRESSE O BOTÃO DE CIMA. PARA DIMINUIR, O DE BAIXO.

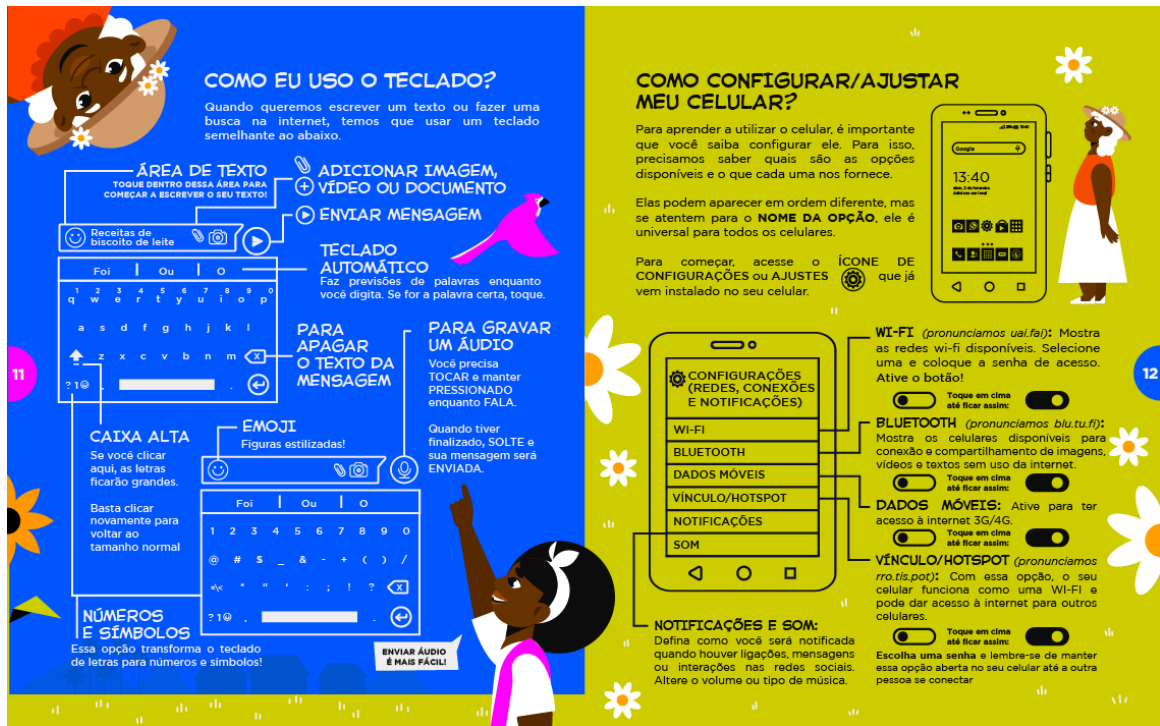
APLICATIVOS ABERTOS
É UM ATALHO! TE LEVA A TODOS OS APLICATIVOS ABERTOS NO SEU CELULAR.

O TELA DE INÍCIO
TOQUE AQUI PARA VOLTAR PARA A TELA DE INÍCIO, AQUELA QUE APARECE QUANDO VOCÊ LIGA O CELULAR.

VOLTAR
ATENÇÃO! ESSA SETA PODE APARECER DO LADO DIREITO. MAS SEMPRE QUE VOCÊ VER O ÍCONE DE UMA SETA, SAIBA QUE SE TOCAR, VOCÊ VOLTARÁ PARA ONDE ESTAVA ANTES.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 7. Como usar o teclado e como configurar o celular: redes, conexões e notificações



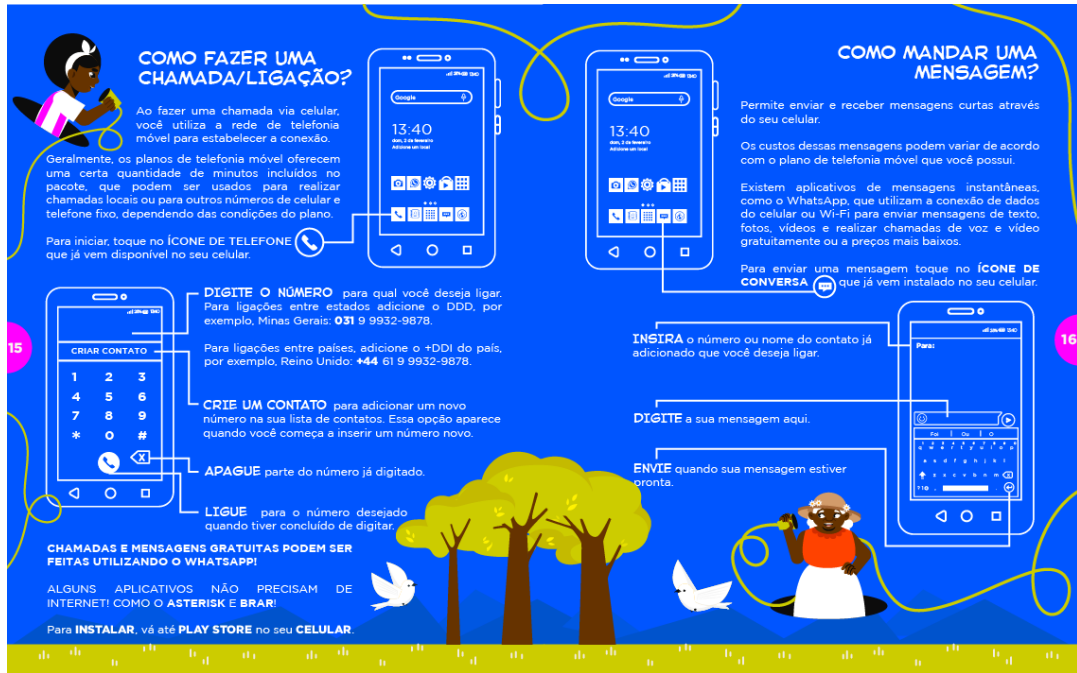
Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 8. Como configurar o celular: tela e geral



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 9. Como fazer uma chamada e como mandar uma mensagem



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 10. Como fazer para tirar fotos e gravar vídeos



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 11. O que é a internet



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 12. O que são ícones



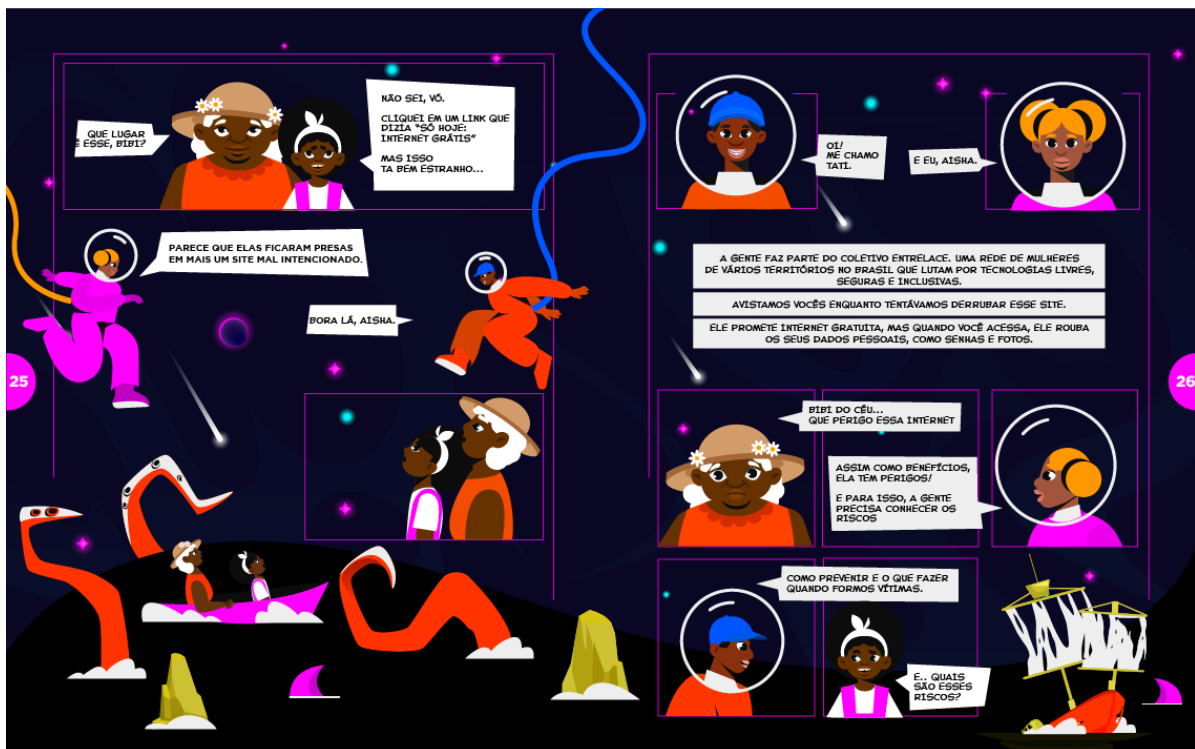
Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 13. Como se conectar à internet



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 14. Momento de perigo e encontro com Tati e Aisha



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 15. Atenção aos riscos na internet

ATENÇÃO AOS RISCOS NA INTERNET!


A internet tem muitos riscos que precisamos ter consciência sobre. Alguns deles são:



GOLPE VIRTUAL OU PHISHING (*pronunciamos FLIXIN*):
Criminosos solicitam que você clique em algum link suspeito ou compartilhe informações confidenciais.

Podem se passar por funcionários de banco, prestadores de serviço de telefonia ou um parente que está precisando de dinheiro. Imitam até mesmo a voz de alguém que você conhece!

Ligue para a pessoa, para o seu banco ou operadora e confirme.




PERSEGUIÇÃO OU STALKING (*pronunciamos is.tau.kin*):
Quando alguém persegue, monitora ou assedia outra pessoa de forma persistente e indesejada. Envolve invasão de privacidade, intimidação e criação de desconforto para a vítima.

Bloqueie a pessoa das suas redes sociais. Se necessário, procure a delegacia mais próxima.



DISCURSO DE ÓDIO OU CYBERBULLING (*pronunciamos sai.ber.bu.lin*):
Mensagens ofensivas, ameaçadoras ou humilhantes, com o objetivo de causar danos emocionais e psicológicos. Inclui discriminação e preconceito.

Faça uma captura de tela das ofensas e procure uma delegacia.



CHANTAGEM OU EXPOSIÇÃO DE DADOS PESSOAIS:
O criminoso ameaça divulgar informações confidenciais, judiciais ou embaraçosas sobre outra pessoa, ao menos que certas demandas sejam atendidas.

Não ceda, busque o apoio de pessoas de confiança e procure a polícia especializada.



INFORMAÇÃO FALSA OU FAKE NEWS (*pronunciamos fei.kui.nius*):

Muitas informações que encontramos na internet não são verdadeiras. Mesmo embora aparentem, fazem manipulação de uma informação ou referência distorcida com situações reais.

Pode, inclusive, ser uma pessoa que grava um áudio e diz que é verdade, pois viu com os próprios olhos.

Considere a fonte da informação, cheque os autores e a data da publicação, procure fontes de apoio ou contraponto, questione se é uma piada e consulte quem sabe do assunto.



CANSAÇO MENTAL E CONTROLE PARENTAL:

Passar muito tempo no celular deixa cérebro cansado. Isso gera estresse, dificulta concentração e compromete a aprendizagem.

Estabeleça limites e busque estar mais fora da tela do que dentro dela.

Mães, avós e responsáveis, estabeleçam limites de tempo que as crianças são expostas à internet e acompanhem o que elas acessam. Infelizmente a internet expõe as crianças a muitos riscos, que devemos nos atentar.

Google Family Link, AppBlock e Life360 são aplicativos que auxiliam no controle parental.

FOI VÍTIMA?

- Faça **captura de telas do crime e do criminoso**. Isso servirá como **prova**;
- Procure a **delegacia mais próxima**. Dê preferência para delegacias especializadas. No Distrito Federal, a referência é a **DRCC - DELEGACIA ESPECIAL DE REPRESSÃO AOS CRIMES CIBERNÉTICOS**;
- Não se isole!** Busque apoio em pessoas de confiança ou coletivos preparados. **ACESSE: [HTTPS://NEW.SAFERNET.ORG.BR/HELPLINE](https://new.safernet.org.br/helpline)**.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 16. Interação sobre segurança na internet

VOCÊ ESTÁ SEGURA NA INTERNET?

Marque as caixas ao lado das medidas de segurança na internet.

Se tiver marcado de **0 a 2** você **está muito vulnerável**.
 Se tiver marcado de **3 a 5** você está **vulnerável**.
 Se tiver marcado de **6 a 8** você está **segura**.
 Se tiver marcado **9** você está **muito segura**.

- Uso **senhas únicas, com números, letras maiúsculas e minúsculas e caracteres especiais** como: JacarandA#78.
- Conheço e seleciono a **autenticação de dois fatores** nas minhas redes sociais para ter maior segurança.
- Não clio em **links não verificados** ou forneço **informações pessoais e financeiras sem verificar a autenticidade da solicitação**.
- Sou cautelosa nas redes sociais e **evito compartilhar informações pessoais sensíveis** como endereço, número de telefone, etc.
- Ao fazer uma **compra na internet**, verifico a **segurança dos sites** e se possuem um **certificado de segurança** (o endereço começa com "https://"). Pesquiso sobre a **reputação do site**.
- Não confio em pessoas que conheci apenas na internet** e se aproximam de mim pedindo fotos, dinheiro ou informações sensíveis. Sei que **é muito fácil alguém se passar por quem não é**.
- Verifico se **uma informação é verdadeira** pesquisando outras fontes **responsáveis e confiáveis**.
- Estabeleço **limites de uso** no celular e sei que ficar **horas seguidas** na internet sem pausa é ruim para minha saúde.
- Não deixo minhas **crianças utilizarem a internet** sem **controle do tempo de uso e dos tipos de conteúdos** que elas acessam.
- Conheço meus direitos e sei que **discurso de ódio, preconceito, discriminação e exposição de informações pessoais** minhas é crime.



A GENTE NEM SE APRESENTOU... EU SOU A PTEL E ESSA É MINHA VÓ ROSA

A GENTE NÃO SABIA DESSES RISCOS! A INTERNET FOI REDUZIDA, E A GENTE TÁM PROCURANDO OUTRAS ALTERNATIVAS MAIS BARATAS.

ISSO É MAIS COMUM DO QUE VÓS IMAGINAM. INFELIZMENTE O ACESSO À INTERNET AINDA É MUITO DESIGUAL.

FIÇAMOS A MERCÊ DE POUCAS EMPRESAS, QUE MONOPOLIZAM E COBRAM CARO PELO ACESSO À INFRAESTRUTURA E APLICATIVOS.

NÓS COBRAM CARO POR UM DIREITO.

E AINDA DEFINEM COMO UTILIZAMOS A TECNOLOGIA!

É ISSO NÃO PODE ACONTECER? POR ISSO A GENTE CONSTRÓI A NOSSA PRÓPRIA TECNOLOGIA DENTRO E FORA DA REDE.

TODO MUNDO TERIA QUE TER ACESSO À INTERNET! SE PELO MENOS A GENTE CONSENSISSE ARRANJAR UM JEITO...

UMA OPÇÃO É CONSTRÓIR REDES COMUNITARIAS DE INTERNET E INTRANET?

Fonte: Elaboração do autor (2023).

115

Figura 17. O que são redes comunitárias de internet

O QUE SÃO REDES COMUNITÁRIAS DE INTERNET?

As **REDES COMUNITÁRIAS DE INTERNET** surgem para que comunidades se apropriem das tecnologias digitais e exercitam a autonomia para, em coletivo, estabelecer conexões com a internet a partir do território.

Elas são sustentáveis e possibilitam a redução de custos, tendo um poderoso impacto para descentralização e distribuição de poder, entendendo que as tecnologias devem ser livres e que os territórios podem criar suas próprias formas de conexão e relação com a internet.

Existem diferentes modelos de redes, mas geralmente envolvem a instalação de **ROTEADORES, ANTENAS • CABOS** em locais estratégicos e interconectados dentro da comunidade utilizando apenas um ponto de **INTERNET**.

As redes comunitárias de internet podem ser baseadas em tecnologias **SEM FIO**, como **RÁDIO**, ou até mesmo utilizar infraestrutura física, como **CABOS** ou **FIBRA ÓTICA**, para distribuir e expandir a conectividade para mais pessoas.

No entanto, algumas comunidades não tem interesse em acessar a internet e só querem se comunicar melhor. Para isso, existem as **REDES COMUNITÁRIAS DE INTRANET** ou **REDES LOCAIS**, que tem a função de conectar a comunidade sem o uso da internet.

A escolha da tecnologia depende das condições geográficas, recursos disponíveis e necessidades específicas da comunidade. É um quebra cabeça de conexão que vai se fazendo conforme a criatividade e necessidade do território.

REFERÊNCIAS DE QUEM CONSTRÓI

Algumas iniciativas são: Portal Sem Paralelas; Maria Lab; Casa dos Meninos; Instituto Nupef; Coolab; e AlterMundi. São parceiros abertos para ajudar a construção de mais redes comunitárias no Brasil e podem ajudar as comunidades nesse processo.

A MariaLab preparou uma cartilha chamada "Enredando Territórios de Cuidado: guia para aprendizado e construção de redes comunitárias" que ensina como criar diferentes tipos de rede, sejam elas de internet ou intranet.

Ela está disponível no nosso drive e você também pode acessar pelo link:

BIT.LY/REDES-COMUNITÁRIAS

Você pode acessar o link pelo QR CODE!

1. Direcione a câmera do seu celular ou do aplicativo "Barcode Scanner para o QR CODE"
2. Clique no link que aparecer na sua tela.
3. Se você não tiver o "Barcode Scanner" instalado, você deve fazer isso na PLAYSTORE

MAS TATI, COMO A GENTE SE ORGANIZA PRA CRIAR ESSA REDE?

PRA CRIAR UMA REDE COMUNITÁRIA, A GENTE PRECISAR FAZER EM COLETIVO, JUNTO COM A COMUNIDADE. É PRA ISSO, VAMOS PRECISAR VOLTAR AO TERRITÓRIO.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 18. Apresentação da rede comunitária de internet

REDES COMUNITÁRIAS DE INTERNET

Existem várias formas de construir uma Rede Comunitária de Internet. Isso irá depender de fatores como:

- Tipo de necessidade da comunidade;
- Geografia do lugar;
- Pontos de acesso;
- Número de usuários e /ou famílias;
- Disponibilidade financeira;

Aqui, a gente tem uma **ANTENA CENTRAL**. Ela fica na biblioteca da comunidade. Ela recebe sinal via rádio de um provedor de internet que trabalha com redes comunitárias.

A comunidade está discutindo sobre mudar essa recepção de sinal para **FIBRA ÓPTICA**, com uma qualidade bem melhor, mas aí vamos precisar mudar alguns equipamentos para versões mais atualizadas.

A internet via rádio custa cerca de 150 reais e é dividida por 10 famílias. Fica cerca de 15 reais para cada uma. Algumas famílias ainda não conseguem, mas vamos nos ajudando. Essa foi a forma que encontramos, algumas iniciativas conseguem investidores que garantem o sinal via satélite, por exemplo.

Vale dizer que fizemos a escolha de contratar um **PACOTE POR VELOCIDADE** (link de internet dedicado vendido por preço de atacado) e **NÃO** o **PACOTE DE DADOS**.

O **AQUILOMBAMENTO URBANO DA TATI** JÁ TEM UMA REDE COMUNITÁRIA DE INTERNET AVANÇADA.

FUNCIONA COMO UM CENTRO DE ACESSO LIVRE, ONDE AS PESSOAS VEM DE LONGE PARA TRABALHAR E ESTUDAR.

AGUILOMBAMENTO? O QUE É ISSO?

VEM DO AGUILOMBAR-SE QUALQUER LUGAR ONDE O POVO PRETO SE JUNTA PARA SE FORTALECER E SE CURAR.

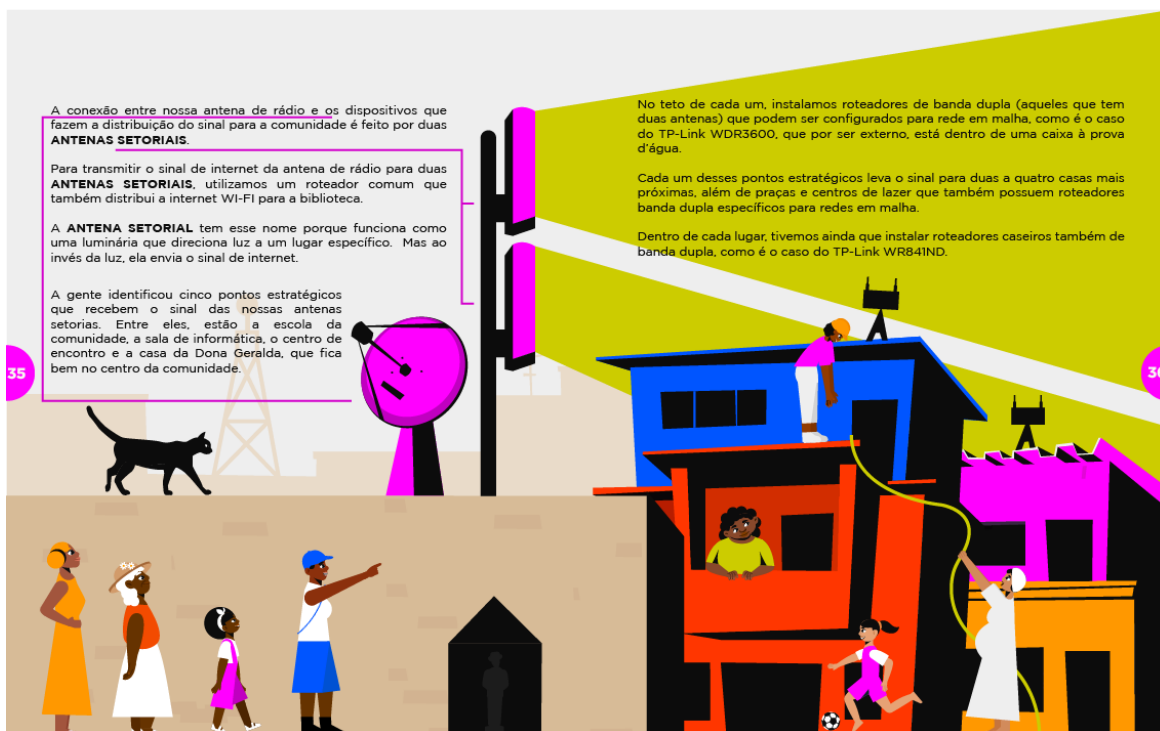
FOI MUITO IMPORTANTE PARA CONSTRUIR A REDE COMUNITÁRIA DE INTERNET, PORQUE A GENTE APRENDE DESDE PEQUENO A VIVER EM COLETIVO, COMPARTILHANDO E SE MOBILIZANDO JUNTO.

AGUILOMBAMENTO DANDARA DOS PALMARES *

*Dandara dos Palmares foi uma guerreira e líder do Quilombo dos Palmares, lutando contra a escravidão no Brasil colonial. Ela é um símbolo de força, coragem e resistência.

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 19. Apresentação da rede comunitária de internet: as antenas



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 20. Passo-a-passo para criar uma rede comunitária de internet: como começar e equipamento

HORA DE CRIAR A SUA REDE COMUNITÁRIA DE INTERNET

1. CHAME A COMUNIDADE E ESTABELEÇA EM COLETIVO O OBJETIVO DA REDE COMUNITÁRIA DE INTERNET:

Identifique quem está interessado em construir e participar da manutenção da rede. Ter interesse em aprender é o suficiente e o aprendizado pode fortalecer na formação, empregabilidade e geração de renda.

Para que a ação comunitária aconteça, devem ser valorizadas, com respeito e amorosidade, os diferentes saberes, sem distinção de classe, raça, gênero ou sexualidade. Idosos e crianças devem estar incluídos. Para ser sustentável, é preciso que seja feito coletivamente a partir da própria comunidade.

Em coletivo, devemos perguntar:

- Como a rede pode ajudar e fortalecer a comunidade?
- Quais demandas da comunidade podem ser solucionadas ou auxiliadas pela rede?
- Como utilizar a rede para preservar o modo de vida tradicional na comunidade?
- O objetivo é se comunicar com pessoas de fora da comunidade ou só fortalecer a comunicação interna?
- Quais parceiros a comunidade pode contar pra criar a rede e estabelecer processos de formação?
- Existe verba para um investimento inicial dos equipamentos?
- Se a rede tiver internet, como a conta da internet será paga? Todos dividem? Se alguém não puder pagar, o que acontece?

LIBREMESH:
É um software especial para roteadores comuns que permite criar uma rede de internet em malha, na qual vários roteadores estão interconectados.



SAIBA MAIS EM: BIT.LY/LIBREMESH



Você pode acessar o link pelo QR CODE!
1. Direcione a câmera do seu celular ou do aplicativo "BarcodeScanner" para o QR CODE.
2. Clique no link que aparecer na sua tela.
3. Se você não tiver o "Barcode Scanner" instalado, você deve fazer isso na PLAYSTORE

2. EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURA NECESSÁRIOS:

I. MODEM:

Recebe o sinal da internet e o transforma para o formato digital, compatível aos nossos celulares e computadores. Em alguns casos está junto ao roteador.

II. ROTEADORA:

Recebe e transmite os sinais da nossa rede por meio de ondas eletromagnéticas. Geralmente está conectado ao modem ou já faz parte do modem.

É ela que cria o SINAL WI-FI (pronunciamos uai.fai). Para redes comunitárias, são recomendados as versões de **DUPLA BANDA** e que opere em **2,4 E 5 GIGAHERTZ**, melhor opção para uma **REDE EM MALHA**.

Ainda podem ser divididos em **BAIXA** e **ALTA POTÊNCIA**.

BAIXA POTÊNCIA: Custam menos e são ideais para interiores. Alcance de até 100 metros.

ALTA POTÊNCIA: Custam mais, mas são excelentes para servirem como antenas para as **REDES EM MALHA** da nossa comunidade. Alcance de até 300 metros.

III. ANTENAS:

Dispositivos que recebem e/ou transmitem ondas eletromagnéticas (por onde corre a internet sem fio).

| | | |
|---|--|--|
|  OMNIDIRECIONAL: Transmite em todas as direções. Alcance de 100 a 300 metros. |  SETORIAL: Transmite em 90 a 180 graus. Alcance de 100 a 2.000 metros. |  DIRECIONAL: Transmite no max. 60 graus. Alcance de 1.000 a 10.000 metros. |
|---|--|--|

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 21. Passo-a-passo para criar uma rede comunitária de internet: cabos e rede

IV. CABOS:
Cabos são fios condutores usados para transmitir sinais elétricos ou ópticos da internet. Eles custam menos e podem ser boas soluções para conectar um ponto a outro na nossa Rede Comunitária de Internet.

CABO COAXIAL:
Feito de fio de cobre, mais comum e mais antigo, transmite sinais de internet de até 100Mbps.

CABO ADSL DE REDE (PAR TRANÇADO):
Feito de 4 pares de fios de cobre trançados, transmite sinais em curtas distâncias. Indicado para residências próximas que querem dividir a internet. Tem capacidade de 10Gbps (1250Mbps).

FIBRA ÓPTICA:
Fibra de vidro muito fina. Tecnologia de cabo mais recente. Transmite de forma rápida em distâncias muito longas. Viaja a velocidade da luz. Capacidade de transmissão de 2000 Gbps (25.000Mbps).

IV. ENERGIA SOLAR:
Se vamos construir uma rede de internet que fica ligada na maior parte do tempo, é importante pensarmos nas alternativas sustentáveis de energia. E uma delas é a **SOLAR**, que sustenta muito bem roteadores e antenas.

V. ESTRUTURA PARA ANTENA:
A construção de estruturas em **BAMBU** para estruturar as antenas é uma alternativa sustentável e econômica. Acesse o link: [BIT.LY/ANTENA_BAMBU](https://bit.ly/antena_bambu) para saber como.



Você pode acessar o link pelo QR CODE:
1. Direcione a câmera do seu celular ou do aplicativo "BarcodeScanner" para o QR CODE.
2. Clique no link que aparecer na sua tela.
3. Se você não tiver o "Barcode Scanner" instalado, você deve fazer isso na PLAYSTORE

O QUE SIGNIFICA ENLACE?

Tem o mesmo sentido de **LINK**, e significa uma **CONEXÃO**. Mas também pode ser um abraço, um aperto de mãos, um vínculo que resulta de uma união.

Nas redes, é quando um ponto de acesso a internet, como um roteador, se conecta a outro roteador. Nesse momento, os dois pontos fazem parte de um só acesso a internet e podem se **COMUNICAR**.

V. TIPOS DE REDE:
Cabos ou antenas que se conectam a roteadores e modems, formam redes a partir de **ENLACES**. Elas podem ser:

PONTO-A-PONTO:
Conexão direta e exclusiva entre dois dispositivos. Útil para fazer **ENLACE** onde existe conexão e onde existe a demanda.

PONTO-A-MULTIPONTO:
Conexão em que um dispositivo com internet se comunica com vários outros dispositivos simultaneamente, criando diferentes **ENLACES** e permitindo a troca de informações entre eles.

EM MALHA:
Nessa rede, os roteadores conversam entre si. O que facilita a estabilidade, conectividade e cobertura da rede. Essa rede é facilitada pela tecnologia **LIBREMESH**, que cria um **ENLACE** com todos os outros roteadores ao alcance. Se um **ENLACE** falhar, o outro consegue suprir.



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 22. Passo-a-passo para criar uma rede comunitária de internet: mapeamento e funções


3. FAÇA UM LEVANTAMENTO DA ÁREA DE COBERTURA:

Identifique as áreas da comunidade que precisam de cobertura de internet e faça um levantamento da infraestrutura existente. Identifique os obstáculos físicos que atrapalham o sinal e os lugares mais altos que podem facilitar o sinal.

QUE TAL CRIAR UMA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA? Ela envolve a participação ativa e colaborativa da comunidade no processo de criação de mapas, estimulando a articulação conjunta, conscientização geográfica do território e a valorização dos saberes locais.

- Com uma **CARTOLINA EM BRANCO**, desenhe os **LIMITES DO TERRITÓRIO** e os **PONTOS DE REFERÊNCIA** (escolas, igrejas, lagos ou bosques);
- Identifique os **PONTOS QUE PRECISAM DE CONEXÃO** - sejam casas, bibliotecas comunitárias, centros de encontro. *Você pode distinguir a importância de um ponto para outro, utilizando objetos ou cores diferentes;*
- Escreva qual **TIPO DE CONECTOR** cada ponto deve ter (antena, cabo, roteador);
- Conecte com um barbante os pontos, e reflita as melhores formas de **ENLACE** (conexão entre dois dispositivos ou nós de uma rede) que podem ser **PONTO-A-PONTO**, **PONTO-MULTIPONTOS** e **EM MALHA**;
- Pense quais serão os **PONTOS CENTRAIS** onde a conexão deve ser sempre boa (escolas e bibliotecas são sempre uma boa opção).

Mapeo Colaborativo de uma Rede Livre de Internet



FONTE: Mapeo colaborativo de uma Rede Livre e Comunitária de Internet. AlterMundi. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=rDLYUZ2EEyA>

4. PLANEJE A INSTALAÇÃO DA REDE:

- Crie um **PLANO DE INSTALAÇÃO** detalhado, incluindo a localização dos pontos de **acesso, roteadores, cabos, antenas** e o **tipo de acesso a internet**.
- Considere a **distribuição equitativa da cobertura de internet** dentro da comunidade para todas terem a **mesma qualidade de internet**.
- Faça um **cronograma de execução** conforme as **prioridades da comunidade**.

LEMBRE-SE: Não existe um único jeito de construir uma Rede Comunitária de Internet. Cada caso é um caso. Em coletivo, devemos ir construindo esse quebra cabeça com os tipos de acesso a internet, antenas, cabos e roteadores.

5. PENSE NA FORMAÇÃO PARA SUPORTE E MANUTENÇÃO:

- Antes de iniciar a instalação da rede, pense em propor um **período de formação** com parceiros que saibam do assunto e possam construir **diálogos de preparação e fortalecimento das habilidades na comunidade**.
- Programa **manutenções regulares** para garantir o bom funcionamento da rede e a resolução de quaisquer problemas técnicos.
- AS FUNÇÕES QUE UMA REDE PRECISA:**

| | | |
|---|---|---|
| Divulgação da proposta; Recrutamento de voluntários; Realização de reuniões comunitárias; Alcance de importantes parceiros; Realização de pesquisas comunitárias; Orçamento e finanças. | Confeção de cabos; Montagem de equipamentos em baldes ou em parques; Conexão da eletricidade aos locais; Compra e manutenção de equipamentos. | Instalação de software, mais em roteadores; Configurando roteadores; Ensinar outras pessoas a instalar e configurar roteadores; Solução de problemas de rede; Criando aplicativos locais. |
|---|---|---|

6. REALIZE A INSTALAÇÃO DA REDE:

- Antes de começar os trabalhos, conversem sobre como vai ser o dia. A **instalação pode ser bem estressante**, e o alinhamento é essencial.
- Siga o plano de instalação** e monte os equipamentos e infraestrutura de acordo com as **especificações**.
- Realize testes para garantir a funcionalidade** e a cobertura adequada da rede.
- Tenha em mente que uma Rede Comunitária de Internet se faz com o tempo. **Depois de um nó feito, vem mais um, e mais outro, até que a gente comece a ver essa rede sendo formada e se expandindo.**

Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 23. Rede comunitária de intranet



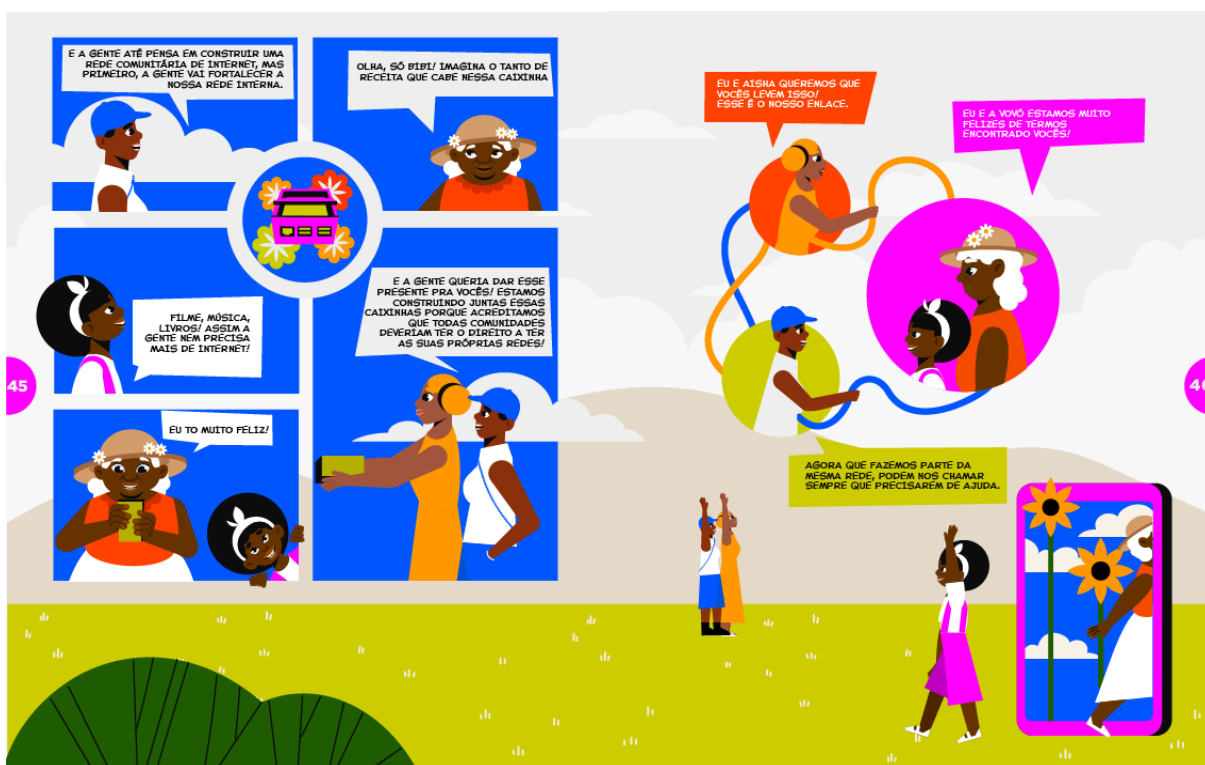
Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 24. Apresentação rede comunitária de intranet



Fonte: Elaboração do autor (2023).

Figura 25. Fim da jornada: entrega da fuxico



Fonte: Elaboração do autor (2023).